

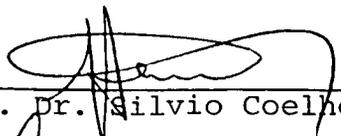
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

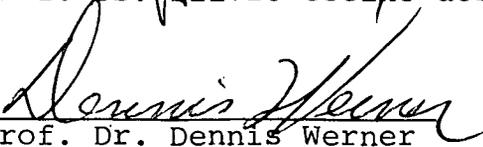
O ÍNDIO E A TERRA

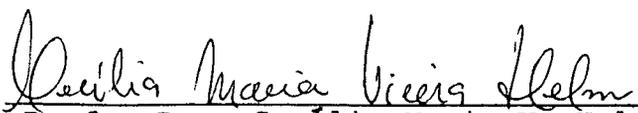
- a luta pela sobrevivência no P.I. Xaçecó - SC

Aneliese Nacke

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora, composta pelos Professores:

  
Prof. Dr. Silvio Coelho dos Santos

  
Prof. Dr. Dennis Werner

  
Profa. Dra. Cecilia Maria V. Helm

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

O INDIO E A TERRA

- A luta pela sobrevivência no P.I. Xapecô - SC -

Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do Grau de Mestre em Antropologia.

ANELIESE NACKE

Florianópolis, junho de 1983.

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Silvio Coelho dos Santos, pela eficiente e segura orientação no decorrer do trabalho.

A Paulo e Hedi, auxiliares competentes e amigos nas etapas de trabalho de campo.

Aos Professores do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pela valiosa contribuição na minha formação profissional.

Aos colegas e funcionários do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pelo estímulo e amizade.

Ao CNPq e CAPES, pelo auxílio financeiro.

Ao CIMI, pelas informações, bem como pelo acesso aos documentos de seu arquivo.

Aos funcionários da FUNAI, sediados no P.I. Xapecô; da Cooperativa Agrícola Mista Regional Pindorama Ltda, IBGE, INCRA, Prefeituras Municipais, CEPA e outras instituições, pela disponibilidade no fornecimento dos dados necessários a elaboração do trabalho.

A Albertina Buss que datilografou o presente trabalho e a Osmar Coelho pela execução dos mapas.

A minha família, pelo apoio e incentivo.

Aos Kaingang e Guarani, que com paciência e interesse, nos conduziram à compreensão da realidade vivenciada, mesmo tendo consciência da impotência da pesquisadora em alterá-la.

## RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar a exploração dos recursos naturais da reserva indígena Xaçecô, bem como a utilização da força de trabalho indígena ali aldeada pelos integrantes da sociedade regional. Simultaneamente pretende avaliar a validade do projeto indígena Kaingang de ocupação e exploração da área reservada, com vistas a manutenção de sua identidade étnica diferenciada.

Para tanto, dividimos o trabalho em quatro capítulos. O primeiro objetiva caracterizar histórica e economicamente a microrregião em que se localiza a reserva. O segundo, caracteriza a reserva quanto a aspectos físicos, demográficos, bem como a atuação do órgão tutor e a organização dos índios. No terceiro, buscamos identificar como se processa atualmente a exploração dos recursos humanos e naturais existentes na reserva, bem como sua inserção à economia regional. Para tanto, analisamos a exploração desenvolvida pelos índios e, depois, a exploração efetivada pelo órgão tutor. A seguir, discutimos a importância da manutenção da terra para a sobrevivência desse contingente indígena enquanto grupo étnico. A partir dessa colocação, analisamos o projeto de ocupação elaborado pela liderança indígena.

Concluimos que esse projeto está condicionado por dois fatores: 1) a condição jurídica dos indígenas, considerados relativamente capazes, o que se consubstancia na tutela exercida pela FUNAI e conseqüentemente numa autonomia relativa para a exploração dos recursos; 2) a articulação e dependência

dessa comunidade à economia regional, resultante da destruição de seu modo de produção tradicional.

Dessa forma, o projeto elaborado pela liderança Kaingang, que supõe a exploração mais intensiva da reserva, em moldes capitalistas, permite a incorporação dos recursos ao modo de produção dominante. Em contrapartida, a necessidade de manter o domínio da área de terras da reserva contribui para o revivamento da identidade étnica diferenciada.

**ABSTRACT**

This study analyzes the exploration of natural resources and the use of Indian labor in the Xapecó Indian reserve of Santa Catarina, Brazil. It also evaluates the validity of the Kaingang Indian's own project for the exploration of the reserve's resources and the maintenance of a differentiated identity.

The work is divided into four chapters. The first gives an overview of the history and economy of the micro-region in which the reserve is located. The second describes the reserve's physical and demographic characteristics, as well as the actions of the government agency charged with caring for the Indians, and the social organization of the Indians. In the third chapter I attempt to identify how the exploration of the reserve's existing human and natural resources is carried out, and its articulation with the regional economy. This requires an analysis of the Indian's own use of their resources, as well as an analysis of the resource exploration developed by the government agency. Finally, I discuss the importance of maintaining Indian lands for the survival of the Indians as a separate ethnic group. Based on this analysis, I examine the project for the land's use elaborated by the indigenous leadership.

It is my conclusion that this project is basically conditional on two main factors: 1) the judicial condition of the natives who are considered only relatively capable, which justifies the type of leadership used by Funai (government

agency) and consequently also creates a relative autonomy to their own resources.

2) the community articulation and dependency on the regional economy is the result of the total destruction of the natives traditional means of Production.

This way, the Kaingang's elaborated project - which presupposes a more intensified exploration of their community's resources following the Capitalistic patterns- will allow the incorporation of resources to the dominant way of production. Counterclockwisely speaking the needs to maintain power over the reserve's area contributes greatly to a revival of the ethnic differentiated identity.

## ÍNDICE

	Pág.
APRESENTAÇÃO .....	i
AGRADECIMENTOS .....	ii
RESUMO .....	iv
ABSTRACT .....	vi
ÍNDICE .....	viii
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO I .....	16
A REGIÃO: HISTÓRIA E ECONOMIA .....	16
1. A história da região .....	16
2. A caracterização sócio-econômica .....	24
CAPÍTULO II .....	46
CARACTERIZAÇÃO DA RESERVA INDÍGENA DE XAPECÓ .....	46
1. Histórico do P.I. Xapecó .....	46
2. Caracterização da Reserva .....	57
2.1. Localização Geográfica .....	57
2.2. Vegetação .....	59
2.3. Caracterização demográfica da população .....	60
2.4. Educação .....	67
2.5. Saúde .....	71
2.6. Organização local da FUNAI .....	73
2.7. O aparato de organização dos índios .....	78

CAPÍTULO III .....	86
A EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DA RESERVA XAPECÓ .....	86
1. A exploração efetivada pelos índios .....	86
1.1. As lavouras familiares .....	86
1.2. A associação dos índios em cooperativa .....	104
1.2.1. Cooperativização: uma nova forma de espo- liação .....	115
1.3. Projeto de Desenvolvimento Comunitário de Pi- nhalzinho .....	122
2. A exploração da reserva efetuada pela FUNAI .....	131
2.1. Projeto Agrícola .....	131
2.2. Projeto Serraria e Beneficiamento .....	137
CAPÍTULO IV .....	146
ESTRATÉGIAS PARA SOBREVIVÊNCIA .....	146
1. Relação Terra - Identidade .....	146
2. Projeto Indígena de Ocupação da Reserva .....	162
CONCLUSÕES .....	177
BIBLIOGRAFIA .....	183

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva investigar como se processa atualmente a exploração dos recursos naturais e humanos da reserva Xaçecô<sup>1</sup>, tanto a realizada pelos índios ali localizados, quanto a efetivada pelo órgão tutor. Simultaneamente pretende analisar o projeto de exploração desenvolvido pelos índios Kaingang aldeados nessa área e as implicações de tal projeto para a manutenção da identidade diferenciada.

A escolha desta reserva como foco do trabalho, prende-se à várias razões. Entre elas, o fato de que esta área será diretamente afetada pela implantação do Projeto Uruguai, com a construção de cerca de nove barragens. Como consequência, os índios perderão quantia significativa de terras e benfeitorias, além de sofrerem efeitos indiretos da implantação de projeto de tal envergadura. A participação na equipe que efetivou o levantamento das consequências do Projeto Uruguai<sup>2</sup>, nos permitiu o acesso ao material bibliográfico existente sobre a reserva. Concomitantemente, nos alertou para a necessidade de se realizar um trabalho específico sobre a área em questão, que propicias-se um conhecimento maior da realidade desta reserva, dando

---

<sup>1</sup>A reserva indígena Xaçecô é ocupada também por pequeno grupo de Guarani. Neste trabalho, este grupo só é especificamente considerado em momentos relevantes, como por exemplo, na análise da exploração econômica da reserva ou ao controle político da área reservada. Também não analisamos o grupo indígena aldeado no Toldo Chimbanguê, localizado cerca de 30 km da cidade de Chapecô, e que não está sujeito ao controle da FUNAI.

<sup>2</sup>UFSC/ELETROSUL/FUNAI, 1978.

condições para a minimização das consequências que tais obras fatalmente provocarão<sup>1</sup>.

O fato de percebermos as transformações que estão ocorrendo na região no que se refere à modernização da agricultura, aliada à recente liberação das terras da reserva, exploradas até 1978 por "civilizados", nos alertou para a investigação da possibilidade da emergência de um projeto elaborado pelos índios que poderia lhes proporcionar maior organização política e conseqüentemente fornecer melhores possibilidades de sobrevivência no confronto com a sociedade nacional em expansão.

O entendimento da situação vivenciada pelos índios localizados no P.I. Xapecó, não pode ser obtido isoladamente, uma vez que este contingente, ~~bem como seus recursos naturais, se encontram inseridos na sociedade regional.~~ Para podermos apreender como se processam as relações sociais e econômicas existentes entre os dois segmentos (sociedade regional e sociedade indígena), bem como a dominação e expansão da primeira sobre a segunda, convém caracterizar como "situação colonial"<sup>2</sup>, as relações que se estabelecem, uma vez que são de dominação e subordinação.

O que define especificamente uma situação colonial,

<sup>1</sup>WERNER (1983) demonstra em seu trabalho as consequências para a comunidade indígena de Ibirama da construção de barragens.

<sup>2</sup>BALANDIER (1963), aborda esse tema, enfatizando que as relações entre estas sociedades são contraditórias, isto é a existência de uma tende a negar a existência da outra. Também OLIVEIRA, (1972) em seus trabalhos vem se utilizando da noção, além de BATALLA (1972 e 1979).

de acordo com BATALLA (s.d.:120), é o fato de que

"é uma situação total que envolve necessariamente dois grupos étnicos diferentes, um dos quais portador de uma civilização com uma tecnologia de domínio mais avançada, se impõe sobre o outro em todas as ordens e justifica e racionaliza esse domínio em nome de uma superioridade racial, étnica ou cultural dogmaticamente afirmada."

Os grupos indígenas sob o efeito de relações de dominação, sofrem pressões no sentido de modificar a maneira de organizar e reproduzir a sua subsistência. A consequência desse processo é a sua desagregação e conseqüentemente seu submetimento as economias regionais.

As relações percebidas e caracterizadas como "colonialismo interno" são decorrentes basicamente da expansão do modo de produção capitalista<sup>1</sup>. O processo de subordinação ocorre pela destruição do modo de produção das sociedades indígenas, caracterizado como não capitalista. A impossibilidade de manter o sistema econômico tradicional, decorrente da perda do território e da destruição da cultura tradicional, impõe a essas sociedades uma articulação cada vez maior com o sistema econômico regional. Confinados em reservas e impedidos de manter o modo de produção tradicional, não resta a esses contingentes outra alternativa que submeter-se às novas relações, específicas do modo de produção que se impõe. No entanto, seu submetimento não ocorre pacificamente. Na medida do possível essas sociedades

<sup>1</sup>Estamos utilizando o conceito de modo de produção elaborado por AMIN (1977:12), que coloca: "define-se modo de produção pelo binômio de classes antagônicas: neste caso, as de burgueses e proletários, proprietários de meios de produção que são produto de um trabalho social (equipamentos que derivam do capital) e vendedores de sua força de trabalho."

tem reagido ao domínio, o que tem provocado, em vários casos, sua extinção pura e simples<sup>1</sup>. Os grupos indígenas que sobrevivem continuam a luta, não mais pela continuidade de seu sistema tradicional de produção, mas pela manutenção da sua identidade étnica.

Essa sobrevivência, no momento, está condicionada à sua integração na economia regional, embora tangencialmente. A integração, portanto se efetiva não pela assimilação, uma vez que essas sociedades se mantêm enquanto grupo étnico, e sim pela incorporação na economia regional, embora de forma marginal<sup>2</sup>.

A inserção desses contingentes se efetiva, através do desempenho de duas atividades. Em primeiro lugar, da prática agrícola desenvolvida pelas unidades familiares, realizada através de técnicas consideradas "atrazadas", isto é, a realização das roças é ainda fundamentalmente para a subsistência<sup>3</sup>, e secundariamente direcionada para o mercado. A exploração agrícola é desenvolvida pelas unidades familiares, que estão organizadas de acordo com o modelo regional. Ou seja, a unidade de produção e consumo não é mais a família extensa e sim a família nuclear, que se coloca como unidade independente. Alternativas de traba-

<sup>1</sup> Conforme levantamento elaborado por RIBEIRO, 1977:434-435.

<sup>2</sup> AMORIN, 1970-1971; CARVALHO, 1979:15-21; HELM, 1977; LARAIA & MATTA, 1978, SANTOS, 1981, entre outros, comprovam essa articulação em pesquisas realizadas com diferentes grupos indígenas.

<sup>3</sup> Deve-se diferenciar, produção para subsistência de auto consumo, pois a primeira, embora forneça um excedente para comercialização não possibilita aos indivíduos a reprodução da unidade familiar, exigindo o desempenho de outras atividades, como a venda da força de trabalho, o artesanato e a comercialização dos recursos naturais da reserva, para a complementação do orçamento doméstico.

lho comunal, como o mutirão, são utilizadas esporadicamente e a penas por alguns indivíduos. As lavouras efetivadas dessa forma são de pequena monta, privilegiando-se o cultivo de produtos que fazem parte da dieta alimentar das unidades familiares. Enfatiza-se, no entanto, o cultivo de pelo menos um produto, nesse caso específico o milho, para a comercialização.

A segunda atividade, a venda da força de trabalho, da mesma forma insere os indígenas diretamente no sistema econômico regional, na condição de expropriados. Nesse caso, as unidades familiares, embora tenham acesso ao principal meio de produção, a terra, não dispõem do capital necessário e mesmo de motivação, para efetuarem uma exploração mais intensiva. Dessa forma, o assalariamento tanto interno quanto externo (junto aos regionais), se torna uma compulsão. É o desempenho dessa atividade fundamentalmente que vai propiciar a estes contingentes o consumo de bens industrializados, atualmente necessários, para sua reprodução.

A compreensão, portanto, da realidade vivenciada pelos índios do P.I. Xapecó só é possível na medida em que analisamos o modo de produção dominante no país. Ou mais especificamente, na medida em que analisamos o processo de expansão desse modo de produção na região em que se insere a reserva indígena.

A microrregião Colonial do Oeste Catarinense, onde se encontra localizada a reserva indígena de Xapecó, sofreu alterações na sua estrutura fundiária, decorrentes da expansão do modo de produção capitalista. De acordo com MARTINS (1980:152), o processo de expansão capitalista no campo, pode ser caracterizado por.

"De um lado, uma massa crescente de camponeses, isto é, de lavradores autônomos cuja existência está baseada estritamente no seu trabalho e no de sua família, estaria sendo expulsa da terra, expropriada; de outro lado, em consequência, essa massa de lavradores estaria se transformando em massa de proletários rurais, de trabalhadores sem terra."

Efetivamente é o que está ocorrendo na região em questão. As alterações que podem ser percebidas, mesmo em análises superficiais, estão provocando uma gradativa concentração das terras agriculturáveis da região, com a conseqüente ampliação das propriedades. Esse processo provoca a expulsão dos pequenos proprietários, principalmente através da pressão da venda da terra e os transforma em trabalhadores sem terra, isto é em vendedores da força de trabalho. No entanto, a expansão do capitalismo no campo, não se caracteriza apenas pela transformação de proprietários em assalariados. Concomitante à ampliação das propriedades, ocorre a introdução da modernização do processo de trabalho, através da utilização de tecnologia e insumos mais produtivos. Ocorre também, o privilegiamento no cultivo de produtos mais valorizados no mercado nacional ou internacional, que passam a substituir o cultivo de gêneros alimentícios efetivados pelas pequenas propriedades. (SILVA, 1980:227-228).

A exploração agrícola desenvolvida com tecnologia moderna apresenta maior produtividade. Em contrapartida, a utilização de mecanização, fertilizantes, corretivos, defensivos e sementes selecionadas, exige um investimento expressivamente maior do que o necessário para o cultivo, dentro de técnicas "tradicionais". Assim, a produção obtida é encarecida.

Na região em questão, coexistem dois ti-

pos de exploração de terra: O tipo "tradicional" persiste como uma necessidade do sistema, na medida em que fornece ao capital tanto mão-de-obra, como gêneros alimentares a baixos preços. Apesar da menor produtividade das propriedades que se enquadram nesse tipo, a produção se realiza a baixos custos, uma vez que não utiliza insumos industrializados e utiliza a mão-de-obra familiar, não computando seus salários. Na medida em que, nessas condições, a produção tradicional coloca no mercado gêneros alimentares com preços minimizados, permite a acumulação de capital. Basicamente esta acumulação se processa em dois momentos. No primeiro, ocorre a exploração sobre sua produção na medida em que os preços são conservados artificialmente baixos. Essa situação só é possível pela não remuneração da mão-de-obra familiar e pelo prolongamento da jornada de trabalho. No segundo momento, a manutenção dos preços mínimos para os produtos alimentares, propicia a expropriação do trabalhador urbano, que consegue reproduzir a força de trabalho com baixa remuneração.

Assim, de acordo com SILVA (1980:11),

"Deve-se ter em mente que a reprodução das relações capitalistas se dá sob a égide do capital, ao mesmo tempo que a reprodução do capital baseia-se em relações não capitalistas. A interação dos setores 'atrazados' e 'moderno' nada mais é que a configuração dessa contradição, na medida em que ao mesmo tempo que se constitui num limite à expansão das forças produtivas ou à modernização em geral, ela mesma propicia condições à acumulação de capital."

É neste contexto que se situa a exploração agrícola dos indígenas da reserva Xapecó e conseqüentemente sua inserção à economia regional. A grande maioria das unidades familiares tem desenvolvido uma agricultura "tradicional", submetendo-se ,

portanto, às consequências descritas. Sua inserção na economia regional ocorre nas mesmas condições de expropriação a que os pequenos produtores estão submetidos.

Embora os indígenas tenham assegurado o acesso à terra, e não possam aliená-la, se encontram totalmente expropriados de outros meios de produção que poderiam permitir sua sobrevivência unicamente pelo desempenho da exploração agrícola. Essa situação se esclarece pelo exposto acima, que demonstra os mecanismos de espoliação em atuação e que tem impedido a estes contingentes a acumulação necessária para sua autonomia. Dessa forma, o assalariamento aparece como alternativa para a sobrevivência. E nesse momento, o contingente indígena contribui igualmente para a acumulação de capital em outros setores do sistema.

Frente à esta situação, uma questão fundamental se impõe: até que ponto a integração econômica, ou seja a destruição do modo de produção dessas sociedades e a imposição de relações específicas do modo de produção dominante na sociedade brasileira, permitirá a sobrevivência desses contingentes enquanto grupos étnicos diferenciados ?

Efetivamente, a imposição de relações de produção estranhas a estes grupos tem alterado substantivamente a cultura<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Estamos entendendo cultura, conforme colocação de GEERTZ (1978: 24), que a encara "como sistema entrelaçados de signos interpretáveis (...), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível - isto é, descritos com densidade."

tradicional dessas sociedades. No entanto, a base do grupo étnico não se encontra na manutenção de uma cultura diferenciada. Pelo contrário, a relação é inversa, a manutenção de traços diacríticos, é mais decorrência da existência do grupo étnico como uma forma de organização (BARTH, 1976:12). Dessa forma, para este autor, o item fundamental seria o da auto atribuição e a atribuição por outro, o que nos conduz diretamente ao problema da identidade. De acordo com OLIVEIRA (1976:4), a "noção de identidade contém duas dimensões: a pessoal (ou individual) e a social (ou coletiva). A identidade social "surge como atualização do processo de indentificação e envolve a noção de grupo, particularmente a de grupo social". Nas relações interétnicas ou intertribais, a afirmação da identidade se torna uma exigência, na medida em que é a sua explicitação que permite a manutenção dos limites que marcam o grupo étnico. Assim, a identidade é construída através da ênfase nas diferenças, ou seja, através da escolha de traços diacríticos, que necessariamente devem poder se opor a traços similares existentes na sociedade em contato. (CUNHA, 1979:36).

No entanto, as culturas de grupos em contato não são estáticas. Pelo contrário, tanto as relações intertribais<sup>1</sup>, quanto as interétnicas e a própria dinâmica interna provocam mudanças constantes. Portanto, o condicionante para a persistência da identidade étnica, não é a manutenção da cultura tradicional, embora a persistência de diferenças seja importante.

---

<sup>1</sup>Sobre este tema ver, BARTH, 1976; RAMOS, 1980; OLIVEIRA, 1976; e com outro referencial SCHADEN, 1969.

(BARTH, 1976:14-15).

A manutenção da identidade e conseqüentemente do grupo étnico enquanto um tipo de organização, neste momento histórico, está vinculada basicamente ao domínio de um território. Embora as reservas indígenas se coloquem como fundamentalmente diferentes da visão que as sociedades indígenas mantêm sobre o território<sup>1</sup>, a sua manutenção é de fundamental importância, pois é a aglomeração num mesmo espaço físico que permite aos contingentes indígenas manterem a organização necessária para sua sobrevivência enquanto grupos étnicos.

Ao mesmo tempo, a situação jurídica desses grupos, colocados como relativamente capazes e portanto submetidos à tutela, bem como a prática indigenista desenvolvida pelo estado brasileiro, caracterizada como autoritária e espoliativa, tem impedido esses contingentes de se organizarem o suficiente para assumir o gerenciamento dos recursos naturais a eles legamente reservados. Os objetivos integracionistas, veiculados pelo órgão tutor, tem também contribuído, através da imposição da ideologia<sup>2</sup> dominante, para provocar o escamoteamento da identidade étnica, na medida em que para essa ideologia ser índio implica uma identidade negativa.

Paradoxalmente, entretanto, a condição de índio re-

<sup>1</sup>Conforme discussão de SEEGER & CASTRO, 1979.

<sup>2</sup>"A ideologia consiste, realmente, em um nível objetivo específico, em um conjunto com coerência relativa de representações, valores, crenças; do mesmo modo que os 'homens', os agentes em uma formação, participam em uma atividade econômica e política, participam também em atividades religiosas, morais, estéticas, filosóficas." POULANTZAS (1977:200-201).

servado tem contribuído para um reavivamento da identidade, na medida em que o acesso à terra é condicionado pela manutenção da identidade diferenciada. Dessa forma, é fundamental a sua persistência e conseqüentemente a manutenção de traços diacríticos que a confirmem.

Os contingentes indígenas, encontram-se pois, numa relação contraditória. Ao incorporarem a ideologia dominante, tendem a negar sua identidade, uma vez que esta é estereotipada negativamente e justifica a discriminação a que se encontram submetidos. Em contrapartida, a negação da identidade, ou seja, a perda da condição de índio, ocasiona a perda da terra e da-proteção estatal.

Neste contexto, os grupos indígenas tem desenvolvido projetos que visam fundamentalmente assegurar o acesso à terra. No entanto, os projetos que podem desenvolver devem ser situados num quadro amplo, ou seja: sua articulação e dependência com o sistema econômico regional; sua impossibilidade de manter o modo de produção tradicional; a incorporação pelo grupo da ideologia dominante e sua condição de índios confinados numa reserva com a conseqüente exigência da manutenção da identidade diferenciada.

Conicionados por estes fatores, não lhes resta muitas alternativas. Uma delas é a sua inserção ao sistema econômico regional, não mais na condição de pequenos produtores ou assalariados, mas de produtores que realizam a exploração de seus recursos com uma tecnologia moderna. Esse projeto implica no próprio índio manter o controle da exploração da reserva. No entanto, significa também a continuidade do submetimento desse

contingente ao modo de produção capitalista, a canalização de parte dos lucros obtidos para setores externos à área indígena, bem como a reprodução, no interior da reserva, das relações de exploração desse modo de produção, ou seja das relações de assalariamento. Significa fundamentalmente, para o capital, a incorporação de uma área valiosa no que se refere à produção agrícola.

Para o contingente indígena significa não a extinção do grupo étnico, mas a negação final de alternativas que matem a produção comunitária ou coletiva.

A intenção de analisar a articulação que ocorre entre os indígenas localizados no P.I. Xapecó e a sociedade nacional, exigiu inicialmente uma compreensão da realidade regional na qual, tanto os índios, quanto seus recursos naturais se encontram inseridos. Para tanto, efetivamos intensa pesquisa bibliográfica e um exaustivo levantamento de dados, principalmente em instituições como o IBGE, INCRA, Prefeituras Municipais, Cooperativas, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, além de entrevistas com autoridades municipais. Da análise desses dados, tanto históricos quanto econômicos, resultou uma caracterização da região, fundamentalmente econômica, que nos esclarece os condicionantes das relações que os componentes da sociedade indígena mantém com a sociedade regional.

Num segundo momento, a necessidade de identificar como ocorre a exploração dos recursos naturais da reserva, impôs que se investigasse de maneira mais exaustiva a organização da

produção das unidades familiares indígenas. Para tanto, inicialmente realizamos entrevistas com cerca de 50% dos chefes das famílias indígenas aldeadas nessa reserva. Essas entrevistas constavam de duas partes: na primeira, uma caracterização da unidade familiar, no que se refere ao tamanho da família, auto-identificação, escolaridade, religião, persistência de nome indígena, atividade econômica principal. Na segunda parte, investigamos mais profundamente as atividades econômicas que permitem a reprodução das unidades familiares. Neste sentido, abordamos o tamanho das lavouras, os produtos cultivados, a comercialização, o financiamento das roças, além do assalariamento aos regionais, ao órgão tutor ou a outros índios da reserva, bem como o desempenho de outras atividades remuneradas para a complementação do orçamento doméstico. Realizamos ainda, entrevistas com comerciantes localizados próximos à reserva e com os quais os índios mantêm maior articulação.

Ainda buscando compreender como se processa a exploração dos recursos da reserva, realizamos entrevistas com os funcionários da FUNAI, (Fundação Nacional do Índio) sediados na área, bem como levantamento nos arquivos do P.I. o que nos possibilitou a análise do Projeto Agrícola e do Projeto Serraria e Reflorestamento, implantados pelo órgão tutor nesta reserva.

A identificação e análise do projeto de ocupação da reserva, elaborado pelos índios, foi possibilitada pela realização de entrevistas, a maioria gravadas, efetivadas sucessivamente durante o decorrer do trabalho de campo. Selecionamos os entrevistados principalmente pela posição política que mantêm na reserva. Assim, realizamos as entrevistas com os líderes consti

tuídos, para identificar o projeto e com outros índios para perceber a sua posição sobre o mesmo. Acrescentamos à estas entrevistas, informações fornecidas por representantes da sociedade regional, tanto funcionários do órgão tutor, quanto a direção da Cooperativa Agrícola Mista Regional Pindorama Ltda e representantes do CIMI, que atuavam na reserva.

O trabalho de campo foi iniciado em janeiro de 1980. No entanto, nesse primeiro mês, nos limitamos a buscar informações sobre a região em que se insere a reserva Xaçecó, uma vez que a FUNAI não autorizou a efetivação do trabalho na reserva. Assim, estivemos na área indígena, mas não nos foi permitido realizar qualquer levantamento. A autorização só foi concedida em meados do primeiro semestre, após gestões junto ao órgão tutor. Finalmente, em julho de 1980, pudemos iniciar a pesquisa na reserva. Prosseguimos o trabalho de campo nos meses de janeiro - fevereiro - julho, de 1981 e tivemos permanências rápidas em janeiro, julho de 1982 e janeiro de 1983. Essas atividades de pesquisa tiveram parcial financiamento do CNPq, através de auxílio concedido ao grupo que estuda no âmbito do PPGCS-UFSC, "as consequências da construção de barragens para populações indígenas da região sul."

Durante o primeiro período de campo enfrentamos algumas dificuldades que não são desconhecidas dos profissionais que trabalham com a problemática indígena. Estas dificuldades são decorrentes fundamentalmente do autoritarismo do órgão tutor, que se arroga o direito de impedir o desenvolvimento de trabalhos de pesquisa que não são de seu interesse. Dessa forma, o primeiro levantamento realizado foi dificultado pelo acompa-

nhamento constante de um funcionário índio que tinha como função "fiscalizar a pesquisa". Evidentemente tal acompanhamento dificultou a obtenção de dados referentes ao desempenho da prática indigenista, bem como as críticas às autoridades constituídas, tanto indígenas quanto civilizadas. Tal situação só foi superada numa segunda etapa de campo, quando então pudemos nos movimentar livremente na reserva.

## CAPITULO I

### A REGIÃO: HISTÓRIA E ECONOMIA

#### 1. A história da região

À época da conquista, o sul do país era ocupado por populações indígenas dos grupos Kaingang e Guarani. De acordo com MÉTRAUX (1946:445 v.1), os Kaingang se localizavam numa área situada à oeste dos atuais estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Inicialmente foram conhecidos sob o nome de Guayanã (Goyanã, Goianaz, Guayanã, Wayanas, etc...), mas em 1822, Telêmaco Morocines Borba introduziu o termo Kaingang, que significa homem, para indentificar os índios não Guarani dessa região.

Os Guarani, também denominados Cariô, Carixô, Kariô, Guarani (Mbuá, Kaiová, Nandeva), encontravam-se dispersos pelo mesmo território. Segundo MÉTRAUX (1948:69-70), os Guarani dominavam a costa atlântica desde a barra da Cananéia ao Rio Grande do Sul. Espalhavam-se a partir daí para os rios Paraná, Uruguai e Paraguai.

"É provável que os Guarani disputavam aos Kaingang toda a área de campo do planalto sul por motivos econômicos. A araucária e a fauna a ela associada, juntamente com a relativa facilidade de alcançar o litoral, onde se praticavam abundantes pescarias, foram seguramente fortes razões para tal disputa". (SANTOS,1981:15).

A frente pioneira pastoril expandiu-se pelos campos do planalto, disputando aos índios novos espaços. A descoberta dos campos de Guarapuava em 1770 situa-se nesse quadro. No entanto, a existência de contingentes indígenas não pacificados

na região dificultou sobremaneira a sua efetiva ocupação.

De acordo com MOREIRA NETO (1971:321)

"Os primeiros contatos permanentes e intencionais com estes Kaingang arredios do interior registram-se nos campos de Guarapuava, no Paran , por volta de 1810, no curso de uma 'guerra ofensiva'<sup>1</sup> ordenada contra os mesmos pelo príncipe regente".

A partir desse momento começa para os indígenas localizados nessa região intenso e violento processo de depopula o e desagrega o cultural.

Com o deslocamento da frente pioneira<sup>2</sup>, territórios antes inalcan ados foram incorporados ocasionando novos conflitos com as popula es indígenas aí localizadas. Embora os Campos de Palmas<sup>3</sup> s  tenham sido oficialmente descobertos em 1838, em 1809 já haviam indica es de sua existência. CABRAL (1970:312) coloca: "a existência dos Campos de Palmas não era conhecida em 1809, quando o Conde de Linhares mandou uma expedi o aos de Guarapuava. Falava-se vagamente na sua existência, mas se lhe desconhecia a situa o". Entre 1814 e 1819, organi-

<sup>1</sup>As guerras ofensivas que tinham como objetivo "limpar" as regiões das popula es indígenas eram ordenadas com base na Carta Régia de 1  de abril de 1809.

<sup>2</sup>De acordo com MARTINS (1975:47), a frente pioneira "...se instaura como empreendimento econômico; empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias, etc... loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produ o e o comércio. Passa-se, assim, da produ o do excedente para a produ o de mercadoria.... O ponto-chave da implanta o da frente pioneira   a propriedade privada da terra. Na frente pioneira a terra não   ocupada,   comprada. Desse modo, a renda da terra se impõe como media o entre o homem e a sociedade".

<sup>3</sup>"... os campos de Palmas cobriam uma vasta área entre os rios Iguaçu e Uruguai, no oeste do estado de Santa Catarina e sudoeste do Paran ". (SANTOS, 1981:21).

zou-se uma expedição que percorreu a região com o objetivo de abrir um caminho que ligasse os campos de Guarapuava aos de Vacaria no Rio Grande do Sul. Tal caminho foi efetivado em 1848, por Francisco Rocha Loires, ligando Guarapuava às Missões. "A nova estrada que facilitava sobremaneira a ocupação dos campos, atravessava no sentido Norte-Sul, os rios Chapecó e Chapecozinho, exatamente na altura do Toldo Kaingang de Formigas". (SANTOS, 1981:21).

Embora alguns grupos Kaingang houvessem sido dominados e inclusive utilizados como trabalhadores braçais, ou na pacificação de outros grupos, vários sub-grupos Kaingang e Guarani não se submeteram ao domínio do "civilizado", reagindo com hostilidade e violência à ocupação de seu território. Para resolver o problema, já que as guerras "ofensivas" não haviam atingido o objetivo a que se propunham, isto é liberar o território das populações indígenas, o Governo Imperial em 1843 transferiu para missionários capuchinhos italianos a responsabilidade da execução da catequese religiosa dos índios. Em julho de 1845 foi publicado o Decreto nº 426, denominado "Regimento das Missões", que fixava, além das atividades puramente missionárias, "as bases administrativas de um novo sistema de ação indigenista". (MOREIRA NETO, 1971:385).

A nova política indigenista objetivava a integração dessas populações à sociedade nacional que se formava, através da catequese. Para tanto, previa a criação de uma Diretoria Geral dos Índios em cada província, além de implantar aldeamentos para os índios. A criação dos aldeamentos, portanto obedecia a dois propósitos: o primeiro deles visava à integração do

índio à sociedade nacional, através de sua utilização em trabalhos não qualificados, nas atividades rurais ou em obras públicas. O segundo propósito consistia especificamente na liberação das terras ocupadas pelos indígenas para a frente pioneira pastoril que se instalava na região.

Com esses objetivos foi criado o aldeamento de Guarapuava sob a responsabilidade do Pe. Chagas Lima ( MÉTRAUX , 1946:6 V.3). É ainda neste contexto que em 1869 ocorre a criação da Colônia Indígena de Palmas. No entanto, tanto o aldeamento de Guarapuava, quando o de Palmas, não obtiveram sucesso "continuando os índios a viver em seus toldos, sujeitos a toda a sorte de exploração". (SANTOS, 1981:20).

Para a pacificação dos índios arredios e hostis, as lideranças da frente pioneira utilizaram largamente os grupos Kaingang já pacificados. Dessa forma MOREIRA NETO (1971: 389 - 390) coloca:

"... outro fator importante... é o que se refere à utilização regular e frequente de certos 'caciques' ou 'capitães' indígenas, aliciados mais ou menos oficialmente para combater grupos hostis ou não totalmente submissos ao domínio da sociedade regional. Em 1843, o Chefe Kaingang Victorino Condã, de Guarapuava, foi estimulado pelo Comandante Militar da Colônia a atacar os grupos indígenas que se concentravam na região de Palmas a pretexto de resgatar as crianças brancas que estariam em seu poder e de forçá-los a vir aldear-se em Guarapuava. Victorino Condã recebeu 220\$000 por sua participação e foi nomeado comandante dos índios que reduzisse, o que dá à sua condição de bugreiro um caráter oficial".

A região em questão, pelos tratados de Madrid (1750) e de Santo Ildefonso (1777), pertencia à Portugal. No entanto, como a demarcação não havia sido "in loco", a área se consti-

tuiu em região contestada pela Argentina, o que originou a questão de Palmas ou Missões. A área contestada envolvia aproximadamente 30.621 Km, e só foi solucionada em 1895, através da arbitragem do Presidente dos Estados Unidos, Cleveland, que deu ganho de causa ao Brasil.

Com o objetivo de assegurar a posse da região através do povoamento, o Governo brasileiro criou em 1859 as Colônias Militares de Chapecó e Chopim, através do Decreto nº 2.502 de 16 de novembro de 1859. A Colônia Militar de Chapecó foi instalada onde se situa a atual sede do município de Xanxerê, em 14 de março de 1882, tendo como diretor o então Capitão José Bernardino Bormann. Esta Colônia Militar, bem como a de Chopim foram emancipadas pelo Estado Maior do Exército, em 02/06/1908. O decreto de criação colocava como objetivos dessas iniciativas: defesa da fronteira; proteção dos habitantes contra a incursão dos índios; civilização dos indígenas através da catequese; e povoamento da área por colonos, que para tanto receberiam quantidade estabelecida de terra, além de equipamentos para o trabalho. A Colônia Militar de Chapecó, recebeu inicialmente um contingente populacional de 50 colonos, e em 1891 já contava com 700 pessoas.

Nos anos em que atuou a Colônia Militar de Chapecó "distribuiu 255 títulos de propriedade a agricultores, na periferia da atual cidade de Xanxerê, local onde se sediava a Colônia. Mas os agricultores beneficiados eram na maioria nordestinos, ex-integrantes das forças militares sediadas na Colônia". (SANTOS, 1970:28).

A partir de 1894, a Constituição Republicana outor-

gou aos Estados a competência sobre as terras devolutas. A posse da região dos campos de Palmas até 1916<sup>1</sup> estava em litígio entre os governos de Santa Catarina e Paraná. Com a resolução da pendência, através da intervenção do Dr. Wenceslau Braz, então Presidente da República, grande parte dos Campos de Palmas passam a pertencer ao estado de Santa Catarina.

Para promover a colonização da área, o governo brasileiro fez concessões de terras à companhias nacionais e estrangeiras. Na região em questão, o Brazil Railway Co., responsável pela construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande, recebeu como pagamento pela construção da estrada, "terras equivalentes a quinze quilômetros de largura, ou igual ao produto da extensão quilométrica da estrada multiplicada por 18 ..." (PIAZZA, 1982:213). Esta empresa, objetivando a colonização da região, transferiu para o Brazil Development & Colonization Co., sua subsidiária as terras recebidas.

Posteriormente, a Brazil Development & Colonization Co., atribuiu à várias empresas colonizadoras a tarefa de efetivar o povoamento das glebas recebidas<sup>2</sup>. São estas empresas que promovem a ocupação da região, através, principalmente de

<sup>1</sup>Sobre o movimento do Contestado vejam-se: CABRAL, O.R., 1979, e QUEIRÓZ, M.V., 1966.

<sup>2</sup>"Foram vinte e cinco empresas gaúchas que assumiram o empreendimento. ... Até a aristocrática Baronesa de Limeira, a Luce Rosa e Cia Ltda, com sede em Porto Alegre, comprou 2.021 hectares em época anterior à própria ferrovia. Mas a maioria com prava da CIA Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, como a Empresa Chapecó Peperi Ltda, com sede em Carazinho que dela adquiriu a bagatela de 1.219.679.955m<sup>2</sup>." (O Estado, 17/10/82).

migrantes gaúchos.

A partir da década de 20, ocorre a efetiva ocupação da região contestada, através de fluxos migratórios provenientes especialmente do Rio Grande do Sul e outras áreas de Santa Catarina. Diferentemente da primeira frente de expansão - a pastoril -, que ocupou os Campos de Palmas, a frente de expansão agrícola que se estabelece passa a praticar uma policultura associada à criação de animais, além da exploração da cobertura vegetal da região, rica em pinheirais.

"O caboclo e o índio saíam das terras em que as companhias tinham interesse, pela força das armas dos jagunços contratados, ou pela presença da justiça e da polícia constantemente manipuladas pelos empresários, ou pela aquisição de suas benfeitorias...". (SANTOS, 1970:30).

Dessa forma, aos índios sobreviventes na região restou uma única alternativa: o seu confinamento nas Reservas Indígenas de Xapecó e Palmas, estabelecidas pelo governo do Paraná, ainda no início do século para estes contingentes. No entanto, mesmo essas áreas foram gradativamente invadidas. Inicialmente pelos posseiros expulsos das áreas colonizadas e, posteriormente, por migrantes que se deslocavam de outras regiões e que já não encontravam terras baratas para aquisição regular.

A região por longo período se articulou com o Rio Grande do Sul, através do comércio de madeira, erva-mate, banha e porco vivo.

"Na década de 50, com a migração de populações gaúchas e catarinenses para o sudoeste do Paraná, a região intensificou as relações econômicas com as novas áreas ocupadas naquele estado. Representava apesar de incipiente, mercado para ampliar a faixa de co-

mercionalização de produtos que estavam sendo obtidos pelas atividades praticadas pelos catarinenses". (LENZI, Zuleika et alii, 1981: 14).

Se a ocupação inicial da região se fez por uma frente pastoril, atualmente o oeste se configura como uma área agrícola e sua economia se torna cada vez mais representativa a nível do estado, principalmente após a introdução da soja e da avicultura, associadas à instalação de frigoríficos e de indústrias de rações e implementos agrícolas.

## 2. Caracterização Sócio-Econômica

O Posto Indígena Xapecô, foco de nosso estudo, está localizado na microrregião de número 306, denominada Colonial do Oeste Catarinense<sup>1</sup> (mapa nº 1). Esta microrregião abrange duas associações de municípios, AMOSC (Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina) e AMEOSC (Associação de Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina) envolvendo uma área de 14.121 km<sup>2</sup>, representando 15% da área total do Estado.

De acordo com os dados fornecidos pelo IBGE 1981: XIX, é a microrregião que apresenta maior número de habitantes, concentrando 16,19% da população do Estado, com uma densidade demográfica de 41,59 hab/km<sup>2</sup>. Em 1980, apresentava uma população de 587.329 habitantes, sendo que 196.626 se localizavam em zonas urbanas e 390.703 em zona rural. (Idem, idem: 16). Ao se confrontarem os dados computados nos censos de 1970 e 1980, observa-se que em 1970, a microrregião apresentava um contingente demográfico de 446.431 (15,2% do Estado). Durante a década, portanto, a população sofreu um incremento demográfico de 32,59%. De acordo com os dados fornecidos pela Comissão Estadual de Planejamento Agrícola-SC (CEPA/SC, 1982:46), a taxa anual de crescimento da

<sup>1</sup>Os municípios que compõem a microrregião de acordo com o IBGE são os seguintes: Abelardo Luz, Águas de Chapecô, Caibi, Campo Erê, Caxambu do Sul, Chapecô, Coronel Freitas, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Fachinal dos Guedes, Galvão, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Itapiranga, Maravilha, Modelo, Mondai, Nova Erechim, Palma Sola, Palmitos, Pinhalzinho, Quilombo, Romelandia, São Carlos, São Domingos, São José do Cedro, São Lourenço do Oeste, São Miguel d'Oeste, Saudades, Vargeão, Xanxerê, Xaxim.



população urbana foi de 8,960, enquanto a população rural apresentou um índice de crescimento de 0,827. O índice apresentado pela população urbana é bastante superior ao apresentado pela população rural. Mesmo assim, o índice relativo a população rural é significativo porquanto todas as outras microrregiões do Estado apresentaram índices negativos para a população rural. Este crescimento, considerado atípico, se explica pela estrutura fundiária da região, que se apresenta ainda como minifundiária.

Seguindo padrões de décadas anteriores, esta microrregião apresentou em 1980 uma predominância da pequena propriedade, sendo que 40,98% do número total de estabelecimentos da microrregião se colocam no extrato de menos de 10 ha, e ocupam 11,71% da área total. Os estabelecimentos entre 10 ha e menos de 100 ha, representam 57,9% do total e ocupam 67,72% da área cadastrada. Dessa forma, 98,88% dos estabelecimentos tem menos de 100 ha e ocupam 79,43% da área total cadastrada. Estas propriedades rurais visam em primeiro plano a produção de gêneros essenciais à subsistência da população e secundariamente a produção de gêneros de valor comercial. Em consequência a grande parcela da força de trabalho agrícola na região é constituída por famílias proprietárias, e em pequena medida, por trabalhadores assalariados. São representativos dessa situação os dados apresentados pelo INCRA<sup>1</sup> (Sistema de Análise de Cadastro DP/78) que assinala 2.004 assalariados permanentes; 1.408 o número médio de assalariados temporários; 2.092 outros trabalha-

---

<sup>1</sup>Instituto de Colonização e Reforma Agrária.

dores; e 100.995 o número de dependentes que trabalham.

Os estabelecimentos de 100 a menos de 1.000 ha, representam apenas 1,09% no número total e ocupam, 13,49% da área. Já os estabelecimentos de 1.000 a menos de 10.000 ha, representam 0,06% do número total e ocupam 7,1% da área.

Comparando-se os dados do censo de 1970 com os de 1980, percebe-se que durante a década ocorreu um aumento de 24,35% no número de estabelecimentos e de 18,92% da área ocupada. O crescimento apresentado, em grande parte deriva da conceituação utilizada pelo IBGE, que considera o estabelecimento uma unidade administrativa de exploração agropecuária, computando apenas as unidades efetivamente exploradas. (SILVA, 1980: 33). Dessa forma, é natural o crescimento apresentado, tanto no número de estabelecimentos quanto na área ocupada, já que o fato ocorre pela incorporação produtiva de áreas inexploradas. Além disso, deve ser levado em conta que sucessivos parcelamentos decorrentes de herança ou venda, também tem ocorrido. Os intervalos utilizados pelo IBGE, são bastante amplos, permitindo que um estabelecimento se subdivida sem que a sua classificação se altere. O crescimento apresentado pela categoria de arrendatário (expansão de 84,15%) e parceiros (44,96%), também deve ser levado em conta, na medida em que o IBGE os classifica como estabelecimentos autônomos.

De acordo com os dados do IBGE, (Tabela 1), a expansão ocorreu em todos os estratos de área, contudo, o aumento

máximo foi apresentado pelo extrato de 1.000 a menos de 10.000 ha, com uma expansão de 78,26% no número de estabelecimento e de 54,77% da área ocupada. Notadamente a partir dos anos 70, ocorre na região a introdução de uma agricultura nos moldes capitalistas. Esta, diferentemente da agricultura de subsistência existente na área, objetiva a produção em grande escala de gêneros para o mercado, ao mesmo tempo que se utiliza da mecanização e de mão-de-obra assalariada. Esse processo, decorrente da política adotada pelo Governo brasileiro, que favorece em todos os níveis, as grandes propriedades em detrimento das pequenas, tem consequências bastante graves, como a eliminação da pequena propriedade e o êxodo rural. Na microrregião em questão já começam a ocorrer situações desse tipo, conforme depoimento do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xanxerê, Sr. Rosito Miglioranza, que avalia em cerca de 150 famílias o contingente de ex-agricultores que se estabeleceram, nos últimos anos, nas imediações da sede do município e que trabalham atualmente como "bóias-frias". (Depoimento a Autora, 08/02/1980).

TABELA 1

## GRUPOS DE ÁREA TOTAL - MICRORREGIÃO COLONIAL DO OESTE CATARINENSE

ANO	GRUPOS DE ÁREA TOTAL												ESTABE- LIMENTOS SEM DE- CARRIÃO	
	Total		Menos de 10 ha		10 a menos de 100 ha		100 a menos de 1.000 ha		1.000 a menos de 10.000 ha		10.000 e mais			
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)		
1970	53.072	1.036.167	19.628	102.727	32.892	763.375	528	113.717	23	56.349	-	-	-	-
1975	57.285	1.119.399	21.572	116.208	35.047	798.992	631	136.586	31	67.614	-	-	-	4
1980	66.000	1.232.286	27.051	144.349	38.182	834.492	723	166.231	41	87.213	-	-	-	3
% de crescim. 24,35		18,92	37,81	40,51	16,08	9,31	36,93	46,17	78,26	54,77	-	-	-	-

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários 1970: 152-153-154  
1975: 200-201

IBGE. Síntese Preliminar do Censo Agropecuário 1980. 1982: 158-159.

Deve-se destacar contudo, que percebemos na região apenas o início do processo, uma vez que na microrregião como um todo ocorreu expansão em todos os extratos de área, indicando que o aumento identificado não tem ocorrido simplesmente pela incorporação de pequenas propriedades. Como a região teve uma ocupação intensiva relativamente recente, pela introdução da mecanização, o que ocorre nesse primeiro momento é a exploração de áreas anteriormente subutilizadas. No entanto, alguns municípios, já apresentam decréscimo no número de estabelecimentos, indicando claramente que o processo de concentração da terra está em andamento. Assim, o município de Chapecó, que possuía em 1970 4.181 estabelecimentos, em 1980 apresenta 3.790 estabelecimentos. Vargeão passou de 248 estabelecimentos para 220; e Xanxerê de 2.487 para 1.741 estabelecimentos. (IBGE. Censos Agropecuários de 1970 e 1980).

A persistência e o crescimento apresentado pelas propriedades de menos de 100 ha na região, podem ser explicados por vários fatores. O primeiro deles é o fato de que a ocupação mais intensiva da área é bastante recente, havendo na região até 1970 terras inexploradas. O alto crescimento apresentado na década pelos estabelecimentos com mais de 1.000 ha, demonstra isto. O segundo fator a ser levado em conta refere-se ao fato que esta microrregião se constitui numa das mais importantes áreas agrícolas do Estado, senão a mais importante, em função da forma como se processou a sua ocupação e da qualidade de suas terras. Característica e historicamente a região é agrícola. No contexto de Santa Catarina esta área é responsável por 41,48% do valor bruto da produção agrícola.

Um terceiro fator remete a importância da industrialização nesta microrregião, que é representada basicamente pelas agroindústrias e indústrias de máquinas agrícolas. No caso das agroindústrias ocorre uma combinação das atividades criatórias e de plantio, que fornecem a matéria prima às empresas instaladas na região. Dessa forma, os agricultores tem assegurado o mercado para sua produção. Além disso, visando assegurar os insumos necessários, as agroindústrias introduziram na região, a figura do produtor integrado isto é do agricultor que coloca à disposição da empresa, a terra e a mão-de-obra, além de assumir todos os riscos do empreendimento. Ao assumir a integração o agricultor praticamente perde toda a sua autonomia, na medida em que a tecnologia empregada, os insumos utilizados, bem como o que vai ser produzido é determinado pela empresa integradora. O agricultor integrado nem sempre tem consciência que a atividade é antieconômica, na medida em que por menor que seja o numerário recebido na entrega do produto, este lhe permite adquirir alguns bens, além de lhe permitir, em tese, a continuidade de suas atividades agrícolas, basicamente para subsistência. Não são computados pelo agricultor o capital investido na construção de benfeitorias necessárias ao empreendimento, a renda da terra e a mão-de-obra familiar que não é remunerada.<sup>1</sup>

Dessa forma, na medida em que remunera o agricul-

---

<sup>1</sup>Sobre este aspecto ver LENZI, et alii. Análise da ação assistencial e extensionista de órgãos públicos e privados em área rural do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1981, mimeog.

tor, a agroindústria pode estar atuando como fixadora da população rural nas pequenas propriedades. Interessa, portanto, a estas unidades capitalistas a preservação das pequenas propriedades, uma vez que este tipo de relação propicia a acumulação de capital, (além de aumentar a produção).

Outro fator ainda a ser levado em conta é a topografia da região, que se apresenta bastante heterogênea. Assim, ao lado de áreas planas, ou levemente onduladas, adequadas para a mecanização e conseqüentemente para a prática de uma agricultura mecanizada, coexistem áreas bastante acidentadas que impossibilitam a mecanização. Nestas áreas, evidentemente se mantém ainda a pequena propriedade.

Além desses aspectos, específicos à área em questão, deve-se levar em conta que, contraditoriamente, interessa ao capital a manutenção destas propriedades. É uma relação contraditória, porque, ao mesmo tempo que se constituem em obstáculo para maior acumulação no setor agrícola, elas propiciam esta acumulação em outros setores da economia.

Fundamentalmente, esta acumulação se daria em função da tecnologia empregada, que permite o aviltamento do valor do produto, uma vez que não exige altos investimentos em maquinário agrícola e não remunera a mão-de-obra familiar. A manutenção dos preços mínimos para os gêneros alimentícios, determinados pelo Estado, permite que ocorra maior acumulação de capital no setor urbano, através do pagamento de salários reduzidos ao trabalhador da cidade.

"Na verdade, a pequena produção com base em relações não capitalistas é responsável em nosso país por grande parte dos gêneros a-

limentícios básicos que vão abastecer os centros urbanos e o próprio setor agrícola. As formas de exploração agrícola baseadas em relação não capitalistas são então preservadas e através delas, torna-se possível manter o padrão de acumulação no campo e na cidade, já que as condições para manter em níveis baixos o custo de reprodução tanto da força de trabalho agrícola como da urbana ficam asseguradas." (SILVA, 1980:8).

Num segundo momento, estas propriedades garantem a formação de estoques de mão-de-obra, a serem utilizados no momento necessário. Dessa forma,

"a relação de interdependência entre o latifúndio e o minifúndio se explica pelo excedente relativo de trabalho: por um lado, a escassez de terra obriga muitos pequenos proprietários e trabalhadores sem terra a buscar trabalho para subsistir, ou para superar o simples nível de subsistência, sendo o emprego estacional nas grandes fazendas uma dessas possibilidades, (...), por outro lado, as fazendas reduzem seus custos operacionais empregando massas de trabalhadores a baixos salários e somente durante o plantio e a colheita." (SOARES, 1976: 79).

A população do Posto Indígena Xapecô, historicamente tem desempenhado o papel de reserva de mão-de-obra assalariada. Grande parte dos índios dessa área, tem sido solicitados como mão de obra para trabalhos sazonais nas granjas e fazendas da região<sup>1</sup>.

Outro aspecto que nos interessa analisar é o da condição do produtor nesta microrregião. De acordo com os dados fornecidos pelo IBGE (Tabela 2), em 1980 a situação se caracterizava da seguinte forma: a categoria mais importante, tanto

---

<sup>1</sup>SANTOS, 1970, 1981 aborda este aspecto.

no número de estabelecimentos quanto na área ocupada, é a dos produtores classificados como proprietários. Dessa forma, enquanto a categoria dos proprietários possuía 73,5% dos estabelecimentos e 84,8% da área cadastrada, a categoria dos arrendatários mantinha 8,6% dos estabelecimentos e 5,3% da área. A de parceiros detinha 9,3% dos estabelecimentos e 5,0% da área. Finalmente a categoria de ocupante, apresentou em 1980, 8,6% dos estabelecimentos e 4,9% da área cadastrada.

A análise comparativa durante a década 70-80, permite-nos verificar que em todas as categorias ocorreu expansão, tanto no número de estabelecimentos, quanto na área ocupada. Assim, a categoria dos proprietários apresentou um crescimento de 18,25% no número de estabelecimentos e de 14,75% na área ocupada. A categoria dos arrendatários apresentou uma expansão expressivamente maior, de 84,15% no número de estabelecimentos e de 55,91% na área ocupada. Em parte o fato deve-se à prática desenvolvida pelos médios e grandes proprietários, que na medida em que se engajam no plantio em grande escala de produtos valorizados no mercado nacional e internacional, aumentarem as terras cultivadas, visando fundamentalmente a ocupação máxima do maquinário agrícola adquirido. Na impossibilidade de comprar estas terras, utilizam-se do processo de arrendamento. É significativo colocar que em 1970 nesta microrregião foram computados 464 tratores; em 1975, 2.244; e em 1980 4.834 tratores. (IBGE, 1970:203; 1982:171).

O aumento significativo dos arrendatários na região é também derivado do processo de concentração da propriedade, que já pode ser identificado na região em virtude da introdução de uma agricultura organizada em moldes capitalistas, que se consubstancia na implantação de grandes lavouras mecanizadas voltadas para a produção de gêneros agrícolas como soja, valorizados no mercado internacional.

A categoria dos parceiros apresentou uma expansão de 44,96% no número de estabelecimentos e de 54,85% na área ocupada. O incremento no número de parceiros ocorre fundamentalmente pela desapropriação do agricultor dos seus meios de produção, processo inicial de sua proletarização. Esta desapropriação se daria através da perda da terra, no entanto esta não ocorreria apenas em função da implantação de lavouras intensivas, mas também como opção de investimento do homem urbano visando a capitalização. Dessa forma, pode ocorrer que o agricultor, ao vender sua propriedade, permaneça nela na situação de parceiro. A situação de parceria, também está relacionada evidentemente à existência de explorações mais extensas. Assim, ao lado da exploração em pequena escala do parceiro, há uma exploração maior, realizada pelo proprietário ou pelo arrendatário. Neste caso, o parceiro funcionaria basicamente como mão-de-obra disponível e segura, para ser utilizada nos momentos de maior necessidade. As duas situações estão ocorrendo na microrregião em questão.

A categoria de ocupante, apresenta na década um incremento reduzido, de 18,34% no número de estabelecimentos e de 32,34% na área ocupada, indicando o fechamento da fronteira

agrícola. O INCRA, tem atuado na região, visando regularizar a situação fundiária. O objetivo da regularização é o de fornecer aos agricultores, "um documento legal que lhes habilite - sem a usufruir da política de crédito rural incentivando sua capacidade produtiva, além de prevenir focos de tensão social". (O Estado de Santa Catarina, 04/03/80). Os municípios da microrregião Colonial do Oeste Catarinense em que o INCRA está atuando no momento são: Dionísio Cerqueira, Palma Sola, Campo Erê, Abelardo Luz, São Lourenço d'Oeste, Xaxim e Chapecó.

TABELA 2

## CONDIÇÃO DO PRODUTOR NA MICRORREGIÃO COLONIAL DO OESTE CATARINENSE

ANO	CONDIÇÃO DO PRODUTOR																		ESTAB. S/DEF- CLAPÇÃO	
	PROPRIETÁRIO		%		ARRENDATÁRIO		%		PARCEIRO		%		OCUPANTE		%		TOTALS		Estab.	Área
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área
1970	41.004	909.647	77,3	87,8	3.086	41.642	5,8	4,0	4.201	39.924	7,9	3,9	4.781	44.954	9,0	4,3	53.072	1.036.167	-	-
1975	44.582	991.581	77,8	88,6	3.383	34.739	5,9	3,1	4.412	49.699	7,7	4,4	4.908	43.380	8,6	3,9	57.285	1.119.399	-	-
1980	48.488	1.043.828	73,5	84,8	5.683	64.931	8,6	5,3	6.090	61.825	9,3	5,0	5.658	59.745	8,6	4,9	66.000	1.232.286	81	1.957
% de rescim.	18,25	14,75			84,15	55,91			44,96	54,85			18,34	32,90			24,35	18,92		

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários 1970: 134.  
1975: 165.

IBGE. Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário 1980. 1982:142-143.

Com relação à propriedade das terras, os dados do IBGE (Tabela 3), demonstram que o crescimento maior ocorreu nas categorias de Condomínio ou Sociedades de Pessoas, que apresentaram crescimento de 63,33% no número de estabelecimentos e de 95,05% na área ocupada, e na categoria de Entidade Pública, com um aumento de 116,81% no número de estabelecimentos e de 111,27% na área ocupada. A categoria de Proprietários Individuais apresentou incremento de 24,07 no número de estabelecimentos e de 14,01% na área. A categoria Instituição Pia ou Religiosa apresentou decréscimo, tanto no número de estabelecimentos (-50%), quanto na área ocupada (-12,90%). A categoria Sociedade Anônima ou por Quota de Responsabilidade Limitada, apresentou também decréscimo no número de estabelecimentos (-50,23%) e crescimento na área utilizada (120,59%).

Dessa forma, embora a predominância da unidade produtiva agrícola de propriedade individual se mantenha (94,44%), percebemos que as outras categorias vem gradativamente ganhando espaço. Deve-se o fato, às alterações que estão ocorrendo na região, pela introdução de uma agricultura capitalista, que exige capitais vultuosos que as organizações individuais não são capazes de mobilizar. Além disso, as agroindústrias estabelecidas na região, tem optado pelo investimento na produção agrícola, visando assegurar o fornecimento da matéria prima a custos menores.

TABELA 3

## PROPRIEDADE DAS TERRAS SEGUNDO A MICRORREGIÃO COLONIAL DO OESTE CATARINENSE

ANO	PROPRIEDADES DAS TERRAS															
	TOTAL		INDIVIDUAL		CONDÔMÍNIO OU SO-CIEDADE DE PESSOAS		SOCIEDADE ANÔNIMA OU POR QUOTA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA		COOPERATIVA		ENTIDADE PÚBLICA		INSTITUIÇÃO PÚBLICA OU RELIGIOSA		ESTABELECIMENTOS SUCCESSIONÁRIOS	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
1970	53.072	1.036.167	50.241	976.900	851	31.622	984	17.415	-	-	654	6.589	84	1.209	258	2.433
1975	57.285	1.119.460	55.536	1.061.119	526	27.480	726	26.166	-	-	338	2.903	24	778	135	553
1980	66.090	1.232.286	62.336	1.113.805	1.390	61.679	411	38.471	16	264	1.418	13.921	42	1.053	387	3.093
% de Crescim.			24,07	14,01	63,33	95,05	-58,23	120,59	1.600	26.400	116,81	111,27	-50	-12,90	-	-

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários 1970: 128-129.  
1975: 142-143.

IBGE. Síntese Preliminar do Censo Agropecuário 1980. 1982:150-151.

Os dados do IBGE (Tabela 4), demonstram que na microrregião em questão, 85,79% dos estabelecimentos mantêm lavouras de 2 a menos de 20 ha; 6,53% mantêm lavouras de 20 a menos de 50 ha; e um percentual de 1,1% de estabelecimentos mantêm lavouras de 50 ha a 500 ha. Em toda a microrregião, apenas 17 estabelecimentos, num total de 65.502 (0,02%) mantiveram lavouras de 500 a 1000 ha. Somente 6 estabelecimentos mantiveram lavouras de mais de 1000 ha, em 1980. É significativo o número, na medida em que o Censo de 1970 não registra nenhum estabelecimento que mantivesse área tão extensa de lavouras<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup>De acordo com o INCRA, em 1980, a área ocupada com lavouras foi de 674.882 ha. A área ocupada com pastos artificiais foi de 64.174 ha; a de campos (pastos nativos) foi de 234.678 ha, e a de matas, 243.592 ha. (INCRA. Sistema de Análises Preliminares do Cadastro. DP/78. 05/05/80. SERPRA/SC-CTI).

TABELA 4

## GRUPOS DE ÁREA DE LAVOURA NA MICROREGIÃO COLONIAL DO OESTE CATARINENSE

ANO	ESTABELECIMENTOS	TOTAL	ESTABELECIMENTOS POR ÁREA DE LAVOURA										500 a menos de 1.000 ha	1.000 a mais
			menos de 1 ha	1 a menos de 2 ha	2 a menos de 5 ha	5 a menos de 10 ha	10 a menos de 20 ha	20 a menos de 50 ha	50 a menos de 100 ha	100 a menos de 200 ha	200 a menos de 500 ha			
1970	53.072	52.694	701	1.837	16.310	23.309	10.005	1.432	70	19	10	1		
1975	57.285	56.989	615	1.745	15.241	23.156	13.076	2.674	326	93	49	12		
1980	66.000	65.506	1.449	2.775	14.688	24.963	16.557	4.280	502	169	100	17		
% de cres. na década da 70-80			106,70	51,06	-9,94	11,89	65,48	198,88	617,14	789,47	900	1.600		

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de Santa Catarina, 1970: 164.

IBGE. Censo Agropecuário de Santa Catarina, 1979: 208-209.

IBGE. Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário - Paraná - Santa Catarina, 1982: 166-167.

A atividade agrícola é a mais importante na região. No contexto do Estado de Santa Catarina, contribuiu em 1980, com 41,48% do valor bruto das lavouras. Este destaque, deveu-se principalmente a três produtos: milho, soja e feijão. A região destaca-se ainda como produtora de arroz sequeiro (41,31% no total da produção estadual); batata inglesa, com uma participação de 11,78% na produção estadual, alho (5,37%), mandioca (13,64%) e trigo (63,41%).

De acordo com dados do IBGE, é a seguinte a situação da ocupação das terras, no que se refere à atividade agrícola:

ÁREAS DAS LAVOURAS											
PERMANENTES				TEMPORÁRIAS				TOTAL			
1975		1980		1975		1980		1975		1980	
Estab. c/decl.	Área (ha)	Estab. c/decl.	Área (ha)	Estab. c/decl.	Área (ha)	Estab. c/decl.	Área (ha)	Estab. c/decl.	Área (ha)	Estab. c/decl.	Área (ha)
4.004	3.006	15.862	11.558	56.960	522.505	65.408	678.900	57.285	1.119.399	66.000	1.232.286

Fonte: IBGE, Síntese Preliminar do Censo Agropecuário - SC, 1980: 132-133.

De acordo com esta tabela, o número de estabelecimentos com lavouras permanentes aumentou, no período 75-80, 296%. A área ocupada apresentou um crescimento de 374,3%. As lavouras temporárias apresentaram um crescimento de 14,83% no número de estabelecimentos e de 29,93% na área ocupada. Para o

IBGE, portanto, o total da área ocupada em lavouras na microrregião é de 690.458 ha.

Como ficou caracterizado, na microrregião em questão, as pequenas propriedades mantêm seu domínio, embora esteja ocorrendo o incremento das médias e grandes propriedades. São portanto estas propriedades as responsáveis em grande parte pela produção agrícola da microrregião e do Estado. Sua produção, em primeiro plano, está direcionada para gêneros alimentares, basicamente para a subsistência e secundariamente para o mercado. De acordo com SÁ Jr. (1975:117)

"face à escala de estímulos e desestímulos vigorantes no setor agrícola só produz alimentos aquele que não tiver recursos para mudar de atividade. Se melhorasse o nível de vida dos agricultores essa melhoria se transformaria, possivelmente, num efeito da substituição da produção de alimentos por outras mais vantajosas."

Assim, enquanto a produção de alimentos é mais ou menos constante, variando em função principalmente de fatores climáticos, os produtos cultivados nas grandes propriedades, de forma extensiva, sofrem variações derivadas fundamentalmente dos preços do mercado internacional e nacional. A situação pode ser exemplificada com a soja, que na microrregião em questão tem uma produção representativa. Ocupa 29,06% da área agrícola, sendo responsável por 63,48% da produção estadual. De acordo com as estimativas do IBGE/GCEA, para a safra de 1980-1981, ocorreu uma redução de aproximadamente 7% da área plantada. (CEPA/SC, 1982:235). A tabela abaixo, demonstra essa oscilação.

Evolução da cultura da soja em Santa Catarina  
Safras de 1976/77 à 1981/82

ANO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (T)
76/77	350.642	477.365
77/78	408.785	354.681
78/79	504.570	433.863
79/80	520.401	718.764
80/81	483.880	648.000
81/82*	450.000	630.000

\*Fonte: CEPA/SC. 1982:234

A redução da área plantada, deveu-se entre outros, "aos seguintes fatores: VBC (Valor básico de custeio) considerado baixo; financiamento de apenas 80% do valor do VBC; preço mínimo considerado defasado, Cr\$ 660,00/SC; inexistência de crédito para o investimento e substituição da cultura pelo milho, que apresentava maior atratividade em termos de mercado." (CEPA/SC, 1982:234).

Outro produto de fundamental importância nesta microrregião é o milho. Este é plantado tanto nas pequenas como grandes propriedades, em função principalmente de ter mercado assegurado pela existência de agroindústrias na região. No contexto de Santa Catarina, esta microrregião é a maior produtora, com 55,67% da produção estadual, e ocupa 51,91% da área plantada. O milho, contrariamente ao que está ocorrendo com a soja, tem apresentado incremento constante na área plantada, em virtude do mercado seguro e da valorização desse produto. A região, apesar de ser a maior consumidora, tem excedentes que

são exportados para outras regiões do Estado e também para o Estado do Rio Grande do Sul (CEPA, 1982:229).

Esta microrregião tem também expressividade no que se refere à pecuária, suinocultura e avicultura. Participando com 26,48% do total do Estado, entretanto, essas atividades não alcançam a mesma importância das lavouras.

## CAPÍTULO II

### CARACTERIZAÇÃO DA RESERVA INDÍGENA DE XAPECÓ

#### 1. Histórico do PI Xaçecó

A área que hoje parcialmente compreende a Reserva Indígena Xaçecó, foi doada aos índios Kaingang do aldeamento de Formigas, localizado nas proximidades do Chapecozinho (SANTOS, 1970:44), pelo Governo do Estado do Paraná, em 1902. A doação perfazia aproximadamente 50.000 ha. e foi efetivada ao cacique Vaicrê, como recompensa pelo auxílio prestado na abertura da estrada que ligava os Campos de Palmas aos do Rio Grande do Sul.

O texto do decreto de criação da Reserva é o seguinte:

"O Governador do Paraná, attendendo o que a tribo de índios Coroados de que é Chefe o cacique Vaicrê, em número aproximado de duzentas almas, acha-se estabelecido na margem do rio Xaçecó, no município de Palmas, e considerando que é necessário reservar uma área de terras que os índios possam com necessária estabilidade, dedicar-se a lavoura, a que estão afeitos; Usando da autorização que lhe confere o artigo 29 da Lei nº 68 Decreta: Art. Único: fica reservada para o estabelecimento da tribo de indígenas coroados ao mando do cacique Vaicrê, salvo direito de terceiros, uma área de terras compreendidas nos limites seguintes: A partir do rio Xaçecó, pela estrada que segue para o sul, até o passo do rio Chapecozinho, e por estes dois rios onde eles fazem barra. Palácio do Governo do Estado do Paraná, em 18 de junho, de 1902, 14ª da República. Assinam Francisco Xavier da Silva, Arthur Pedreira

de Cerqueira." In Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná, pelo Bel. Arthur Pedreira Cerqueira, Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, em 31-12-1902. Biblioteca Pública de Curitiba, Apud (SANTOS, 1970:43).

Embora a doação da Reserva tenha ocorrido em 1902, somente em 1941 (Ibid, p. 61), foi instalado o Posto Indígena Xaçecô, como resultado das pressões exercidas junto ao S.P.I., pelo Dr. Selistre de Campos. Exercendo funções de Juiz de Direito em Chapecô, Selistre de Campos, tomou a defesa dos Índios<sup>1</sup> contra as pretensões de Alberto Berthier que tentava obter, através de processo judicial, parte das terras reservadas aos Kaingang<sup>2</sup>.

Apesar do estado brasileiro garantir aos contingentes indígenas a posse dos territórios a eles legalmente reservados, ou de posse imemorial, na prática o que se constata é a redução constante dessas áreas; ou o seu desaparecimento com a relocação forçada da população para outras reservas; ou a sua dissolução junto à população "civilizada".

Assim, no decorrer do processo de ocupação da região oeste de Santa Catarina, os indígenas aldeados na reserva Xaçecô tiveram grande parte da área esbulhada. Quando em 1965 foi expedido o título definitivo de propriedade<sup>3</sup> e a re-

<sup>1</sup>Conforme os artigos publicados em A Voz de Chapecô, 1947 e no Jornal O Estado, 1957 - junho a agosto.

<sup>2</sup>Sobre esta questão ver abordagem exaustiva realizada por SANTOS, 1970:45-48 e 1981:25-33.

<sup>3</sup>O registro das terras do P.I., foi procedido no Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê, sob nº 7.458, fls. 213, L 3 D,

serva foi demarcada, restaram para os Kaingang apenas 15.009,8 ha. Sofreram, portanto, a espoliação de cerca de 2/3 da área inicialmente doada.

Além do esbulhamento ocorrido, a reserva indígena de Xaçecó foi também invadida. Inicialmente o intrusamento foi realizado por "cablocos necessitados de amparo por terem sido expulsos das fazendas da região" (SANTOS, 1981:26). Posteriormente, com o estabelecimento da frente agrícola, novo contingente invade a área, sem que os índios tenham condição de impedir. Dessa vez, a frente é constituída de posseiros, expulsos das terras que ocupavam pelas companhias de colonização que atuavam na região.

Com a criação do P.I.<sup>1</sup>, a Reserva passou para a jurisdição do S.P.I.. Iniciou-se então o esbulhamento oficial, através dos contratos de arrendamento efetivados pelo órgão tutor (S.P.I.). O objetivo era o de canalizar para esta instituição recursos extra-orçamentários provenientes da exploração das reservas indígenas. A FUNAI continuou com essa prática.

De acordo com SANTOS (1970:65),

"De início os arrendatários faziam recolher

---

sendo transmitente o Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina e adquirente o Serviço de Proteção aos Índios, representando a tribo Kaingang cf. Certidão expedida pelo referido Registro de Imóveis, em 3/8/1979. SANTOS, 1981:30.

<sup>1</sup>A partir de sua organização o Posto Indígena Xaçecó foi administrado pelos seguintes Chefes de Posto: Leodônio de Quadros, 1941; Francisco Fortes, 1942-48; Wismar Lima, 1948-50; Nereu Costa, 1950-64; José Andrada, 1964; Lucena da Silva, 1964-66; Arthur Santos, 1966; Atílio Mazzalotti, 1966-67; Franklin Mäder, 1968-1979; Antônio Vicente, 1979; Leônidas do Vale Pereira 1979 - em exercício.

ao P.I. 10% sobre sua produção agrícola. Essa percentagem era incorporada à 'renda indígena' do P.I. e como tal recolhida ao S.P.I., de acordo com instruções específicas. Ocorria entretanto, que os arrendatários procuravam burlar o P.I., quando faziam suas declarações de produção... Em 1968, a FUNAI, por sua Inspeção Regional, resolveu fixar importâncias determinadas pelo arrendamento do alqueire".

Embora posteriormente a FUNAI haja extinguido o arrendamento, quando da realização de Cadastramento<sup>1</sup> promovido pela FUNAI/INCRA/GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (1975:19), 69 famílias apresentavam documentação que comprovava a sua instalação na reserva com a anuência formal do órgão tutor (S.P.I. ou FUNAI).

De acordo com este Relatório, a reserva de Xapacó encontrava-se intrusada por 158 famílias "civilizadas", que ocupavam 2.495 ha. de terra. A maioria dos intrusos<sup>2</sup> consistia de agricultores sem terra, expulsos dos locais que ocupavam anteriormente pela introdução na região de uma agricultura mecanizada e intensiva.

Os intrusos cadastrados tinham tempo bastante variado de permanência na área indígena. Desde 68 anos (um caso) à

<sup>1</sup> Este cadastramento é resultante do Termo de Ajuste, realizado em 07/07/1975, entre a Fundação Nacional do Índio, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária e o Governo do Estado de Santa Catarina, para em ação conjunta equacionarem as "questões decorrentes da presença civilizada nas áreas indígenas localizadas no Estado de Santa Catarina".

<sup>2</sup> A expressão intrusos inclui tanto as famílias civilizadas que penetraram na reserva através da prática do arrendamento, como aqueles que lá se instalaram por acordos diretos com os chefes do P.I. ou com os próprios índios. A generalização pretende facilitar o entendimento da situação da reserva, distinguindo índios e intrusos, ou seja civilizados que indevidamente residiam na área reservada para os índios.

2 anos (12 casos). Os intervalos de 6 a 8 anos e 9 a 11 anos de ocupação (até 1975, data da realização do cadastramento), eram os que congregavam maior número de famílias (28 cada um). Entre 1964 e 1969, portanto, a invasão da reserva por civilizados foi a mais intensa, com 56 famílias se estabelecendo na área. Este período corresponde aos últimos anos de atuação do S.P.I. (extinto em 1967), época em que a corrupção se exarcebou. Ao se instalar a FUNAI (1967), a invasão "civilizada" continuou, embora o órgão tivesse eliminado a prática do arrendamento. O processo agora era o de "ceder" a parte da área ocupada por uma família "civilizada" para outra, através da venda do direito de uso.

O fato que entre 1973 e 1975, 12 famílias se estabeleceram na Reserva de Xapecó ilegalmente, é significativo. Indica tanto o fechamento da fronteira agrícola, como denuncia o processo de concentração de terras em marcha na região, pela implantação de lavouras extensas e mecanizadas. Expulsos das terras que ocupavam pela pressão da venda, os agricultores dirigiam-se para as terras da reserva por dois motivos, primeiro não lhes restava alternativa, uma vez que a valorização das terras na região os impossibilitava de adquirir novas propriedades, em segundo lugar, de acordo com a concepção que vigorava, entre os regionais, as terras reservadas aos contingentes indígenas eram terras "do governo", conseqüentemente passíveis de serem ocupadas.

A maioria das famílias intrusas praticavam uma agricultura de pequena escala. Cerca de 25 famílias limitavam sua ocupação à áreas de 1 a 5 ha; 38 famílias ocupavam áreas de 6 a 10 ha; 41 famílias ocupavam áreas de 11 a 15 ha. Contudo havia um caso de ocupação de 72 ha e outro de ocupação de 96 ha. Estas últimas duas áreas eram cultivadas através do uso de mecanização intensiva.

Os agricultores intrusos plantavam principalmente milho, feijão, soja, arroz e trigo, assegurando para o município de Xanxerê uma produção anual, em 1978 de 67.000 sacas de milho; 4.000 sacas de feijão; 130 sacas de soja; 2.500 de trigo e 1.000 sacas de arroz. (Declaração do Prefeito de Xanxerê, Sr. Rovilho Bortoluzzi ao Jornal O Estado em 1/10/78).

As relações que os agricultores "civilizados" mantinham com os índios se caracterizavam como paternalistas<sup>1</sup>, justificadas pela insegurança de sua permanência na reserva e também como relações de exploração, já que a maioria dos índios se colocava como seus assalariados. É o que se pode depreender do depoimento do agricultor Adelino Cervieri (Tribuna do Oeste - Xanxerê 3/07/78):

"... os índios são amigos, sempre vem à minha casa pedir favor, pedir comida... as vezes a gente dá dinheiro adiantado para um serviço e depois o índio não realiza o trabalho. Mas não tenho queixa nenhuma. De índio nenhum. Ao contrário vou sentir saudades deles quando sair daqui..."

Ou o depoimento de Vitória Daré Tonello, residente na reserva há 23 anos:

"Desde que estou aqui, nunca vi um índio falar mal de nós. Sempre dei remédio, comida... era chamada de comadre e até de madrugada ia atender o chamado deles porque estavam doentes. Todo mundo quê bem a nós. Sempre vieram à minha casa e nunca houve problema. Mas depois que assinamos aquele papel nem índio veio mais aqui. Pararam de vir." (Idem, idem).

<sup>1</sup>"É importante lembrar que o populismo e o paternalismo são técnicas tradicionais para impedir que os injustiçados, os pobres, os oprimidos, ocupem o espaço político que lhes cabe segundo os seus próprios critérios e interesses." (MARTINS, 1980 :128).

Embora a situação detectada pelo grupo de trabalho incumbido de realizar o cadastramento fosse grave, principalmente na Reserva de Xaçecô, e ter ocorrido a imediata sugestão para a urgente realocação das famílias intrusas, além da indicação da área mais adequada para tal reassentamento<sup>1</sup>, nenhuma providência foi tomada. Interesses outros que os dos agricultores intrusos, ou dos indígenas, impediram que as recomendações do grupo de trabalho fossem efetivadas. Isto provocou em 1978, a eclosão de um movimento indígena destinado a efetivar a expulsão dos intrusos, com consequências bastante sérias. De um momento para o outro, os intrusos foram obrigados a deixar a reserva, sem que houvesse qualquer planejamento governamental para sua relocação. Efetivamente, esta improvisação quase resultou num desastre social, decorrente do confronto entre índios e brancos. Não há dúvidas que os índios foram manipulados pela FUNAI.

Ao eclodir o movimento de expulsão dos intrusos em Xaçecô (maio de 1978) o Chefe do P.I., à época, Sr. Franklin Mãder, deu aos colonos intrusos o prazo até 30 de junho de 1978, para que abandonassem o local. O prazo foi considerado exíguo, uma vez que até essa data os prejudicados não poderiam realizar a colheita de suas lavouras ou arrumar local para se estabele

---

<sup>1</sup>De acordo com este Relatório (1975:26)

"A área existente no Oeste de Santa Catarina, nos municípios de Campo Erê e Palma Sola, de 5.700 ha. é suficiente para o reassentamento dos 183 ocupantes de terras indígenas, satisfazendo plenamente as condições agricultáveis... Como alternativa final para o reassentamento dos agricultores, sugerimos a região amazônica, nos focos de colonização do INCRA.

lecerem. As autoridades do município de Xanxerê e Chapecó foram mobilizadas e solicitaram, através do Governador do Estado, uma dilatação do prazo, o qual foi concedido pelo Presidente da FUNAI, Ismarth de Araujo Oliveira, através de telegrama<sup>1</sup>.

Das 120 famílias expulsas da reserva, 70 conseguiram permanecer na região, localizando-se nos municípios de Abelardo Luz, São Domingos, Faxinal dos Guedes e Xanxerê, exercendo atividades como agregados, arrendatários, ou assalariados. Cerca de 50 famílias, saíram da área, localizando-se em barracos ao redor da reserva ou na periferia da sede do município de Xanxerê, aguardando (até outubro de 78) providências para sua transferência para os núcleos de colonização do INCRA. (O Estado, 01/10/78).

Posteriormente foram reassentados no Mato Grosso do Norte, na Chapada dos Guimarães. No entanto, das 24 famílias deslocadas para o Mato Grosso, 12 retornaram quase imediatamente, em função da precariedade da infra-estrutura do local.

A proposta do INCRA para o reassentamento foi a seguinte: cada família receberia 8 colônias de terra, 4 para cultivo e 4 como reserva florestal. Além disso receberiam uma chá

<sup>1</sup>O teor do Telegrama é o seguinte:

"Dr. Antonio Carlos Konder Reis, Governador de Santa Catarina-Florianópolis PT NR 1 27/Gab/p de 29/05/78 PT Acuso recebimento seu ofício 2.557/ referente posseiros Área indígena Xapecó PT Informe Vossencia que famílias não serão retiradas a força PT Solução para mesmas e sairem para outra área com garantia 100 HA terra e toda assistência social e técnica PT Vossencia poderá tranquilizar prefeitos Chapecó e Xanxerê que posseiros só sairão para serem reassentados PT Cordiais Saudações PT" Ismarth de Araujo Oliveira - Presidente FUNAI. (Jornal Tribuna do Oeste - Xanxerê, 03/06/78).

cara de 1 ha. e uma casa na agrovila. O pagamento de Cr\$ 180.000,00 seria efetuado em 20 anos, com juro de 1% ao ano. (Informações de Rosito Miglioranza, Presidente do Sindicato Rural de Xanxerê em 08/02/80). A responsabilidade pela transferência e reassentamento das famílias intrusas foi assumida pela Cooperativa Canarana de Colonização e Ministério do Interior.

A expulsão dos intrusos, por iniciativa da FUNAI (embora com a participação dos índios) era necessária e urgente e pode parecer paradoxal na medida em que se analisa a prática desenvolvida por este órgão no que se refere à exploração dos recursos legalmente reservados para os contingentes indígenas. Cabe portanto a pergunta: para quem as terras estavam sendo liberadas? Evidentemente não era para os agricultores sem terra. A resposta pode ser visualizada se relacionarmos o fato do movimento ter sido deflagrado em 1978, pouco tempo antes da divulgação do projeto de emancipação (FUNAI, julho 1978). Parece, portanto, que a expulsão dos intrusos não foi efetivada para liberar as terras para os índios, mas sim, para outros fins, não explicitados. Felizmente frente à oposição de segmentos da sociedade civil brasileira, tais objetivos não explicitados não chegaram a se concretizar<sup>1</sup>.

<sup>1</sup>A mesma época, movimentos de liberação das terras intrusadas ocorreram na reserva de Nonoai (RS), Rio dos Cobras (PR), entre outros. A presença de agentes da Polícia Federal e talvez do SNI entre os funcionários mobilizados pela FUNAI foi uma constante. O exército e as polícias estaduais também foram mobilizados. Todos estavam unidos defendendo os índios na expulsão dos intrusos. Simultaneamente tentara-se por Decreto emancipar os índios. Caso isto se concretizasse, as terras liberadas de intrusos e de índios declarados não-índios retornaria ao patrimônio da união, conforme disposto na Constituição. (Art. 4º, item IV).

Após a expulsão dos intrusos, em meados de 1979 ocorreu novo movimento na reserva indígena de Xapecó. Desta vez, parcela significativa das populações Kaingang e Guarani se reuniu e expulsou o Chefe do posto, Sr. Franklin Mäder, que exercia a função, desde 1968. Neste episódio ao contrário do que havia ocorrido quando da expulsão dos intrusos, a FUNAI só interferiu posteriormente, tentando negociar o retorno do Chefe do Posto. No entanto, os índios se mostraram irredutíveis e Franklin Mäder foi transferido para outra reserva.

O movimento teve momentos de grande tensão, pela resistência do chefe do P.I. em aceitar a posição dos índios. A iniciativa dos índios teve como estopim a tentativa de Franklin Mäder de destituir o cacique Kaingang, José Domingos Paliano, nomeando arbitrariamente para o posto, o índio João Modesto, que já havia exercido o cargo anteriormente.

O cacique, ao tomar conhecimento de sua destituição, convocou uma assembléia geral na qual os índios das aldeias da Sede, Pinhalzinho, Serro Doce, Limeira e Matão se posicionaram à seu favor, ratificando a eleição que o havia conduzido ao cargo.

"Nessa concentração de índios ocorreram vários incidentes e envolveram até a polícia. Os problemas eclodiram quando os índios ameaçaram de agressão o Chefe do Posto e ele fugiu para a cidade de Xanxerê, onde pediu o apoio de uma unidade do serviço policial de rádio-patrolha. Com a viatura da R.P. e policiais armados, Mäder retornou ao Posto para enfrentar os revoltosos. Os índios, entretanto não se intimidaram e se mostraram dispostos a lutar. O Chefe do P.I. chegou a empunhar uma espingarda e disparar um tiro, sem alvejar ninguém o que provocou a ira dos Kaingang que investiram violentamente sobre os policiais, colocando-os em retirada, juntamen-

te com João Mäder." (O Estado, 22/06/79).

A partir daí, os índios acampados em frente ao escritório do P.I., passaram a apedrejar suas dependências administrativas. A FUNAI entrevistou, através da Delegacia em Curitiba, que abriu sindicância sobre o ocorrido.

Este movimento, reveste-se de importância na medida em que, pela primeira vez na história deste posto, os índios agiram organizada e coletivamente na defesa de suas posições, contra as imposições arbitrárias do órgão tutor. Demonstra também que entre os índios existe um potencial de organização, que pode ser ativado quando necessário. Assim quando a FUNAI recorreu ao aparelho policial instalado no Município para reprimir os índios, não obteve o efeito esperado. Para continuar no exercício do domínio que tem na reserva, a FUNAI não viu outra alternativa do que ceder às exigências dos índios, substituindo o chefe do P.I. Neste episódio o órgão tutor saiu enfraquecido, enquanto a liderança indígena foi reforçada.

## 2. Caracterização da Reserva

### 2.1. Localização Geográfica

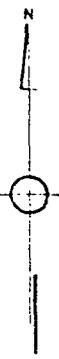
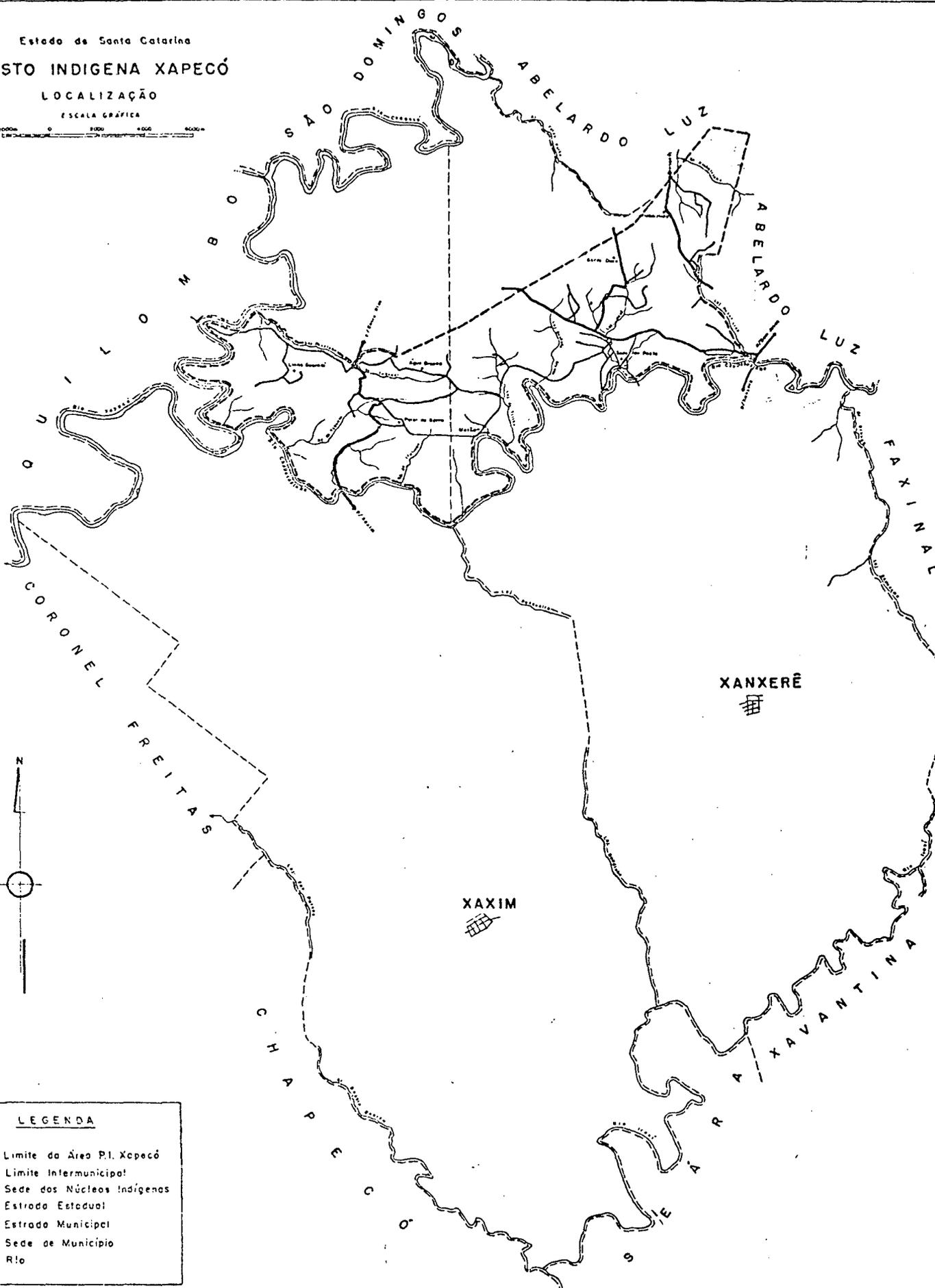
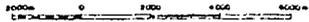
O Posto Indígena Xaçecó localiza-se no oeste do estado de Santa Catarina, ocupando parte dos municípios de Xanxerê e Xaxim, entre os rios Chapecó e Chapecozinho. Está situado entre os paralelos  $26^{\circ}30'$  e  $27^{\circ}$  de latitude sul e os meridianos  $52^{\circ}$  e  $52^{\circ}30'$ , a oeste do GRW. A sede do Posto dista cerca de 23 km da cidade de Xanxerê, com a qual mantém maior intercâmbio. Outras cidades de menor porte, como Bom Jesus, I-puaçu, Entre Rios, se localizam a uma distância média de 8 km. dos diversos núcleos populacionais indígenas, realizando-se nestes lugarejos, principalmente, as relações econômicas de compra e venda de produtos por parte dos índios. (Ver mapa nº 2).

Em 1982, concluíram-se as obras de asfaltamento da estrada que liga Xanxerê à Abelardo Luz. Dessa forma, o acesso ao P.I., ficou bastante facilitado, já que apenas 7 km., (de Bom Jesus à sede do Posto) são de estrada sem pavimentação.

A região onde se localiza o P.I. apresenta-se com relevo plano, suave ondulado e forte ondulado. A altitude varia em torno de 1.100m. Os solos são considerados de excelente qualidade para a agricultura. O clima é mesotérmico, de acordo com a classificação de Köppen, com uma temperatura média de  $16,1^{\circ}$ . No inverno são frequentes as geadas. A precipitação média anual é de 2.462 mm.

Estado de Santa Catarina  
**POSTO INDIGENA XAPECÓ**  
 LOCALIZAÇÃO

ESCALA GRÁFICA



**LEGENDA**

- Limite da Área P.I. Xapécó
- - - Limite Intermunicipal
- Sede dos Núcleos Indígenas
- == Estrada Estadual
- Estrada Municipal
- ▣ Sede de Município
- ~ Rio

## 2.2. Vegetação

A Reserva apresenta matas predominantes de Araucária augustifolia e madeiras de lei, além de matas ressurgentes. A cobertura vegetal, apresenta-se devastada em função de dois fatores: em primeiro lugar, a exploração realizada pelo órgão tutor (SPI/FUNAI), através da serraria instalada na área; e em segundo lugar pela ocupação intensiva da área, levada a efeito por civilizados, através dos processos de arrendamento ou intrusão. Esta situação persistiu até 1978, quando ocorreu o movimento de expulsão dos intrusos localizados na área indígena deflagrado pelo órgão tutor.

De acordo com o Relatório FUNAI/SUDESUL/UFPPr (1973, Tabela 32), a cobertura vegetal deste P.I., se encontrava naquele ano, da seguinte forma:

- Área Florestal:

Mata sub-tropical úmida de folhosas, inexplorada	3.102,562 ha	20,67%
Mata sub-tropical úmida de folhosas, semi-explorada	755,579 ha	5,03%
Mata de araucária, explorada	400,918 ha	2,06%
Mata de araucária inexplorada	22,000 ha	0,15%

- Área de Capoeira

Capoeira densa	797,901 ha	5,31%
Capoeira rala	2.982,270 ha	19,87%

- Área não Florestal:

Agricultura	1.098,254 ha	7,32%
-------------	--------------	-------

Área de repouso, pastagens campo e outros	5.850,36 ha	38,98%
TOTAL	15.009 ha	100,00%

Estes dados, no entanto se apresentam defasados. Com a expulsão dos civilizados da área indígena, grande parte das terras ocupadas com lavouras pelas famílias intrusas foram liberadas. Dessa forma, apesar dos indígenas se dispersarem pela área, uma boa parte dela permanece inexplorada, se constituindo atualmente em área de capoeira. Da mesma forma, com a instalação da CPI (Coordenação do Patrimônio Indígena), ocorreu novo avanço sobre o que restou da área florestal da reserva. Assim, num processo de "rapinagem", se exterminou praticamente com o pinheiro (Araucária, augustifolia). Atualmente explora-se uns poucos pinheiros restantes, geralmente localizados em pontos de difícil acesso e a madeira de lei, existente em maior escala na Reserva<sup>1</sup>.

### 2.3. Caracterização demográfica da população

A população do Posto Indígena Xaçecó é constituída por integrantes de dois grupos indígenas, Kaingang (Gê) e Guarani (Tupi). Segundo classificação da FUNAI, essa população en-  
contra-se em vias de integração (FUNAI. Projeto Agrícola do P.I. Xaçecó, 1980:3). De acordo com o Estatuto do Índio, Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973, Art. 4, inciso III,

<sup>1</sup>Ver adiante a análise que fazemos sobre o Projeto Serraria.

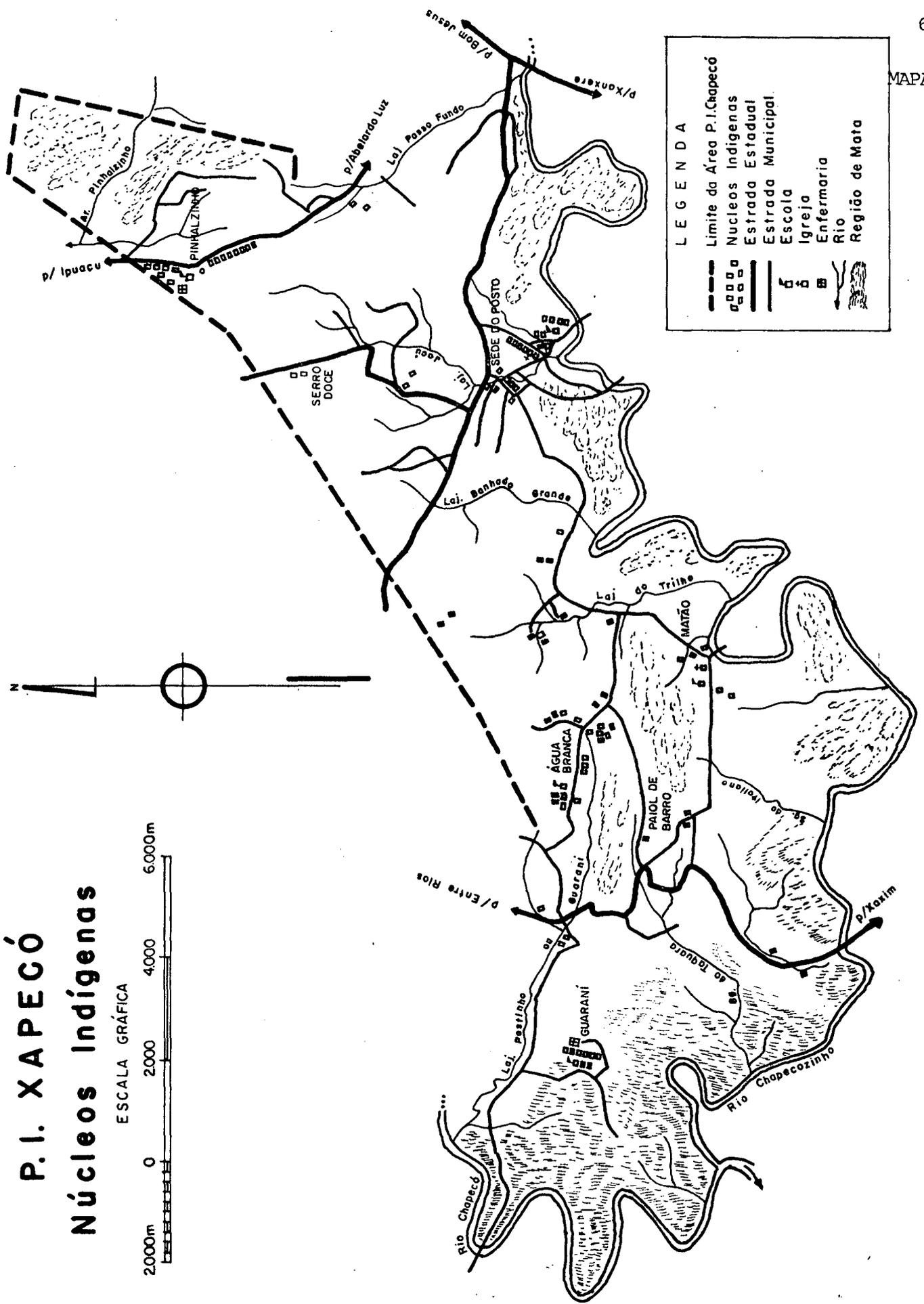
os índios são considerados em vias de integração "quando, em contato intermitente ou permanente com grupos estranhos, conservam menor ou maior parte das condições de sua vida nativa, mas aceitam algumas práticas e modos de existência comuns aos demais setores da comunhão nacional, da qual vão necessitando cada vez mais para o próprio sustento."

Segundo Classificação de RIBEIRO (1977:236), os índios desse P.I., se encontram integrados. Para o autor por integrados

"relacionamos os grupos que, tendo experimentado todas as compulsões referidas e conseguido sobreviver, chegaram ao século XX ilhados em meio à população nacional, à cuja vida econômica se haviam incorporado como reserva de mão-de-obra ou como produtores especializados de certos artigos para comércio. Estavam confinados em parcelas do antigo território ou despojados de suas terras, perambulavam de um lugar a outro, sempre escorraçados." (Idem, Idem:235).

Embora após a expulsão dos intrusos tenha ocorrido a dispersão de famílias indígenas para os locais anteriormente ocupados por aquelas, visando fundamentalmente assegurar a posse da terra, grande parte do contingente populacional desta área encontra-se ainda aglomerada em aldeias, que se localizam em diferentes pontos da reserva. As aldeias são as seguintes: Sede, Pinhalzinho, Área Guarani ou Limeira, Fazenda, Serro Doce, Água Branca, Samburã, além de núcleos menores como Granja Matão e Paiol de Barro. (Vide Mapa nº 3).

A concentração da população indígena em núcleos foi uma opção do S.P.I., mantida pela FUNAI. Dessa forma, as casas dos índios foram construídas em núcleos, situação bastante criticada por estes indivíduos. São frequentes os depoimentos que

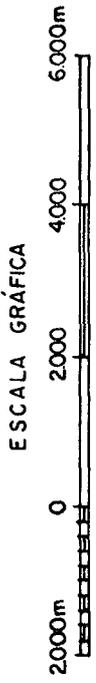


**LEGENDA**

- Limite da Área P.I. Xapecó
- ▣ Nucleos Indigenas
- == Estrada Estadual
- Estrada Municipal
- ☐ Igreja
- ☐ Enfermaria
- ☐ Escola
- ☐ Rio
- ☐ Região de Mata

# P.I. XAPECÓ

## Núcleos Indígenas



ênfatizam a impossibilidade de "ter criaçãõ", ou hortas junto as casas, ou que reclamam a distância das roças, uma vez que não há espaço para mantê-los próximo às casas. O Índio Climair Alípio, racionaliza da seguinte forma a situação: "seu Mãder queria amuntuar os Índios, encher de casas o estradão, desconfio que o restante (das terras, A.N.) ele ia vender ou colocar mais posseiros." (Depoimento à autora, em 12/07/80).

Os dados sobre o total da população indígena da Reserva são controversos. Mesmo os dados fornecidos pela FUNAI apresentam variações, decorrentes principalmente da dificuldade de cadastramento dos indígenas dispersos pela área.

De acordo com dados do arquivo da administração do P.I. o total da população indígena, Kaingang e Guarani é de 1.714 indivíduos, sendo que 896 são do sexo masculino e 181 do sexo feminino. É o que se pode observar na seguinte tabela:

Distribuição Populacional do P.I. Xapecó

	Masc.	Fem.	Total
0 - 5	182	174	356
6 - 10	130	100	230
11 - 15	90	105	195
16 - 20	98	94	192
21 - 25	93	80	173
26 - 30	56	43	99
31 - 35	25	33	58
36 - 40	40	36	76
41 - 45	35	29	64
46 - 50	32	20	52
51 - 55	25	23	48
56 - 60	20	18	38
60 a mais	70	63	133
TOTAL	896	818	1.714

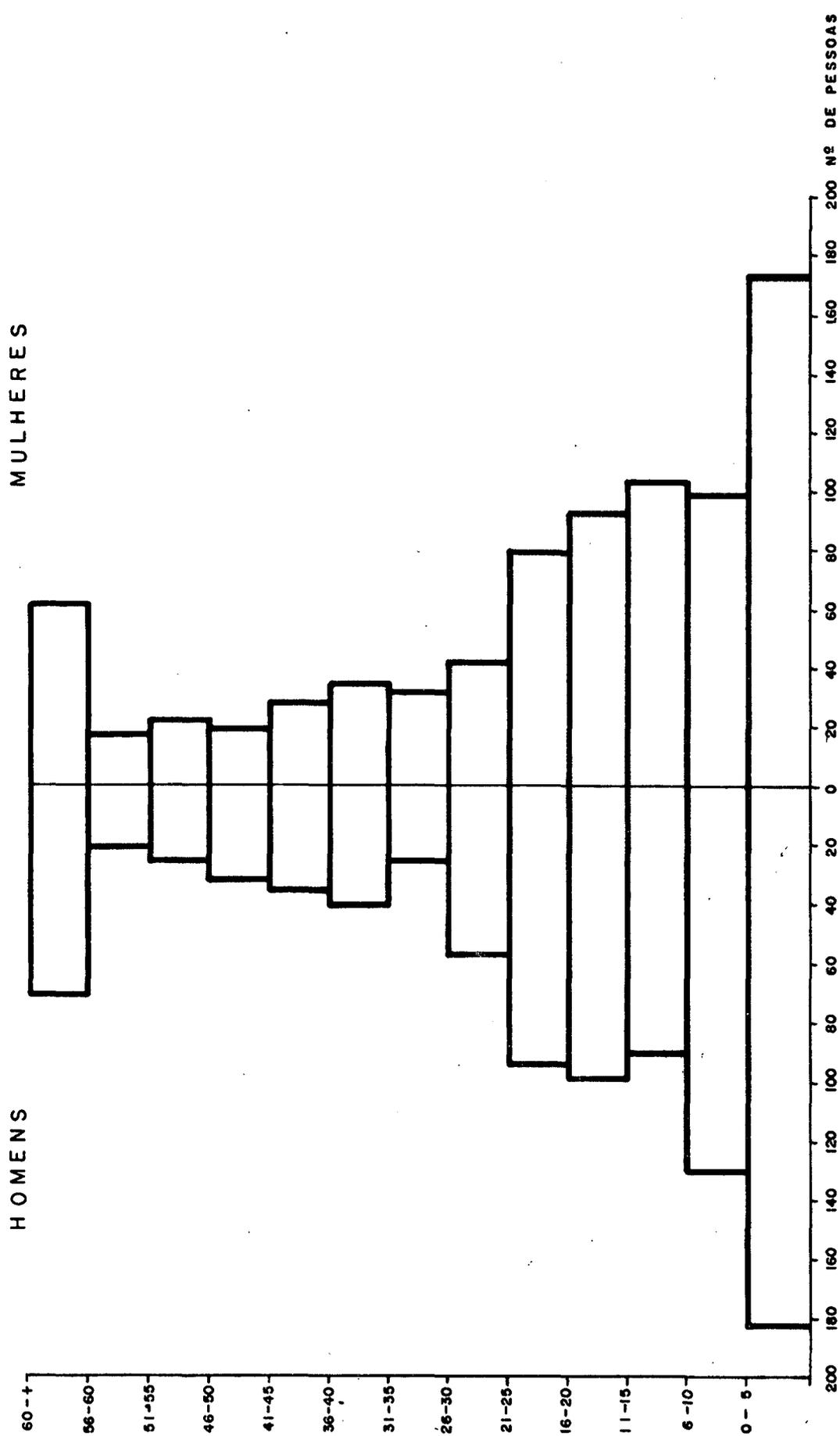
Fonte: FUNAI. Relatório do Chefe do P.I. Xapecó de 30/06/80.

A pirâmide etária dessa população (adiante), demonstra que o maior número de indivíduos (66,9%) encontra-se na faixa etária de 0 à 25 anos, caracterizando-se a população como predominantemente jovem. A faixa etária que apresenta maior número de indivíduos (20,80%), é a de 0 à 5 anos. A população economicamente ativa, situada na faixa de 16 à 60 anos, representa 46,67% da população total do P.I.

De acordo com dados fornecidos pela administração do P.I. (08/01/80), a população Guarani aldeada em Limeira se constitui de 164 indivíduos, distribuídos em 37 famílias. Em contrapartida, os Kaingang apresentam um total de 1.532 indivíduos aglomerados em 371 famílias. Numericamente portanto, os Guarani são pouco representativos nesta Reserva. Essa desproporção aliada à especificidade cultural do Guarani, condiciona às relações que os dois grupos mantêm entre si. (Ver Cap. IV).

O censo realizado pelo IBGE (1980), apresentou um contingente populacional maior do que o registrado pela FUNAI, isto é de 1864 indivíduos. Utilizando como referência o município, o IBGE distribuiu a população indígena pelos municípios de Xanxerê e Xaxim, conforme a tabela abaixo:

# POPULAÇÃO DO P. I. XAPECÓ POR FAIXA ETÁRIA E SEXO



FONTE: Dados fornecidos pela chefia do P.I. Xapecó em julho de 1980

## Contingente Populacional do P.I. Xaçecó

Pop. por Sexo	Munic. de Xanxerê	Munic. de Xaxim	Totais
Homens	669	288	957
Mulheres	639	271	907
<b>TOTAIS</b>	<b>1.305</b>	<b>559</b>	<b>1.864</b>

Fonte: IBGE. Censo de 1980. (Agência de Xanxerê, julho de 1982-dados não publicados).

A mesma agência (IBGE) cadastrou um total de 456 domicílios sendo que no município de Xanxerê, localizam-se 316 e no município de Xaxim, 140.

A população deste P.I., tem apresentado um crescimento constante. Assim, SANTOS (1970:59), indica para esta reserva um contingente de 1.101 índios. Em 1978 SANTOS et alii (1978:30) registram a presença de 1418 indivíduos.

O crescimento apresentado pela população deste P.I., é resultante basicamente do crescimento vegetativo da população, bem como do declínio da taxa de mortalidade, principalmente infantil, decorrente de um atendimento de saúde melhorado, embora ainda precário, através da instalação de enfermarias nas diversas aldeias do P.I.; do estabelecimento de convênio com o Funrural pela FUNAI, que possibilita o tratamento dos casos mais graves nos hospitais dos municípios vizinhos; bem como das visitas periódicas da EVS (Equipe Volante de Saúde) aos Postos. Também deve-se levar em conta o processo de migração, uma constante nos postos indígenas da região sul. Dessa forma, identificamos em nossa pesquisa famílias Kaingang provenientes

dos postos indígenas do Rio Grande do Sul (Nonoai, Guarita, Votouro, Ventarra), bem como dos postos indígenas do Paraná (Palmas, Mangueirinha, Manoel Ribas, Rio das Cobras), além de Guarani provenientes da Argentina.

A migração seguidamente se dá por problemas políticos enfrentados pelas famílias indígenas nos postos de origem, envolvendo as lideranças indígenas ou civilizadas. Outro fator que provoca a migração é a prática de delitos contra civilizados ou índios. Em virtude da impunidade legal do índio, as chefias dos Postos tem se utilizado da prática de "transferência" do infrator para outro P.I. Embora ilegal, a transferência acaba se concretizando sob a justificativa de proteger o índio das vinganças decorrentes de seus atos. Normalmente a transferência ocorre no caso de crimes considerados graves, como por exemplo, homicídios. No caso de problemas políticos, a transferência é na maioria das vezes solicitada pelas próprias famílias, para fugir às pressões ou perseguições.

#### 2.4. Educação

A educação formal da população indígena em idade escolar neste P.I., segue de maneira geral à orientação estabelecida para as escolas rurais do interior do país. Estão em funcionamento neste reserva 6 escolas, localizadas nas aldeias indígenas. São as seguintes: Escola P.I. Xapecô, localizada na sede; Escola I.E. São Pedro, localizada na Água Branca; Escola Linha Guarani, localizada em Limeira; Escola I. São José, no Matão; Escola Linha Magistrali, localizada em Samburã; Escola Indígena Pinhalzinho, localizada na aldeia de Pinhalzinho.

De acordo com dados fornecidos pela Chefia do P.I., o número de alunos matriculados é de 213, com idades variando entre 7 à 16 anos. É o que se pode observar na seguinte tabela:

População Matriculada nas Escolas, por sexo e faixa etária

Idade	M	F	Totais
7	19	20	39
8	9	4	13
9	10	15	25
10	19	20	39
11	17	12	29
12	16	11	27
13	19	5	24
14	7	6	13
15	3	0	3
16	1	0	1
TOTAL	120	93	213

Fonte: Arquivos do Posto Indígena.

Como as escolas do P.I. ministram aula apenas até a 4<sup>a</sup> série, alguns alunos, em número de 21, estão no momento continuando seus estudos em colégios estaduais, fora da reserva. Desses, um foi frequentar o curso normal em Xaxim e vinte continnuam o 1<sup>o</sup> grau em Bom Jesus, Samburã e Toldinho. Desses 7 tem recebido, via FUNAI, bolsa de estudos. Trata-se de um auxílio para fazer frente as despesas necessárias para frequentar esses estabelecimentos que ficam distantes da reserva. Em 1980,

o valor da bolsa era de Cr\$ 1.500,00, por semestre.

Nas escolas localizadas no Posto, atuam 3 professores civilizados e 4 monitores bilíngues. Os monitores receberam formação profissional na Escola Clara Camarão, localizada no P.I. Guarita, no Rio Grande do Sul. Todos os monitores bilíngues são Kaingang. Não existe na reserva nenhum monitor Guarani.

Com exceção de dois professores, o da Escola Indígena São José (Matão) e o da Escola I. São Pedro (Água Branca), que são pagos respectivamente pela Prefeitura Municipal de Xanxerê e a Secretaria de Educação (SC), os outros são contratados pela FUNAI. Há interesse de todos os professores em pertencer aos quadros da FUNAI. Primeiro devido ao salário. Enquanto o professor contratado pelo Estado percebia em 1981, Cr\$ 4.150,00, a FUNAI pagava Cr\$ 12.000,00 a cada um de seus professores. Segundo, o nível de exigência da coordenadoria local de educação, imposto pela Secretaria de Educação do Estado de SC, é considerado incompatível com a realidade indígena<sup>1</sup>, o que origina diversos problemas para o docente sujeito às normas do Estado.

Em todas as escolas o fornecimento da merenda escolar é bastante precário. No entanto, recentemente tem-se implantado hortas que propiciam, além do aprendizado (pois são

---

<sup>1</sup>Exemplos: conteúdo ministrado dissociado da realidade indígena; controle do número de aprovações e frequência; fiscalização do rendimento dos alunos, exigência de uniforme (não seguida) e até contribuições para obras beneficentes fora da área indígena como "o natal dos lázaros".

orientados por um monitor agrícola Kaingang ainda não contratado pela FUNAI), legumes utilizados para a merenda escolar.

A prática escolar nos postos indígenas da região sul tem se caracterizado fundamentalmente por estar desvinculada do cotidiano dos indivíduos índios. Com exceção do ensino bilíngue<sup>1</sup>, ministrado nos dois primeiros anos de escola, toda a programação é semelhante à fornecida pelo Estado ao aluno "civilizado". Dessa forma, o material didático utilizado; a estrutura formal; as atividades desenvolvidas (basicamente em salas de aula); a exigência de frequência; o calendário escolar seguido; os valores transmitidos; enfim tudo remete à sociedade mais ampla, em detrimento da especificidade étnica e sócio-cultural do aluno índio. Associe-se a este quadro, o fato de que na maioria das vezes o ensino é ministrado por professores "civilizados", despreparados para a função, cheios de estereótipos com relação ao aluno índio, na maioria das vezes sem condições de criticar o conteúdo programado e temos um quadro extremamente grave no que se refere à educação indígena neste país.

A educação formal dispendida pelo Estado, através da escola, se a entendermos como aparelho ideológico<sup>2</sup>, concorre para a reprodução das relações de produção específicas ao modo de produção capitalista vigente no país. Dessa forma há que se questionar a que tipos de interesse ela responde. Pe

---

<sup>1</sup>Sobre este aspecto ver SANTOS, 1975.

<sup>2</sup>ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. Lisboa, Editorial Presença, s.d.

lo visto, não são os interesses da comunidade indígena. A educação na forma como se processa veicula constantemente a ideologia, os valores das classes dominantes.

Neste sentido, tem como consequência a incorporação dessa ideologia por essas comunidades subordinadas. Assim, a educação ao enfatizar noções como de "desenvolvimento", "integração" e "produtividade", escamoteia os valores e a visão de mundo das sociedades indígenas, impondo homogeneamente valores de sociedade nacional. Conforme coloca BRANDÃO (1981:152)

"Quando em qualquer modalidade de educação é levada por agências de algum modo ligadas ao poder, a 'outros' situados fora dele, como os povos colonizados, os povos indígenas, os trabalhadores subalternos das lavouras ou fábricas, ela aparece mais do que nunca como uma forma de invasão. Uma invasão cultural, simbólica, ideológica. Uma invasão forçada de um corpo de idéias sobre outros; alguma coisa como uma violência simbólica, de que falaria Bordieu".

Assim, a forma com que se processa a "educação formal" dos grupos indígenas é perfeitamente racional (embora criticável na sua totalidade), porque através da destruição das bases de sustentação da identidade dessas sociedades, contribui efetivamente para sua homogeneização com outros segmentos da sociedade nacional, ou seja a sua destruição enquanto grupo étnico, além de dificultar a sua organização política.

## 2.5. Saúde

A população indígena da reserva é atendida por quatro atendentes de enfermagem, contratadas pela FUNAI, que atuam em três enfermarias localizadas na área (Sede, Pinhalzinho

o e Linha Guarani). Até 1981, só havia uma enfermaria em funcionamento, a da Sede. O atendimento era bastante precário, em particular em função das distâncias existentes entre as diversas aldeias e a sede do P.I. Atualmente, a situação está melhor, embora ainda apresente deficiências, principalmente no que se refere ao estoque de medicamentos, ao instrumental médico, e à especialização das atendentes contratadas pela FUNAI. Para diminuir os problemas, a EVS (Equipe Volante de Saúde) visita periodicamente a reserva. A equipe da EVS, é integrada por um médico, um dentista, enfermeira e laboratorista, que permanecem na área por cerca de dez dias.

Neste período, presta atendimento à população realizando exames clínicos, executando consultas, prestando atendimento odontológico (apenas extração de dentes) e promovendo vacinações (BCG, Tríplice, anti-sarampo, Sabin).

A única enfermaria que possui infra-estrutura para o internamento de doentes (10 leitos) é a Sede do P.I. que tem a sua capacidade máxima permanentemente utilizada. Para o atendimento dos problemas mais sérios, a FUNAI mantém convênio com o FUNRURAL, o que possibilita o internamento hospitalar em Xanxerê. No entanto o atendimento é precário, motivando queixas constantes dos índios. Antes da expulsão dos posseiros, o Sindicato Rural de Xanxerê também prestava assistência médica e odontológica para essa população. De acordo com seu Presidente, Sr. Rosito Miglioranza, "como forma de retribuir aos índios a ocupação de suas terras por agricultores civilizados". No entanto, após a saída dos intrusos, o Sindicato cortou qualquer atendimento aos indígenas localizados na reserva.

Em julho de 1982 o Chefe do P.I. Xapecô Leônidas do Vale Pereira nos informou de que a FUNAI havia autorizado a contratação de um médico e um dentista que prestarão atendimento à população indígena dois dias na semana. Os equipamentos para a instalação do consultório odontológico já haviam chegado ao P.I.

As doenças mais frequentes de acordo com informações da atendente de enfermagem, Odete C. Borges ( 13/07/81 ) são: infecções das vias respiratórias, desidratação, escabiose e sarampo. Ocorrem ainda casos de tuberculose, diagnosticados pela EVS e mantidos sob controle, além de estar ocorrendo um incremento de doenças venéreas (sífilis e gonorréia) decorrentes da frequência dos índios aos prostíbulos localizados próximos à área indígena.

No entanto, o problema de saúde mais sério enfrentado por esta população é o da desnutrição, ocasionado pelas precárias condições de vida da maioria das famílias indígenas. Isto tende a agravar qualquer quadro clínico. Dessa forma, a associação da desnutrição à verminose, também comum, é a principal responsável pela mortalidade infantil nesta reserva.

## 2.6. Organização local da FUNAI

Para explicar a organização local da FUNAI, bem como a sua atuação, é fundamental localizá-la contextualmente. A Fundação Nacional do Índio está administrativamente vinculada ao Ministério do Interior (Lei nº 5.371 de 05/12/67). Caracte-

risticamente este órgão apresenta uma visão desenvolvimentista e se coloca como responsável pela criação e implantação de projetos que visam a incorporação produtiva das regiões do interior do país. Os territórios indígenas, demarcados ou não, se constituem em obstáculo à expansão do modo de produção capitalista na medida em que a exploração dos recursos efetivados por estas sociedades se processa através de uma lógica diferente da preponderante na sociedade brasileira. Dessa forma "... a FUNAI, ao se subordinar ao Ministério do Interior, subordina-se simultaneamente a um complexo de valores, normas e modos de ação prática que são inócuos ou prejudiciais aos interesses dos grupos que supostamente deveria proteger". (JUNQUEIRA, 1980:62).

Embora possa parecer paradoxal que o órgão de proteção aos índios se situe neste Ministério, a análise mais acurada da política indigenista desenvolvida por este órgão demonstra que há coerência, na medida em que contribui para a incorporação de terras e mão-de-obra ao modo de produção capitalista.

A partir da sua criação, a história da FUNAI é um suceder de decretos que buscam consolidar a "implantação de um poder monolítico de decisão sobre o destino dos povos indígenas", (OLIVEIRA, 1982:12). Dessa forma, até 1969, embora estivesse assegurado a presidência do órgão a um representante do Ministério do Interior (através do Decreto Lei nº 423, de 21/01/69), mantinha-se a participação de representantes de outros setores do governo não vinculados ao Ministério do Interior, como o representante do Ministério da Saúde, Ministério

da Educação e Cultura e Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), além de representantes de organismos não oficiais como a ABA (Associação Brasileira de Antropologia), que formavam o seu Conselho Diretor. Era este Conselho que deveria definir a política indigenista brasileira. No entanto, através do Decreto nº 64.447 de 02/05/69, o Conselho Diretor foi transformado em Conselho Indigenista, tendo suas funções esvaziadas. O passo seguinte foi a promulgação do Decreto 68.377, de 19/03/71, reformulando os Estatutos da FUNAI e atribuindo ao Presidente da República a responsabilidade de nomear os sete membros do Conselho Indigenista. Através desse Decreto, portanto, impediu-se que setores da sociedade civil participassem da definição da política indigenista.

De acordo com OLIVEIRA (1982: 8-9)

"à par do progressivo centralismo das decisões da política indigenista nas mãos do representante do Ministério do Interior, o órgão de uma forma crescente começa a ser reocupado por militares - tal como aconteceu nos últimos anos do SPI -- a começar pelo seu próprio Presidente, inicialmente um civil (Sr. Queiróz Campos) substituído em 1970 por um militar (Gen. Bandeira de Mello). A presença militar na FUNAI nesses anos 70 era a própria expressão do Estado Autoritário, uma vez que os militares envolvidos nenhuma experiência tinham com assuntos indígenas, ao contrário dos militares que em 1910 criaram o Serviço de Proteção aos Índios".

No momento a política indigenista desenvolvida pela FUNAI encontra-se balizada em dois pontos: o primeiro deles, resquício da época de sua criação, quando se consubstanciava o autoritarismo do estado brasileiro se manifesta no abuso do poder exercido sobre os contingentes indígenas sob sua tutela. A FUNAI extrapola seu poder na medida em que todas as

decisões, tanto à nível político, quanto à nível econômico, são tomadas pelo órgão tutor sem qualquer participação dos integrantes das sociedades indígenas. As lideranças indígenas são cooptadas pelo órgão, que embora concedendo alguma autonomia no que se refere a problemas internos das reservas, a nível geral impõe a sua ideologia, impedindo assim qualquer reação contra suas atividades.

O fato de persistir até o momento a proibição dos índios sair da reserva sem a autorização formal do chefe do P.I. (expressa na forma de portaria), exemplifica suficientemente a subordinação do contingente índio aldeado na reserva. O mecanismo da portaria, tem como principal implicação o controle do deslocamento dos índios, tanto nas viagens à outros postos indígenas, como e principalmente na participação destes indivíduos nas Assembléias Indígenas promovidas pelo CIMI, ou em qualquer outra atividade não promovida pelo órgão tutor. O autoritarismo da FUNAI, também se manifesta na proibição aos índios de concederem entrevistas à imprensa falada e escrita, o que dificulta sobremaneira a denúncia de seus problemas. O mesmo autoritarismo aparece ainda nas dificuldades, quando não proibição sumária imposta para a realização de trabalhos científicos sobre essas comunidades, ou a efetivação de qualquer trabalho executado por instituições alheias ao órgão tutor.

Em segundo lugar, contrariamente às colocações do Estatuto do Índio, no que se refere à exploração dos recursos reservados aos contingentes indígenas, o órgão tutor tem exercido uma ação de exploração capitalista no que se refere aos recursos naturais que lhes estavam legalmente reservados. Des-

sa forma, na reserva de Xaçecó, a FUNAI se arroga o direito exclusivo de explorar os recursos florestais da reserva. Assim, a exploração da madeira da reserva é monopólio do órgão tutor, sendo que a derrubada de qualquer espécie pelos índios se constitui em crime. Explora também a FUNAI as terras da reserva, através do Projeto de Desenvolvimento Comunitário (Projeto Lavoura Coletiva), sem que praticamente nenhum benefício reverta para a população indígena. Impõe ainda o recolhimento de 10% sobre as atividades de coleta desenvolvidas pelos índios, através da exploração do xaxim, nó-de-pinho e palanque.

Afim de viabilizar sua política indigenista, balizada nesses dois pontos, a FUNAI mantém na Reserva Indígena de Xaçecó um contingente de 15 funcionários "civilizados", ligados à administração, projetos de exploração, saúde e ensino além dos funcionários índios da serraria. A equipe de funcionários que detém o poder de decisão na reserva se constitui da seguinte forma: Chefia do P.I., Sr. Leônidas do Vale Pereira; Auxiliar Administrativo Néelson Correia Borges; Técnico Agrícola Anacleto Castelani; Executor da Serraria João L. Serpa Silvério. Além desses, a FUNAI tem como assalariados, três atendentes de Enfermagem, duas professoras, quatro monitores bilíngues, dois tratoristas, além dos funcionários índios da serraria.

O papel da administração local da FUNAI, entretanto, é limitado, uma vez que se reduz à implantação e gerenciamento dos projetos elaborados fora da reserva, na Delegacia Regional (Curitiba) ou na sede do órgão, em Brasília. Assim a cota de madeira beneficiada na serraria é determinada pela FUNAI,

bem como a extensão das lavouras Coletivas e Familiares.

Conta ainda o Posto com uma infraestrutura física composta de uma casa-escritório, três enfermarias, 6 escolas, uma igreja, um clube, uma serraria, um galpão-garagem e um galpão-depósito.

A energia elétrica é fornecida pela rede pública e atinge a sede do P.I.: escritório, clube, enfermaria, casas dos funcionários da FUNAI e dos funcionários índios e civilizados que trabalham na serraria.

A aldeia de Pinhalzinho também conta com energia elétrica, fornecida pela Eletrosul como indenização aos índios pela passagem na reserva dos cabos da rede aérea de transmissão, que integra todo o sistema energético da região sul.

## 2.7. O aparato de organização dos índios

A organização dos índios da reserva Xapecó repete o modelo existente nas outras reservas indígenas e copia parcialmente a estrutura dos organismos militares da sociedade nacional. Dessa forma, hierarquicamente se colocam os seguintes líderes:

Cacique Kaingang - José Domingos Paliano Kaãponi

Capitão Miguel Alípio - Sede

Capitão Lauro Inácio - Matão

Capitão Pedro Gonçalves - Serro Doce

Capitão Duvirges Mendes - Pinhalzinho

Capitão José Camilo - Samburá

Capitão Mateus Veloso - Linha Guarani

Sargento Climair Alípio - Sede

Cacique Guarani - Armindo de Souza - Linha Guarani.

Além desses existe ainda as categorias de cabos e soldados nomeados pelos capitães, que auxiliam as autoridades indígenas na manutenção da ordem.

Como chefe geral dos índios coloca-se o cacique Kaingang, pelo menos teoricamente, o cacique deveria ser eleito pela comunidade indígena. Mas o atual cacique, José Domingos Paliano Kaãponi, que está no cargo desde 1978, foi indicado pelo então Chefe do Posto, Sr. Franklin Mäder sendo candidato único, seu nome foi homologado por cerca de 220 índios. A questão da legitimidade da liderança pode, portanto ser levantada.

A partir de sua eleição, o cacique nomeia os capitães que por sua vez indicam os sargentos e soldados que passam a constituir a "liderança indígena" do Posto. Não existe tempo determinado para o mandato, podendo ocorrer, entretanto, no caso do cargo do cacique uma proposta de nova eleição, por qualquer índio interessado em assumir a função. Tal fato ocorreu em 1982, quando um índio da aldeia de Água Branca, Dejardi no Paulino, apoiado por parcela da comunidade disputou uma eleição com o atual cacique. No entanto, a eleição se transformou numa farsa pela forma como foi efetivada. Marcou-se a escola como local para a eleição e no dia combinado, os índios frente às autoridades indígenas constituídas deveriam marcar no quadro de giz da escola um risco sob o nome de seu candidato. A população que se dirigiu ao local para votar, com medo de represálias acabou votando em massa no cacique da situação, ou deixando de votar. Assim, o resultado da eleição foi o seguin-

te: Cacique Kaingang José Domingos Paliano Kaãponi - 436 votos e Dejardino Paulino 9 votos. (Depoimento do Índio José Gabriel em 24/07/81 à autora). X

Legitimou-se assim, pela segunda vez, o atual cacique, embora exista parcela representativa da população não satisfeita com sua atuação.

A destituição das outras autoridades, no entanto é menos formal, na medida em que o próprio cacique pode realizá-la, atendendo seus interesses ou a pedido da população.

Os líderes referidos formam um Conselho Indígena, que tem como função a solução dos problemas ocorridos entre os índios da reserva. Assim é atribuição do Conselho Indígena zelar pela ordem na reserva; controlar as fronteiras no caso de invasão por "civilizados", controlar as saídas dos índios, resolver conflitos entre casais (caso de separação ou agressões físicas); punir os índios encontrados alcoolizados; resolver conflitos com relação à ocupação espacial das terras da área; distribuir as terras lavradas pelo trator da FUNAI, através do Projeto Lavouras Familiares; controlar as transações comerciais que os índios realizam com os "civilizados" que se localizam nos arredores da reserva.

Na prática, no entanto, é o cacique Kaingang que toma sozinho a maioria das decisões referentes aos problemas apresentados pela comunidade. Diferentemente do que ocorre na maioria das reservas indígenas da região sul, o cacique José Domingos conseguiu, no decorrer de seus cinco anos de mandato, assumir frente à comunidade indígena, bem como à atual Chefia do P.I., uma liderança bastante significativa.

Dessa forma, o cacique interfere em vários setores, que em outros postos indígenas são atribuições da administração. Por exemplo, é o cacique que autoriza a saída dos índios para trabalhar como diaristas fora da área indígena, embora a "portaria" seja formalizada nos escritórios do P.I. É ainda o cacique que autoriza aos comerciantes "civilizados" a compra da produção das famílias indígenas, bem como a entrada na área de veículos para o transporte da produção agrícola dos índios. Vistoria, além disso, os preços contratados. De acordo com seu depoimento:

"Se eu não tô trabalhando, proibindo comprar produto do índio sem a devida autorização, visto carimbado, para entrar e comprar o produto do índio, ninguém pode entrar, e se eu achar um branco aqui dentro levando o produto do índio sem autorização, eu prendo a carga, porque eu não sei quando ele vai pagar ao índio, quem sabe se ele vai explorar o índio como tem acontecido, de muita exploração..."

Se for preciso nós pagamos tudo para o índio, se for preciso nós pegamos o produto dele aqui, lá na lavoura, e levamos prá ele lá onde está o preço que vale né, nós damos um jeito e levamos né..."

(José Domingos Paliano Kaãponi, entrevista à autora em 10/01/80).

É também o cacique quem autoriza e controla a venda realizada pelas famílias indígenas do nô-de-pinho, xaxim ou palanque. No entanto, sua atuação se resume a contratar com o regional interessado o preço da carga, e principalmente a controlar que do valor obtido, seja recolhido 10% junto ao escritório do P.I. Os valores acumulados através dessa atividade (imposto sobre os recursos exploráveis da Reserva!) não estão sob o seu controle, bem como os recursos provenientes da venda das pontas de pinheiro e do lixo da serraria, que da mesma for

ma desconhece. No caso de comerciantes e índios não seguirem as regras estipuladas, o cacique tem poder para embargar a carga e punir com cadeia o índio infrator.

No entanto, cabe ao cacique Kaingang, mesmo ignorando os valores totais arrecadados elaborar projetos de aplicação. Ao serem obtidos, os recursos financeiros são enviados pela administração do P.I. para a 4<sup>a</sup> DR da FUNAI em Curitiba. Só posteriormente retornam parcialmente ao Posto para a execução dos projetos elaborados pelo cacique e autorizados para execução. Dentro desse contexto, o cacique elaborou dois planos de aplicação: o primeiro deles, relacionado à moradia, previa a construção de 250 casas para os índios. Até 1982, somente haviam se concretizado cerca de 50 casas, sendo que entre elas estava o escritório do P.I., a igreja e uma casa para a família do funcionário "civilizado" do Supermercado da Cooperativa Agrícola Regional Pindorama Ltda, instalado na Reserva (ver adiante). No caso desse projeto, a madeira necessária era fornecida pela serraria localizada na área indígena, enquanto a mão-de-obra, a cobertura, tinta, etc..., eram pagas pela renda da comunidade.

O outro plano de aplicação elaborado pelo cacique previa a distribuição de fogões à lenha para as famílias que ainda não possuíam. Nesta distribuição, foram privilegiadas as unidades familiares que já haviam recebido as novas casas.

É atribuição do cacique, ainda, o controle das roças dos índios cooperativados. Para que ele assumisse tal controle, o órgão tutor fez com que esse assinasse, juntamente com o Chefe do P.I., um documento que o responsabilizava pelas dí-

vidas assumidas pelos índios junto à cooperativa.

Contudo, o fato do cacique assumir essas responsabilidades, que como ficou demonstrado se referem exclusivamente às relações entre as famílias indígenas ou entre estas e os "civilizados", não significa que José Domingos Paliano Kaãponi, tenha uma atuação independente da FUNAI. Pelo contrário, embora o seu salário (Cr\$ 4.000,00 em 1980) não provenha diretamente da FUNAI e sim da Renda da Comunidade, a cooptação do cacique ocorre. Mesmo que seu discurso enfatize o "trabalho para o bem da comunidade" (entrevista à autora em 10/07/82), ele se encontra alijado das decisões no que se refere à exploração levada à efeito pelo órgão tutor dos recursos da reserva. Dessa forma, não tem controle algum sobre, por exemplo, o Projeto Serraria. Em janeiro de 81, este se mostrava surpreso e revoltado com a declaração fornecida à imprensa pelo Chefe do P.I., Sr. Leônidas do Vale Pereira, de que os recursos arrecadados pela serraria instalada na reserva retornavam só parcialmente ao P.I. Xaçecô. Seu depoimento, bastante esclarecedor é o seguinte:

"Na entrevista do Chefe do Posto tá falando ele que esta verba que é gerada aqui sobre a venda da madeira serrada o dinheiro vai para Brasília, parece que é, depois volta uma quantia prá aplicar a bem da comunidade indígena de Xaçecô, e o resto vai prá outros postos, prá socorrer outras comunidades indígenas ele escreveu isto aqui. Conforme eu tô sabendo, o que é gerado aqui, é prá ser aplicado aqui mesmo né. Então inclusive eu fiquei surpreendido de saber estas coisas... Mas que eu tô sabendo o dinheiro volta, é que eu não tô junto mesmo, vendo quanto que foi, quanto voltou ou se vai prá lá e só volta 50% prá cá, prá nós e o resto vai para outros postos e não será direito..."

Ao mesmo tempo, o cacique tem consciência que o

Chefe do Posto não pode ser responsabilizado, reconhecendo que a responsável pela situação é a FUNAI, com sua estrutura centralizada e empresarial, portanto exploradora:

"Se é feita dessa maneira, desse dinheiro que e tirado daqui mesmo, que é gerado aqui mesmo, já o Chefe do Posto não é culpado. Porque o Leônidas faz bem não aceitar uma coisa destas porque deste dinheiro se vai 50% para outros Postos e só vem um pouquinho prá nós já não podemos resolver quase nada mesmo. Eu já fiz um plano. Por este motivo vou especular vou verificar e se for assim vou até lá para parar com esse negócio. Porque não é possível. Eu pensando em fazer o máximo pelos índios, lutando e a gente mandando dinheiro daqui. Se fosse que estivesse na minha mão eu sabia aonde é que ia, mas não vem na minha mão."

Sobre a justificativa veiculada pelo órgão tutor de que as verbas arrecadadas nos Postos Indígenas, devem ser remanejadas para outros mais carentes (?) o cacique afirma:

"Tá certo que nós temos que ajudar nosso irmão, mas a FUNAI também que dê um jeito por lá e dê uma ajuda. Tem tantos órgãos que podem conceder o dinheiro. Porque tem vários departamentos que trabalham prá FUNAI mesmo. Eu não admito uma coisa desta".

(Entrevista à autora em 10/01/81).

O mesmo ocorre com os outros projetos implantados pela FUNAI na área. Isto é, desconhecimento total, tanto da liderança indígena, quanto da comunidade, no que se refere à administração ou participação nos resultados.

Em contrapartida, o respaldo e a autonomia que o órgão tutor concede ao cacique no que se refere aos problemas internos (entre os índios), ou junto aos regionais, permite frequentemente o abuso de poder do cacique sobre os índios. Este abuso se consubstancia na proibição ou autorização da venda de não-de-pinho, xaxim ou palanque em determinados períodos; na

decisão unilateral sobre quais os índios serão beneficiados com casas novas; quais são beneficiados com lavrados executados pelo trator; quem poderá ser expulso da reserva. Além disso ele promove a exploração do contingente indígena através do assalariamento, uma vez que à ele somente é permitido a associação com "civilizados" para o cultivo de roças dentro da área.

A ambiguidade do cacique, portanto, é flagrante. Ora defende os índios e luta por seus interesses. Ora, assume o jogo da FUNAI, envolvendo os indígenas e impondo a vontade do órgão tutor. Certamente, neste contexto, o cacique acaba aparecendo como um líder que detém as maiores roças e, em decorrência, usufrue um padrão de vida "não comum" aos demais indígenas.

## CAPÍTULO III

## A EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DA RESERVA XAPECÓ

1. A exploração efetivada pelos índios1.1. As lavouras familiares

Os contingentes Kaingang e Guarani que se localizam nesta reserva são basicamente agricultores, embora as atividades de coleta, venda de palanques e a venda da força de trabalho se constituam em fontes importantes de rendimento, para a complementação do orçamento doméstico. No entanto, existem algumas especificidades que devem ser levadas em consideração ao se analisar o processo de reprodução das unidades familiares estabelecidas neste P.I.

Assim, ocorre a existência de um grupo de índios, em número de 26<sup>1</sup>, que são empregados da serraria da FUNAI, que funciona na área indígena. Estes indivíduos, que percebem salários que variam de Cr\$ 9.451,00 à Cr\$ 36.719,00<sup>2</sup>, estão evidentemente impossibilitados de realizarem lavouras. Contudo, normalmente suas esposas mantêm roças, de pequena extensão, eventualmente com a ajuda de peões índios, contratados como diaristas ou por empreitada. Estes índios, funcionários, que percebem seus

<sup>1</sup>Informações fornecidas pelo Executor da serraria, Sr. João Luiz Serpa Silveira em 14/07/81.

<sup>2</sup>O salário mínimo em julho de 1981 consistia em Cr\$ 8.464,80. (Brasil. Leis, decretos ... 1981:143-145).

salários mensalmente, não enfrentam as mesmas contingências que outros grupos, no que se refere à subsistência da família, uma vez que tem assegurado o crédito nas "bodegas" localizadas nas proximidades da reserva ou no Supermercado da Cooperativa instalado na área. Conseqüentemente para estes indivíduos, as atividades agrícolas são secundárias e objetivam apenas o plantio para a complementação do orçamento familiar, uma vez que este, em grande parte, é suprido pelo salário.

Outro grupo que pode ser identificado é o dos índios que recentemente se associaram à Cooperativa Agrícola Mista Regional Pindorama Ltda e tem dessa forma assegurado o financiamento de suas lavouras.

Os índios aposentados, também apresentam especificidades. Apesar de sua aposentadoria ser ínfima - Cr\$ 4.700,00 em julho de 81 -, ela lhes possibilita de alguma forma a sobrevivência, uma vez que a recebem regularmente. Normalmente estes indivíduos tem crédito junto aos comerciantes da região ou, atualmente, no Supermercado instalado na área indígena, no que se refere ao fornecimento de produtos para alimentação. Mesmo estes indivíduos realizam pequenas lavouras, muitas vezes com o auxílio de peões contratados.

No entanto, o grupo mais significativo se compõe das unidades familiares indígenas que não tem condições práticas de realizarem lavouras, embora o principal meio de produção, a terra, esteja disponível. Estes indivíduos se encontram em estado de extrema expropriação, o que os obriga ao desempenho de trabalhos complementares como o assalariamento, a coleta e a venda de artesanato.

Embora ocorram essas diferenciações, nos deteremos, nesse momento a analisar mais especificamente o último grupo, uma vez que quantitativamente congrega a maior parcela da população indígena dessa reserva. A análise da organização da produção nessas unidades familiares nos permitirá perceber como os índios do P.I. Xapecó, tem garantido a sua reprodução e em que medida estão procedendo a ocupação e exploração dos recursos de que dispõem.

Hoje a família elementar, monogâmica, se apresenta como a unidade de produção e consumo. É nela que se realiza todo o ciclo econômico. O acesso à terra é garantido a todos os indivíduos, pela posse comunal da área, bem como pela disponibilidade de terras existentes no momento. Consequentemente, a empregadura das roças indígenas não é determinada pela escassez desse meio de produção, mas por outros fatores como a falta de capital de giro para o custeio das lavouras, a tecnologia empregada, a mão-de-obra disponível e a própria visão de mundo dos índios. Estes fatores acabam determinando a realização de roças de pequena monta, insuficientes para a reprodução familiar, obrigando os indivíduos a complementarem o orçamento com o trabalho acessório. A seguinte tabela, elaborada a partir dos dados fornecidos pelo IBGE (Censo de 1980), demonstra a média do tamanho das lavouras dos índios:

## Média de Área ocupada da reserva Indígena Xaçecó

Hectares	Estab. Munic. de Xanxerê	Estab. Munic. Xaxim	Total Estab.
0 - 5	178	87	265
6 - 10	59	13	72
11 - 15	8	4	12
16 - 20	3	1	4
21 - 25	-	-	-
26 - 30	-	1	1
31 - 35	1	-	1
36 - 40	-	-	-
41 - 45	1	1	2
+ 100	2	-	2
<b>TOTAIS</b>	<b>252</b>	<b>107</b>	<b>359</b>

Fonte: IBGE. Agência de Xanxerê, Censo de 1980. Dados não publicados.



Percebe-se por estes dados que 73,81% dos estabelecimentos registrados pelo IBGE, mantêm lavouras de 0 a 5 hectares, enquanto que 20,05% mantêm lavouras de 6 a 10 hectares. Com mais de 100 hectares, o censo computou apenas dois estabelecimentos, que podem ser identificados, com 145 ha. são as lavouras coletivas da FUNAI (Projeto Agrícola do P.I. Xaçecó), e com 123 ha., as lavouras do cacique Kaingang.

As roças indígenas, são realizadas em terrenos descontínuos, principalmente em função das condições das terras no que se refere à fertilidade e invasão de pragas. Estes aspectos são relevantes, na medida em que a tecnologia empregada é a tra

dicional, caracterizando-se pela ausência de emprego de corretivos para o solo, adubos e herbicidas, já que este tipo de tecnologia exige o emprego de capitais que os indígenas efetivamente não possuem.

Os produtos escolhidos para o cultivo são os que fazem parte da dieta alimentar, como o milho, feijão, arroz, mandioca, abóbora, melancia e batata-doce. Na maioria dos casos, a produção é basicamente para subsistência. O milho é o produto escolhido para a venda, em função principalmente do mercado regional favorável. Dessa forma, a maioria das unidades familiares o cultiva, em maior ou menor escala, uma vez que é a sua comercialização, juntamente com o trabalho assalariado, que permitem a aquisição de bens industrializados ou não, que atualmente são indispensáveis.

Uma das consequências da expansão da sociedade nacional sobre as sociedades indígenas é a destruição de seu modo de produção e a imposição de relações típicas do modo de produção que se impõe. Dessa forma, através da impossibilidade de manutenção do sistema tradicional, essas sociedades são inseridas no modo de produção dominante, com o qual passam a se articular, embora numa condição marginal. A criação de novas necessidades desempenha um papel importante no seu submetimento. A partir desse momento, a sua produção está direcionada em grande parte para o atendimento dessas necessidades, o que implica nesse caso específico, cultivar produtos valorizados no comércio regional ou nacional, ou vender sua força-de-trabalho, uma vez que é o desempenho dessas atividades que lhes propicia condições para a satisfação das novas necessidades impostas pelo convívio com os brancos.

O trabalho nas roças indígenas é realizado por todos os membros da família. O homem aparece como o maior responsável, cabendo a ele a decisão formal do que plantar, a quantidade e a localização das roças. É ele também responsável pela obtenção das sementes. As atenções maiores do grupo familiar são para as roças mais importantes, de milho, feijão e arroz. Produtos como a mandioca, a abóbora e batata-doce, são cultivados principalmente pela mulher. Esses cultivares, embora de suma importância para a dieta alimentar das famílias, são desvalorizados e denominados "plantinhas de mulher", uma vez que o mercado para estes produtos é praticamente inexistente.

Para a maioria das famílias indígenas da reserva, o custeio de suas lavouras é um problema a ser enfrentado a cada início de safra, uma vez que não possuem o capital necessário para a sua execução<sup>1</sup>. Dessa forma, para muitas famílias, até mesmo a aquisição das sementes para o plantio se apresenta como dificuldade. A FUNAI, mantém como programa na reserva a distribuição de sementes, sob a condição de devolução após a colheita. No entanto, a quantidade que o Posto Indígena dispõe é insuficiente, obrigando os índios a recorrerem aos comerciantes ou aos colonos da região.

Para a safra de 81/82<sup>2</sup>, foram distribuídas as seguintes quantidades de semente nesta reserva:

<sup>1</sup>Esta situação já foi registrada por SANTOS, 1970, 1975, 1981, persistindo até hoje, mesmo após o movimento deflagrado em 1978 que culminou com a expulsão dos civilizados que ocupavam a área.

<sup>2</sup>FUNAI. Projeto Agrícola P.I. Xapecó, 1981.

3.624 kg. de feijão (60 sacas)

7.000 kg. de milho (175 sacas)

1.832 kg. de arroz (36 sacas)

A quantidade de sementes distribuídas é muito pequena, considerando o contingente populacional desta reserva. Se dividirmos estes dados pelo número de estabelecimentos agrícolas computados pelo IBGE, percebemos que a cada estabelecimento corresponderia em média 19 kg. de sementes de milho, 10 kg. de semente de feijão e 5 kg. de semente de arroz. Evidentemente que o processo de partilha não é este. Assim, grande parcela da população indígena local se vê na contingência de adquirir fora da área indígena as sementes necessárias, recorrendo para tanto aos colonos e comerciantes da região.

Para obterem as sementes, bem como a alimentação durante o período entre o preparo da terra para o plantio e a colheita, uma vez que não possuem o capital necessário, os índios são obrigados a solicitar o financiamento de comerciantes, comprometendo-se a saldar a dívida na colheita. Como se encontram completamente dependentes são explorados com relação aos preços. Dessa forma, comprometem parcela significativa da produção antes mesmo de iniciarem o plantio.

Ainda com relação aos meios de produção disponíveis, outro problema que se apresenta é o número reduzido de animais de tração existentes na reserva, o que obriga as famílias a realizarem suas roças utilizando apenas a queima do terreno (coivara). O plantio, a limpa e a colheita são realizados manualmente. A produção está também condicionada à mão-de-obra familiar. Como os casamentos são realizados relativamente cedo (por volta dos 15 anos para a mulher e dos 18 para o homem) e a partir daí

o novo casal passa a produzir roças separadamente, a disponibilidade de braços para o trabalho é bastante reduzida. Acrescesse a estas limitações, o fato de parcela ponderável das unidades familiares arcarem com a responsabilidade de subsistência dos velhos, uma vez que as aposentadorias são insuficientes e não existe na reserva uma roça coletiva para atender os idosos.

Uma alternativa que se apresenta é a realização de mutirão para a efetivação das lavouras. Neste caso, o dono da roça oferece aos índios que aceitam o seu convite a alimentação durante o dia de trabalho, em troca do serviço obtido. Dessa forma, algumas famílias conseguem realizar lavouras que de outra maneira seria impossível. A utilização do mutirão não está restrita aquelas famílias mais pobres, que na verdade o utilizam em menor escala. Alguns indivíduos, com mais posses, que utilizam comumente mão-de-obra assalariada, costumam realizá-lo, geralmente aos sábados, uma vez que neste dia, os índios não trabalham em suas lavouras. Asseguram assim, a continuidade do serviço nas épocas em que este é mais necessário, como na colheita.

Algumas das famílias<sup>1</sup>, recebem como auxílio, através do Projeto Agrícola efetivado na área pela FUNAI, um lavrado em média de duas quartas<sup>2</sup> de terra. Recebem ainda em média 40 kg. de semente de milho, 30 kg. de semente de feijão e/ou ar-

---

<sup>1</sup>O número de famílias beneficiadas pelos lavrados não é possível precisar pois o escritório do P.I. não mantém este registro.

<sup>2</sup>Uma quarta de terra corresponde a quarta parte do alqueire (24.200m<sup>2</sup>). Equivale também a 3,45 litros (Calças Aulete, 1974, v. IV, pág. 3.010).

roz, dependendo da disponibilidade no posto e independente do tamanho da família. / É a forma encontrada pela liderança civilizada do Posto, para assegurar o plantio das terras preparadas, denominadas no Projeto Agrícola de Lavouras Familiares. Contudo essas sementes são devolvidas à Chefia do P.I., após a colheita.

Para o ano agrícola 81/82, o Projeto agrícola do P.I. Xapecó previa a execução de 415 ha. de lavouras familiares, sendo que 220 ha., seria para milho, 125 ha para feijão e 70 ha para arroz. No entanto, efetivamente foram executados 388 ha, 27 ha à menos do projetado. Neste projeto, as aldeias beneficiadas foram a Sede, Pinhalzinho e Guarani.

O produto mais importante comercializado pela área indígena é o milho, que teve uma produção avaliada em cerca de 40.000 sacas<sup>1</sup>, incluindo-se neste total a produção da FUNAI, as lavouras familiares, a produção obtida pelos índios cooperativados bem como a obtida pelas outras famílias indígenas. O feijão é também comercializado, no entanto não tem representatividade, sendo cultivado basicamente para consumo e eventualmente, vendido em pequena quantidade.

Em sua maior parte, a produção indígena é canalizada para os comerciantes da região. No entanto, após o ingresso de alguns índios na Cooperativa Agrícola Mista Regional Pindorama Ltda, e da instalação de um posto de compra e venda desta cooperativa na área indígena, uma grande parcela da produção passou

---

<sup>1</sup> Informação do Chefe do Posto, Sr. Leônidas Pereira do Vale em 15/07/82.

a ser depositada na cooperativa, principalmente para saldar os compromissos financeiros assumidos pelos Índios. A maior parte das famílias indígenas, no entanto, não é associada da cooperativa e não tem o compromisso de depositar nela os resultados obtidos na safra. Essa parcela da população geralmente obtém o custeio de suas roças junto a comerciantes da região, através do fornecimento da alimentação, sementes e de recursos financeiros, com o compromisso de entrega dos excedentes produzidos.

As relações de comércio entre os Índios e os comerciantes da região são altamente desvantajosas para os primeiros. A espoliação aparece principalmente nos preços cobrados pelos produtos que os Índios necessitam, sempre mais altos do que o normal na região; nos "erros" das contas das despesas feitas pelos Índios; nos juros altos; e no tradicional aviltamento dos preços dos produtos que os Índios dispõem para vender.

Os Índios tem consciência da exploração a que são submetidos nas relações que mantêm com os comerciantes, no entanto não tem condições de resolver o problema. Tanto a liderança civilizada do P.I., quando a indígena, tem tentado exercer um controle sobre a comercialização da produção das unidades familiares, com o objetivo de minimizar a exploração. A atitude principal consiste, em exigir do comprador "civilizado", que solicite uma autorização formal junto à Chefia do P.I., estipulando o preço a ser pago pelo produto indígena. Somente com essa autorização o comerciante pode retirar a produção da área. Ocorrem também proibições de relações comerciais dos Índios com determinados comerciantes considerados mais "exploradores". Neste sentido, o Índio Antônio Ferreira (entrevista em 15/07/81) afirma:

"... cobra 100% ao ano. O José (cacique Kaingang, A.N.), já embargô de comprar lã, é adonde a gente financia o mantimento a gente entrega... O ... não matou nós, mas andou perto. Quando comprava coisa de Cr\$ 50,00, ele marcava Cr\$ 150,00."

↳ No entanto, nem sempre o controle é efetivado. Parcela significativa dos índios, por já terem comprometido a produção ou por disporem de quantidades mínimas de excedentes, burlam a vigilância das autoridades, entregando sua produção por qualquer preço. De outra parte, para a chefia do P.I., é impossível controlar o que denominam "comércio formiga", isto é, os índios vendendo poucos quilos de feijão ou milho, inicialmente reservado para o consumo doméstico, mas que premidos pela necessidade, se vêem na contingência de comercializar. Nesse momento, o dono da "bodega", determina o preço, que naturalmente não é o estipulado na região, mas sempre inferior.

Embora as críticas feitas pelos "civilizados" de maneira geral enfatizem a pouca produção da área indígena, esta é requisitada e mesmo disputada pelos comerciantes, já que tem mercado assegurado nas agro-indústrias da região.

Neste contexto, o assalariamento interno (no próprio P.I.), por outros índios, ou externo (por "civilizados"), ou a execução de atividades acessórias, como o artesanato, a coleta, a extração de palanques, a colheita e venda de erva-mate, torna-se uma contingência. Enquanto o assalariamento, tanto interno quanto externo, ocupa os índios exatamente nos períodos em que o trabalho em suas roças é mais necessário, uma vez que o calendário agrícola é relativamente rígido, as atividades de coleta de nã-de-pinho e palanques são praticadas de forma mais intensiva nos meses em que as atividades agrícolas entram em de-

clínio.

O trabalho assalariado, fora ou dentro da área indígena, apresenta-se para a maioria dos índios deste P.I. como a alternativa mais acessível, na medida em que necessitam assegurar a sobrevivência de sua família. Tanto no caso do assalariamento, quanto no de venda de palanque, n<sup>o</sup>-de-pinho ou xaxim, os índios recebem o pagamento no momento em que encerram o trabalho ou efetivam a comercialização. No caso das atividades agrícolas, o investimento é a longo prazo, uma vez que deve ser cumprido o ciclo agrícola. Como os índios se encontram em estado crônico de miséria, os recursos obtidos com o desempenho dessas atividades são fundamentais. No entanto, apesar de perceberem a exploração a que são submetidos, não há possibilidades, no momento, de alterar o quadro.

Com relação ao assalariamento externo, tanto a liderança indígena, quanto a administração do P.I., tem tentado exercer controle. Nesse sentido, exige que o interessado na contratação de índios realize um contrato na sede do P.I., onde é estipulada a remuneração e as condições do trabalho. Esta atitude objetiva impedir que os indígenas sejam excessivamente explorados, uma vez que em momentos de extrema necessidade aceitam trabalho por qualquer preço. No entanto, esse procedimento só é usual quando o "civilizado" necessita de um contingente significativo de peões. Quando ocorre o assalariamento individual, ou de uma família, a relação é simplificada, resumindo-se a um contrato verbal entre as partes. Nessa situação, a exploração é acirrada, ficando o índio à mercê da decisão do regional.

↳ Além do assalariamento por regionais, os índios desta reserva tem atualmente a opção do assalariamento interno. Alguns índios, cooperativados ou que possuem financiamento de comerciantes da região, tem realizado lavouras mais extensas e utilizado peões índios para a efetivação de atividades como a limpa e a colheita. No caso dos indivíduos associados na cooperativa, o pagamento é feito em espécie, por diária ou por empreitada. No caso dos índios que possuem o financiamento de comerciantes, o pagamento é efetuado através de vales do índio empregador, a serem descontados na "bodega" do comerciante. Estes vales são debitados na conta do índio que recebeu o financiamento e saldados na colheita. Os valores pagos aos índios, no interior da reserva, são inferiores aos pagos pelos regionais. Em janeiro de 81, o pagamento era de Cr\$ 200,00 ao dia, livre<sup>1</sup>.

Na reserva em questão, os núcleos que fornecem maior número de indivíduos para o trabalho fora da área indígena são a Sede e Pinhalzinho<sup>2</sup>. A razão de serem essas aldeias que fornecem os maiores contingentes de assalariados pode ser explicada por sua localização. Ambas são cortadas por estradas municipais, o que facilita o acesso dos contratantes de mão-de-obra. Outra explicação, pode ser encontrada nos contingentes demográficos desses grupos. Efetivamente, a Sede e Pinhalzinho congregam maior número de famílias indígenas, o que facilita sobremaneira

<sup>1</sup>O salário mínimo nesta época era de Cr\$ 4.149,60 mensais. (Brasil. Leis, decretos... 1980:213-215).

<sup>2</sup>De um total de 408 famílias localizadas na Reserva, a sede mantém 230 famílias e a aldeia de Pinhalzinho 85. (Arquivos do P. I. Xapecó, 08/07/80).

ao regional, conseguir o número de índios que necessita. Conforme o depoimento de granjeiro da região,

"é mais fácil buscar os índios pois eles estão reunidos, assim é fácil conseguir o número de peões que preciso, fora da área é muito mais difícil, se consegue dois ou três, mas uma turma é difícil."

O assalariamento dos índios, tanto o realizado dentro da área indígena, quanto junto aos granjeiros civilizados da região, contribui pois, para sua subordinação aos interesses dos regionais. Na verdade, apesar de terem assegurado o acesso à terra, são carentes de todas as condições de trabalho, não lhes restando, portanto, outra alternativa do que a venda de sua força de trabalho.

Frente à essa situação, a própria comunidade, mais especificamente o cacique Kaingang, tem buscado alternativas que reduzam a dependência ao assalariamento externo.

As soluções encontradas são as seguintes: associação dos índios à Cooperativa Agrícola Mista Regional Pindorama Ltda, o que proporcionaria o custeio das lavouras através do financiamento obtido; implementação das atividades acessórias como a coleta do nó-de-pinho, venda de xaxim, palanques e lenha; financiamento por comerciantes da região da produção indígena; planos de ampliação das lavouras familiares executadas pelo Projeto Agrícola implantado pela FUNAI na área; e realização de lavouras para os índios através da compra de um trator para a comunidade, independente dos utilizados pelo Projeto Agrícola.

A cooperativização dos índios, efetivamente deu condições a que alguns indivíduos realizassem roças maiores e conse-

quentemente obtivessem uma renda melhor. No entanto, nos moldes em que se efetiva o cooperativismo no Brasil, a relação acaba reproduzindo a exploração a que o campesinato brasileiro se encontra submetido. Ao abarcar parcela reduzida do contingente indígena localizado nesta reserva, a cooperativa contribui também para que ocorra certa hierarquização na área: de um lado, ficam os índios cooperativados, patrões em potencial e de outro os índios não financiados, que se submetem às relações de espoliação características do trabalho assalariado. Leve-se em conta, também, que os indivíduos selecionados para serem os associados da cooperativa foram justamente os que já apresentavam melhores condições econômicas no interior da reserva indígena.

A outra alternativa proposta, é a de o cacique ou outro índio que possua crédito junto aos comerciantes regionais se responsabilizar perante um comerciante da região pelas dívidas contraídas pelos índios. Segundo o depoimento do comerciante, Sady Lize, dos 80 índios que financia (apenas a alimentação de uma safra à outra) somente seis tem "conta direta", isto é são financiados sem o aval do cacique Kaingang. Este financiamento, no entanto não é dado gratuitamente, os índios que recebem os vales do cacique (em média 1 por semana de Cr\$ 1.000,00 em janeiro de 1981), se comprometem a trabalhar como peões para ele nos períodos necessários.

"Os bolichos financiaram porque o pai foi lá e os índios não tinham onde sair, e os índios apertando, quero lavoura, aí o pai perguntou (ao comerciante civilizado - A.N.) se fornecia os índios. Ficou devendo quase Cr\$ 900.000,00 para o Sady, ele dava gasto, os índios trabalhavam nas suas lavouras."  
(Ari Paliano, 22/07/81).

Outra alternativa que se apresenta para os índios, é

a da coleta. Só muito recentemente (1980), os índios desta reserva iniciaram a exploração de alguns recursos naturais, como o xaxim, o nó-de-pinho e o palanque. O primeiro a ser explorado foi o xaxim, que foi praticamente esgotado na área. O mercado se constituiu principalmente do município de Xanxerê, cuja prefeitura comprava em grande quantidade para abafar explosões necessárias para a implantação da rede de esgoto da cidade. Secundariamente, os índios vendiam para as fábricas de vasos instaladas nos municípios vizinhos. À época, (1981), os índios vendiam o xaxim à Cr\$ 60,00 m<sup>3</sup>, complementando através dessa atividade os orçamento familiar nos períodos de entressafra.

A coleta de nó-de-pinho, é feita por grande número de índios, principalmente os aldeados em Pinhalzinho e Matão. A reserva possui um estoque muito grande. É o que restou dos pinheiros abatidos pela serraria instalada na área. Como o pinheiro derrubado é limpo no local de abate, pois apenas a tora segue para a serraria, as concentrações de nó-de-pinho se encontram espalhadas pela reserva. Dessa forma, os índios costumam se deslocar de suas residências para os locais onde outrora existiam grandes concentrações de pinheiro. Normalmente o índio acampa no lugar, até juntar a quantidade que julga suficiente. Quando completa o estoque, avisa a Chefia do Posto ou ao cacique Kaingang, que providencia o comprador. Este se encarrega do transporte do produto. O pagamento é efetuado na hora da entrega, no escritório do P.I., onde são descontados os 10% que os índios devem deixar para o Posto. No caso do índio ter dívidas com o comerciante comprador, a importância é descontada na hora. Em sua maioria, o nó-de-pinho é comprado por "civilizados" que os revendem em Campo Largo - PR, para ser utilizado como com-

bustível nas fábricas de louça. Em 1980, o preço estipulado pela liderança indígena era de Cr\$ 700,00 o metro cúbico. O preço de revenda em Campo Largo situava-se na faixa de Cr\$ 2.200,00, o metro cúbico.

Os índios ainda vendem lenha, em pequena quantidade, e palanques. Os palanques são feitos de madeira desvitalizada, principalmente Guajuvira, Tarumã e Loro, normalmente por duas pessoas. Os comerciantes da região, juntamente com a cooperativa, são os maiores compradores. A comercialização obedece aos mesmos padrões estabelecidos para o comércio do nã-de-pinho. Há casos de pagamento com "vales" a serem descontados nas "bodegas" dos comerciantes por alimentos e produtos industrializados.

Em todas essas atividades, coleta de nã-de-pinho, venda de palanques, erva-mate ou xaxim, o processo é o mesmo, os índios comunicam à chefia do Posto e deixam na hora do pagamento os 10%, sobre o produto de seu trabalho. Os índios não aceitam facilmente este desconto. Isto é, se submetem, mas questionam sobre o emprego desses recursos. A justificativa fornecida pela administração do P.I., refere-se à necessidade de a administração ter o compromisso de providenciar a alimentação dos doentes internados na enfermaria, da compra de remédios inexistentes na área e do transporte dos doentes para a cidade de Xanxerê. Esta justificativa se relaciona à pequena verba fornecida pela FUNAI ao P.I. Xapecô. Para cobrir as despesas citadas, além de outras como combustível, material escolar, a administração do P.I., recebia em julho de 1982, cerca de Cr\$ 270.000,00

por trimestre<sup>1</sup>. Efetivamente estes recursos vão para um fundo denominado "Renda da Comunidade", que é utilizado para os fins descritos acima, além de permitirem a implementação de outros projetos elaborados pela liderança indígena.

Conforme ficou caracterizado, a situação da maioria dos índios desta reserva é extremamente precária. Embora efetivamente exista disponibilidade de terras, a maioria não detém os meios de produção necessários para a realização de lavouras de tamanho suficiente que permita sua sobrevivência. Encontram-se assim, num círculo vicioso. A efetivação de lavouras de envergadura suficiente para sua sobrevivência está condicionada à venda de sua força de trabalho, tanto no interior do P.I., quanto para os regionais, bem como ao desempenho de atividades acessórias, uma vez que não dispõem de capital para incrementá-las. Em contrapartida, o desempenho dessas atividades, pelas condições espoliativas em que se realizam, simplesmente reproduz a força de trabalho, não permitindo a acumulação necessária para a independência das unidades familiares.

Neste contexto, o assalariamento interno (no próprio P.I., pelos outros índios ou pela FUNAI), ou externo (por parte dos granjeiros "civilizados", e ou as atividades acessórias, tornam-se uma contingência. É através dessas atividades e das suas lavouras que as famílias indígenas obtêm o necessário para sua reprodução.

A impossibilidade de acumulação é explicada pelas re

---

<sup>1</sup>Informação do Chefe do P.I., Sr. Leônidas Pereira do Vale, em entrevista à autora em 12/07/82).

lações que se estabelecem entre a sociedade indígena e a sociedade nacional, caracterizadas como extremamente espoliativas. Dessa forma, as alternativas encontradas pelos indígenas, cooperativação, custeio das roças por comerciantes da região, venda da força-de-trabalho, coleta, são paliativos que não resolvem os conflitos estruturais decorrentes das relações colonialistas que esta sociedade mantém com a sociedade mais ampla, e que são constantemente atualizadas por segmentos da sociedade nacional e mesmo pelo órgão tutor.

### 1.2. A Associação dos Índios em Cooperativa

A iniciativa de associar os Índios da Reserva Xapecô à Cooperativa Agrícola Mista Regional Pindorama Ltda<sup>1</sup>, com sede no município de Xanxerê, foi efetivada pela liderança indígena Kaingang deste P.I., com o apoio do Chefe do Posto e técnico agrícola, que já tinham conhecimento de que havia ocorrido a experiência junto aos Índios do P.I. Mangueirinha (PR).

As justificativas elaboradas pelas lideranças do Posto, referem-se fundamentalmente à situação de dependência do Índio, que se encontra submetido economicamente aos comerciantes da região ou ao trabalho assalariado para a efetivação de suas roças. De acordo com esta visão, o financiamento via cooperativa, poderia fornecer às famílias associadas a autonomia necessá

---

<sup>1</sup>A Cooperativa Agrícola Mista Regional Pindorama Ltda, foi fundada em 23/07/64. De 1975 a 1976 esteve sob intervenção. Sua área de atuação abrange os seguintes municípios: Xanxerê, Abelardo Luz, Fachinal dos Guedes, Vargeão e Ponte Serrada.

ria para acabar com a exploração levada à efeito pelos regionais e a qual está submetido o contingente indígena localizado nesta reserva.//

Ao ser consultada pela Chefia do Posto, a direção da Cooperativa mostrou-se receptiva à solicitação, orientando o técnico agrícola para a elaboração de um projeto que indicasse o número de índios interessados, bem como o tamanho de suas lavouras e o financiamento pretendido.

No entanto, pela situação legal dos Índios (considerados relativamente capazes perante a lei)<sup>1</sup>, a situação se complicou a nível do órgão financiador, Banco do Brasil que recusou inicialmente os recursos solicitados. A alternativa sugerida pela direção da Cooperativa foi a de se solicitar o financiamento ao BRADESCO S/A o que foi concretizado. No entanto com a intervenção do Ministro do Interior, superaram-se os entraves burocráticos e o Banco do Brasil autorizou o financiamento de 50% do valor solicitado pelos Índios. Como precaução, essa instituição exigiu do Chefe do P.I., representando a FUNAI, um aval sobre a dívida contraída, além de responsabilizar a Cooperativa pelo financiamento concedido. Internamente, a direção da Cooperativa e o Chefe do Posto, solicitaram a assinatura do cacique Kaingang, sem valor legal no caso, mas com valor prático, que dessa maneira também se responsabilizou pela dívida assumida particularmente pelos Índios. O objetivo era atribuir ao ca-

---

<sup>1</sup>De acordo com o Código Civil, artigo 6, inciso III, "os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará à medida em que se forem adaptando à civilização do país".

cique Kaingang a tarefa de controlar, em parte naturalmente, a efetivação das roças que foram financiadas.

Após os trâmites administrativos, 23 índios tiveram seus financiamentos aprovados pelo Banco do Brasil, contudo já atrasados com relação ao calendário agrícola. Posteriormente nesta mesma safra, mais quatro índios, da aldeia de Pinhalzinho, solicitaram a associação na Cooperativa. No entanto, como o projeto inicial já havia sido encaminhado, suas lavouras foram em parte, custeadas diretamente pela Cooperativa, com valores inferiores aos obtidos pelos primeiros associados.

A escolha dos índios que seriam associados baseou-se em dois critérios: primeiro, o interesse do próprio índio que manifestou à Chefia do P.I., o desejo de se associar ou obter o financiamento. Segundo, num levantamento das três últimas safras do indivíduo, realizada pela cooperativa, para identificar a capacidade produtiva das famílias indígenas que solicitaram o financiamento. Com base nestes dois critérios as lideranças civilizadas e indígena desta reserva, bem como a direção da Cooperativa aprovaram a lista final. A maior influência na decisão ficou com o cacique Kaingang já que de acordo com o técnico agrícola "é o seu Zé, que conhece as condições e a vontade de trabalhar dos índios." (Anacleto Castellani, entrevista à autora em 14/01/81).

Ao elaborarem o projeto, levou-se em conta a decisão dos índios sobre os produtos a serem cultivados, bem como a quantidade. No entanto, o Banco do Brasil S/A, financiou apenas

50% do valor solicitado<sup>1</sup>, que havia sido calculado pelo técnico agrícola da área sobre o custo por hectare para civilizados. O monitor agrícola, um dos índios associados explica da seguinte forma o procedimento inusitado:

"o financiamento foi pouco porque eles tavam com medo sabe, de soltar uma verba, primeiro ano já viu, ficam com medo, será que o pessoal vai cumpri com o compromisso? Daí ficam com medo, daí foram controlando, agora este ano vai ser o mesmo que um agricultor aí de fora, vão dar o total. Ano passado foi Cr\$ 5.000,00 o hectare financiado pelo Banco..." (Ari Paliano, entrevista à autora em 22/07/81).

Posteriormente a Cooperativa complementou o financiamento inicial em Cr\$ 200.000,00, já que este era inferior ao estipulado para os agricultores civilizados. Evidentemente a cooperativa não interessava a perda da produção provocada pela não realização de qualquer etapa do processo agrícola. Assim, após a vistoria das lavouras dos índios, concordou em ampliar o financiamento para alguns índios já que a perspectiva de produtividade era relativamente boa.

A grande maioria dos índios associados se decidiu pela cultura do milho, produto valorizado no comércio local, que tem mercado assegurado junto às agroindústrias da região, além de ser incentivado pela cooperativa. Apenas três índios plantaram além de milho, feijão basicamente para subsistência.

O total da área cultivada pelos índios associados foi de 324 ha. Desses, 316 ha. foram ocupados com milho e ape-

---

<sup>1</sup>O valor do repasse para a área indígena foi de Cr\$ 1.532.800,00, de acordo com informação do Superintendente da Cooperativa, Sr. Nelson Zanuzzi.

nas 8 ha. com feijão. A estimativa de produção elaborada pela Cooperativa, com base na proposta dos índios, previa um total de 20.000 sacas de milho e 80 a 100 sacas de feijão.

O tamanho das lavouras financiadas pela Cooperativa variou de um mínimo de 8 ha. (3 índios), a um máximo de 30 ha (um índio). A maioria dos associados, nessa primeira experiência efetivou lavouras de 10 ha. O valor do financiamento fornecido não foi uniforme, uma vez que foi aprovado de acordo com a solicitação dos índios. Dessa forma, os que já possuíam parte do capital, ou que mantinham o financiamento de comerciantes, apenas o completaram. Assim, o valor do financiamento proporcionado aos índios variou de um mínimo de Cr\$ 10.400,00 para o cultivo de 2 ha. de feijão a um máximo de Cr\$ 120.000,00, para o cultivo de 20 ha. de milho<sup>1</sup>.

Os quatro índios de Pinhalzinho, que foram financiados diretamente pela Cooperativa, receberam inicialmente semente, adubo e Cr\$ 15.000,00. Posteriormente, de acordo com suas lavouras receberam uma complementação. O pagamento de sua dívida deveria ser efetuado em julho de 1980, dois meses após a colheita.

A totalidade dos índios que receberam financiamento, com exceção dos de Pinhalzinho, utilizaram para o plantio tratores de civilizados, principalmente para lavrar e gradear o solo, e contrataram peões índios para realizarem o plantio, a lim

---

<sup>1</sup>Cooperativa Agrícola Mista Regional Pindorama Ltda. Documento "Relação Nominal dos indígenas com as culturas e áreas que os mesmos pretendem cultivar, s.d.).

pa e a colheita.

Os índios utilizaram duas opções ao contratarem tra-  
tor de civilizados (com a autorização formal do Chefe do P.I.),  
a primeira, em que o contrato estipula apenas lavrar e gradear  
a área, sendo que o plantio, a limpa e a colheita é realizada  
pelo índio, com o auxílio de peões, pagos por empreitada ou  
diária<sup>1</sup>. Em janeiro de 1981, o preço médio pago ao civilizado  
que lavrava e gradeava era de Cr\$ 5.000,00 o alqueire.

A segunda opção, o alqueire lavrado, gradeado e plan-  
tado tinha um preço médio de Cr\$ 10.000,00, neste caso efetiva-  
mente sobrava ao índio a limpa e a colheita, a ser realizada  
com peões assalariados. O pagamento, de acordo com o contrato  
realizado poderia ser efetivado ao término do trabalho, ou em  
duas parcelas uma ao terminar o trabalho e outra por ocasião  
da colheita.

A maior parte dos índios que receberam o financiamen-  
to da cooperativa, foram escolhidos para serem os primeiros as-  
sociados por já se destacarem na área como "bons produtores" ou  
como "índios trabalhadores", dessa forma, a maioria realizou  
mais lavouras do que o proposto à cooperativa, continuando com  
o financiamento fornecido pelos comerciantes da região. Assim,  
os peões em alguns casos, receberam seu pagamento em vales, a  
serem descontados nas "bodegas" localizadas nos limites da área

---

<sup>1</sup>Apenas num caso constatamos a existência de um índio, empregado mensalista, que percebia um salário de Cr\$ 2.500 ao mês, além de receber uma roça de um alqueire lavrada e o índio empregador fornecer a semente para pagamento na safra. Tratava-se de um índio solteiro, com 16 anos de idade.

rea, sendo que os índios associados assumiam a dívida com o comerciante, para pagar em produtos no final da safra.

O caso de um índio é representativo do processo: recebeu da Cooperativa, Cr\$ 120.000,00 de financiamento com a proposta de plantar 20 ha. de milho. Plantou efetivamente 26 ha de milho, além de arroz e feijão em pequena quantidade. De acordo com sua informação gastou com trator Cr\$ 48.000,00, com peão Cr\$ 20.000,00, com semente Cr\$ 14.000,00, com adubo Cr\$ 8.705,00 e com alimentação, um rancho feito no Supermercado da Cooperativa Cr\$ 3.000,00, totalizando Cr\$ 93.705,00. Ainda, de acordo com seu depoimento recebeu um financiamento de comerciante da região, através de alimentação para sua família e pagamento de peões de Cr\$ 40.000,00, pois de acordo com ele "a cooperativa só forneceu para a lavoura, não para alimento". Leve-se em conta ainda, que as outras etapas da produção deveriam ser cumpridas ainda, a limpa e a colheita, realizadas manualmente e que exigiriam de acordo com sua previsão a contratação de 8 a 10 peões. Dessa forma, sua dívida com o comerciante aumentaria, comprometendo parcela significativa de sua produção.

Para a Cooperativa, uma das vantagens de associar os índios consiste no comprometimento da produção desses indivíduos, formalmente aprovada pelo órgão tutor. No entanto, no caso dos indivíduos que mantiveram o financiamento do comerciante (e não poderia ser de outra forma, já que o financiamento da Cooperativa foi insuficiente, além de prever por exemplo, gastos com adubo e não com a alimentação necessária) o desvio de produção ocorreu de forma significativa, o que causou reclamações por

parte da Diretoria da Cooperativa<sup>1</sup>.

Para a Cooperativa, a experiência realizada foi positiva, uma vez que a maioria dos índios associados conseguiram saldar seus compromissos.

De acordo com avaliação de um índio,

"... outros cooperativados, um ou dois não deu para pagar, por causa da falta de capricho. Tinha índio aí que nunca conseguiu bastante dinheiro do jeito que a cooperativa soltou aí... Um, o Adão Pinheiro, falta de orientação, pegava o dinheiro e gastou em cerveja, jogo de pife a 100 pila a partida. Ficou devendo Cr\$ 50.000,00. A Cooperativa veio fazer o laudo e não soltou mais dinheiro. O Chefe e o Cacique fizeram um acordo para pagar na próxima safra. Dois tratoristas mas é por causa das lavouras do Projeto, fizeram elas na época certa e quando sobrou para eles já era bastante tarde, e houve a estiagem. Eles vão pagar."  
(Ari Paliano, entrevista à autora em 22/07/81).

Os índios associados no seu discurso colocam as vantagens que vêm na associação, naturalmente as veiculadas pela cooperativa, dessa forma, esta proporcionaria aos seus associados assistência médica (os índios já a tem, através do convênio FUNAI/FUNRURAL), assistência técnica (existe um na área indígena, contratado pela FUNAI, que no entanto, efetivamente se dedica às lavouras do Projeto Agrícola em detrimento das lavouras dos índios), o próprio financiamento, que parcialmente fornece as condições da realização das lavouras dos índios e o fornecimento de sementes, em quantidade suficiente na época necessária.

<sup>1</sup>"O cacique tinha uma lavoura para produzir 5.000 sacos e só entregou 3.000 sacos na Cooperativa." (Nelson Zanuzzi, 30/07/81).

ria, uma vez que a fornecida pela FUNAI, é em quantidade insuficiente. Em contrapartida reclamam da burocracia existente na Cooperativa, que liberou os recursos parceladamente, de acordo com as etapas de produção, obrigando os Índios associados à várias viagens à Xanxerê, para a obtenção dos recursos.

Num segundo momento, para a safra de 81/82, ocorreu a associação de mais 40 Índios, totalizando em 65 Índios associados, dentre estes 3 Guarani.

De acordo com o relatório apresentado à FUNAI<sup>1</sup>, pela Chefia deste Posto, nesta safra, as lavouras dos cooperativados se distribuíam da seguinte forma:

1.109 ha de milho  
 68 ha de feijão  
 95 ha de arroz  
 12 ha de soja

O repasse para o Posto Indígena, (ano agrícola 81/82), de acordo com os dados fornecidos pela Cooperativa<sup>2</sup>, foi de Cr\$ 14.880.872,00, para uma área cultivada de 1.180 ha., sendo que 81 ha para feijão, 1.082 ha para milho e 9,5 ha para arroz e 7,0 ha para soja. A quantidade que consta no relatório do Chefe do Posto é maior do que a registrada pela Cooperativa. A discrepância é devida ao fato dos Índios realizarem lavouras maiores do que as propostas à Cooperativa, associando à este financiamento o fornecido pelos comerciantes da região.

<sup>1</sup>FUNAI. Relatório do Chefe do P.I. de 10/12/81.

<sup>2</sup>Cooperativa Agrícola Mista Regional Pindorama Ltda "Repasse para o Posto Indígena", s.d.

Ainda de acordo com sua informação, a produção entregue pela área indígena nesta safra foi a seguinte:

Produção entregue à Cooperativa pela Área Indígena

	Milho (Kg)	Feijão (kg)	Arroz (kg)
Índios	283.956	25.678	-
FUNAI	47.600	-	-
Leônidas Pereira do Vale - FUNAI	29.722	-	-
Carmen Castelani	21.008	-	366
Anacleto Castelani	-	2.241	-
<b>TOTAIS *</b>	<b>382.286</b>	<b>27.919</b>	<b>366</b>

Fonte: Totais obtidos a partir das notas fiscais emitidas pela cooperativa pela entrega dos produtos até 14/07/82.

\* Os totais apresentados pela tabela são parciais, já que a pós esta data possivelmente ocorreu nova entrega de produção da área indígena à cooperativa.

A produção entregue, conforme os dados é significativa. Representa, no entanto, uma fração mínima do potencial oferecido pela área indígena, no que se refere às terras disponíveis e a mão-de-obra existentes na reserva.

Como consequência da associação dos índios na Cooperativa, ocorreu a instalação de um Supermercado<sup>1</sup> na Reserva,

<sup>1</sup>Cooperativa Agrícola Mista Regional Pindorama Ltda  
Inscrição Estadual nº 2508481/2  
GCMF nº 838562/0023-06  
Vila Área Indígena s/n.

instalado como Posto de Compra e Venda, que objetiva solucionar o problema do desvio da produção dos índios.

Antes de sua implantação, a direção da Cooperativa realizou um levantamento sobre o potencial de gastos que a área oferecia. O resultado foi considerado positivo, levando-se em conta que os funcionários da serraria, que recebem um salário regular, os aposentados e os índios cooperativados, passariam a comprar no supermercado, assegurando um movimento de Cr\$ 1.000.000,00 mensais. O Posto de Compra e Venda foi inaugurado em 01/11/81, com um capital inicial de Cr\$ 1.000.000,00.

O Supermercado foi instalado em prédio da FUNAI e a Cooperativa contratou duas funcionárias civilizadas, ambas residentes na reserva<sup>1</sup>. Os índios consideram vantajosa a instalação desse supermercado, uma vez que ele oferece os produtos que necessitam, se localiza dentro da área, e efetivamente seus preços são mais baixos dos que os cobrados pelos comerciantes da região.

O potencial de mercado da área indígena é significativo. De acordo com depoimento de funcionária da Cooperativa, este se classifica em 2º lugar, entre 12 supermercados mantidos pela Cooperativa na região.

---

<sup>1</sup>Em janeiro de 83, fomos informados pelo Superintendente da Cooperativa Sr. Nelson Zanuzzi, que a gerência do Posto de Compra e Venda, havia sido entregue a um índio, Ari Paliano.

### 1.2.1. Cooperativização: uma nova forma de espoliação

A incorporação produtiva das terras indígenas é de fundamental importância para a economia regional, já que se constituem em terras de excelente qualidade, propícias à mecanização e localizadas numa região que mantém como atividade econômica principal a exploração agrícola. Outrossim, a partir da década de setenta a região começou a sofrer transformações na sua estrutura fundiária, decorrentes da introdução de uma agricultura mecanizada, voltada para a produção de gêneros valorizados tanto no mercado exportador, quanto no mercado regional, o que motiva um crescente aumento de produção da área plantada.

Até 1978, as terras da reserva indígena Xaçecó estavam integradas economicamente à região como um todo, na medida em que se encontravam ocupadas por agricultores civilizados que exploravam seu potencial, bem como a mão-de-obra indígena. No entanto, com a expulsão dos intrusos, ocorre a liberação das terras da área, que permanecem em sua maioria improdutivas para o capital, já que a exploração levada a efeito pelos índios é precária e considerada insignificante pelos regionais. Alia-se a este fato, a consciência que emerge junto ao contingente indígena, no que se refere à manutenção das terras da reserva, e conseqüentemente o controle sobre possíveis explorações efetivadas por não índios. Outros recursos, como a exploração do potencial madeireiro que a reserva oferece, já se encontram incorporados à economia regional, uma vez que explorados intensamente e em moldes capitalistas pelo órgão tutor. A exploração da mão-de-obra indígena, através do assalariamento pelos regionais, também se constitui em prática comum. Resta pois integrar as ter-

ras agriculturáveis da reserva.

Nesse momento, tentaremos caracterizar o modo pelo qual ocorre o enfrentamento entre índios e o capital, analisando um novo mecanismo colocado em operação na área. Para tanto, é necessário ter em conta que o modo de produção capitalista vigente no país, se caracteriza como periférico e dependente. Após o golpe de 1964,

"as forças vitoriosas no poder fazem a opção pelo sistema capitalista associado e solidário aos sistema capitalista mundial e dele dependente. Alarga-se o caminho para acelerar o processo de internacionalização da economia brasileira. O imperialismo capitalista internacional favorece e apoia a nova ordem, principalmente os E.U.A. da América, com quem o novo regime estreita os vínculos de toda ordem, particularmente nos campos econômico, político e militar."  
(BRUM, 1982:95).

É nesse contexto que deve ser entendida a política econômica brasileira, mais especificamente a política agrícola. Historicamente os governos que se sucedem no poder, tem privilegiado o setor industrial, no que se refere a incentivos, em detrimento do setor agrícola. No entanto, é exatamente do setor agrícola que o Estado brasileiro tem extraído os recursos que propiciam a acumulação de capital no setor urbano, mais especificamente no setor industrial, através da exportação de produtos agrícolas e da produção de gêneros alimentares a baixos custos<sup>1</sup>.

Uma das metas prioritárias do Governo Figueiredo se

---

<sup>1</sup>Sobre esta questão ver: BRUM, 1982; GUIMARÃES, 1979; LOUREIRO, 1981.

constitui no desenvolvimento da agropecuária<sup>1</sup>. Neste sentido, a política agrícola desenvolvida no Brasil se coloca como estimulante no que se refere à modernização da agricultura, uma vez que esta implica em maior produtividade. Ocorre também, um privilegiamento do cultivo dos produtos valorizados no mercado internacional, já que sua exportação propiciaria a entrada de divisas para o país. Como consequência, os incentivos do financiamento e os preços compensadores, estão direcionados para este tipo de exploração.

No entanto, é fundamental também, a ampliação da produção dos gêneros alimentícios, considerados menos nobres, como os produtos alimentares, mantidos a preços artificialmente baixos pelo governo brasileiro, pois, em última análise, são as pequenas propriedades, com um gênero tradicional de produção que mantém a possibilidade de sobrevivência de amplos setores da população nacional, espoliados pela política salarial vigente no país.

De acordo com SCHNEIDER (1981:23):

"Uma segunda dimensão do modelo de desenvolvimento dependente em curso no Brasil é o dinamismo diferenciado que imprime ao processo de modernização da agricultura. O caráter seletivo deste processo tem levado à expansão e consolidação do subsetor comercial e de exportação, de um lado e à reprodução ampliada do setor tradicional voltado para o mercado interno de outro."

As cooperativas que se instalam no Brasil, desempenham um duplo papel, no que se refere especificamente aos peque

---

<sup>1</sup>Ver BRUM, op. cit. :156.

nos produtores. Tem uma atuação positiva na medida em que auxiliam aqueles, realizando empréstimos a taxas de juros inferiores, oferecendo ampliação do prazo das dívidas, proporcionando assistência técnica e de saúde aos seus associados. Seu procedimento se justifica na medida em que lhe interessa o associado em atividade, isto é produzindo para o mercado, consumindo insumos e fazendo empréstimos. Em contrapartida, ao se organizar como empresa exerce uma prática espoliativa e subordinadora sobre os pequenos agricultores, principalmente no que se refere aos preços pagos pelos produtos, aos diferentes descontos aos quais os associados são submetidos (impureza, umidade, quota capital, e a obrigatoriedade do consumo de insumos industrializados (adubos, sementes selecionadas, praguicidas, inseticidas, etc...)). A subordinação ocorre na medida em que a cooperativa estimula o cultivo de produtos mais rentáveis, nesse caso específico soja e milho, em detrimento de outros. Assim, gradativamente, pelas facilidades de financiamento, o associado perde a autonomia com relação a que produtos cultivar e principalmente como cultivar. A experiência dos índios é representativa, na medida em que obtiveram o financiamento via cooperativa, imediatamente contrataram empreiteiros civilizados para realizar mecanicamente o preparo do terreno. Também orientados por esta instituição passam a se utilizar de adubos e praguicidas. Dessa forma, parte de seu excedente é diretamente canalizado para fora da reserva.

A cooperativa aparece, portanto, como agente modernizador, ou melhor dizendo, como agente do capital, que se apropria dos excedentes e reproduz a dominação social.

De acordo com o Superintendente da Cooperativa Agrícola Mista Regional Pindorama Ltda, (entrevista em 21/02/83), a clientela dessa cooperativa se constitui principalmente de mini e pequenos produtores, que constituem aproximadamente 87% dos associados<sup>1</sup>. Apenas 10% se colocam como médios produtores e 3% como grandes produtores. No entanto, leve-se em conta, que nem todos os associados participam efetivamente da cooperativa. Alguns são nominalmente sócios, mas não utilizam a cooperativa no que se refere a financiamentos ou a venda de produtos. É importante salientar ainda que a atuação dessa instituição se dirige quase que exclusivamente para as unidades familiares que possuem os meios de produção, principalmente a terra, ou que apresentam excedentes comercializáveis significativos. Dessa forma, ficam excluídos de participação os trabalhadores rurais assalariados, os parceiros, posseiros, etc..., já que o excedente que produzem é pouco representativo e não são proprietários da terra.

Ocorre também uma opção por parte das cooperativas pelos produtos considerados "nobres", isto é valorizados no mercado nacional e internacional. É o caso da soja e do milho, valorizados no que se refere aos preços estipulados para sua comercialização e às facilidades de financiamento. Em função des-

---

<sup>1</sup>A classificação está baseada no Movimento Valor de Referência (MVR) estipulada no mês de janeiro de 1983 em Cr\$ 9.565,00. Assim, os produtores são enquadrados de acordo com seu faturamento anual como:

mini-produtores - até 200 MVR  
 pequeno produtor - 200 à 600 MVR  
 médio produtor - 600 à 3.000 MVR  
 grande produtor - acima de 3.000 MVR

ses aspectos, são os produtos que propiciam maior retorno à cooperativa, portanto ocorre o estímulo por parte dessa para o seu cultivo. Em contrapartida, a atuação das cooperativas no que se refere à produção de gêneros alimentares para consumo interno é marginal. Na Cooperativa Agrícola Mista Regional Pin<sup>u</sup>dorama Ltda, foram comercializados em 1982, 371.000 sacas de soja e 172.000 sacas de milho, e apenas 72.000 sacas de feijão e 7.000 sacas de arroz<sup>1</sup>. Enquanto o primeiro produto está direcionado ao comércio exportador, o milho tem mercado assegurado junto às agroindústrias localizadas na região.

Ao associar índios, através de processo gradativo, a cooperativa amplia sua área de atuação, assegurando a acumulação e portanto o seu fortalecimento. As vantagens auferidas pela cooperativa são evidentes. Em primeiro lugar, está incorporada uma área bastante valiosa no que se refere à qualidade das terras, área que de outra forma, permaneceria improdutiva para o capital.

Em segundo lugar, praticamente sem assumir riscos, já que a FUNAI se responsabiliza pelo financiamento concedido aos índios, tem assegurado clientes cativos que assumem o compromisso de entregar à cooperativa no mínimo a produção necessária para saldar a dívida contraída. O desvio da produção da área, ainda existente, tende a ser gradativamente neutralizado pela instalação do Posto de Compra e Venda da cooperativa instalado na reserva. Além de evidentemente funcionar como supermer-

---

<sup>1</sup>Informações do Superintendente da Cooperativa, Sr. Nelson Zanuzzi, em entrevista a autora, 21/02/83.

cado aproveitando o potencial de consumo da população indígena.

Em terceiro lugar, ao financiar os índios, assegura clientes preferenciais para quem vende insumos agrícolas, já que parte do financiamento se constitui de sementes selecionadas, adubos, praguicidas, etc.

Em quarto lugar, o fato de financiar apenas alguns índios, possibilita a estes utilizarem outros índios como mão-de-obra, abrindo condições para os índios cooperativados logrem uma acumulação de capital, a qual acaba sendo canalizada para a cooperativa.

Em quinto lugar, se de um lado, a cooperativa tende a eliminar os comerciantes ou granjeiros que assalariam ou financiam os indígenas e que efetivamente os tem espoliado, de outro lado a sua atuação também assume a forma de exploração. Essa espoliação se consubstancia na compra de produtos dos cooperados aos preços determinados pelo Estado brasileiro, na extração de taxas de prestação de serviços, nos juros cobrados pelo financiamento, no desconto de parte da produção indígena sob a rubrica "umidade" e "impureza" e no recolhimento de quotas sobre a produção do associado, para a formação de fundo destinado à elevação do capital da cooperativa, o que proporciona a sua expansão.

Dessa forma, a inserção dos índios desta reserva no sistema de cooperativa, ao contrário do que a liderança indígena supõe, coloca-se não como solução para superar a tradicional dependência desses indivíduos à economia regional, mas como uma alternativa que mantém, ou mesmo amplia, a dependência e a exploração a que se acham submetidos. Neste sentido, pode ser vis

ta como um novo mecanismo de expansão do modo de produção capitalista, que através do financiamento das lavouras dos índios subordina e explora estes contingentes, bem como seus recursos, provocando dessa forma, a perda de autonomia e a integração produtiva de seus recursos ao modo de produção dominante.

### 1.3. Projeto de Desenvolvimento Comunitário de Pinhalzinho

A equipe Pastoral Indigenista vem atuando na Reserva de Xapecô, núcleo de Pinhalzinho, através de três projetos: projeto de desenvolvimento comunitário de Pinhalzinho ( implantado e executado por membros do Conselho Indigenista Missionário e Operação Anchieta ), Projeto assistência religiosa, Projeto de saúde e higiene, corte-costura, horta comunitária. São os únicos projetos implantados nesta reserva por organizações estranhas à FUNAI.

O projeto de desenvolvimento comunitário, foi iniciado em 1975, após levantamento realizados pelo CIMI na aldeia Pinhalzinho, quando se constatou a dramática situação dos índios ali residentes<sup>1</sup>. O fato do Projeto ter sido desenvolvido junto às famílias indígenas de Pinhalzinho e não em qualquer outra aldeia da reserva, se justifica principalmente pela sua localização. Este núcleo se encontra situado à cerca de 16 km da sede administrativa do Posto, por estrada à época macadamizada, e é cortado por via intermunicipal que liga Xanxerê a São Domingos. Esta distância dificulta o controle realizado pela Che-

---

<sup>1</sup>Ver item 1.1. deste capítulo.

fia do P.I., no que se refere à atuação dos componentes do Conselho Indigenista Missionário, constantemente impedidos de executar qualquer tipo de trabalho nas áreas indígenas pela FUNAI<sup>1</sup>.

O projeto lavouras comunitárias desenvolvidos pelo CIMI foi criado com o objetivo de resolver o tradicional problema vivenciado pela comunidade no que se refere à reprodução da unidade familiar. Neste sentido, e de acordo com o Relatório elaborado pelo CIMI "aquele grupo indígena percebeu a inutilidade de tentarem saídas individualmente, isoladamente. Em outras palavras, perceberam que somente um esforço comunitário, um trabalho onde todos se ajudassem, é que poderia oferecer alguma perspectiva de melhora." (Relatório do Projeto de Desenvolvimento comunitário Pinhalzinho P.I. Xapecó-SC, 1978:2, cópia xerox).

Este Projeto tem como objetivos:

- "a. Possibilitar aos índios Kaingang do Pinhalzinho o trabalho em sua própria terra, libertando-os da situação de diaristas ou peões dos colonos fora e dentro da área indígena.
- b. Incentivar e fortalecer a união e o espírito comunitário através do trabalho nas roças comunitárias.
- c. Ajudar o Kaingang a superar sua situação de pobreza e subnutrição, dando-lhe con-

---

<sup>1</sup>A FUNAI mantém como exigência a autorização formal para qualquer trabalho a ser realizado nas Reservas Indígenas do Brasil. Tanto os antropólogos quanto os membros do CIMI tem o acesso às reservas extremamente dificultada quando não arbitrariamente impedido pelo órgão tutor. É o caso do CIMI, que realizou este projeto na maior parte do tempo com a proibição expressa da FUNAI.

dições de conquistar uma vida melhor através de seus esforços e seu trabalho.

- d. Proporcionar-lhes condições de ocupação efetiva e defesa de suas terras, seus direitos e de assumirem o seu futuro."  
Idem, idem:3.

Nestes objetivos alguns pontos devem ser enfatizados, uma vez que norteiam a ação do Conselho Indigenista Missionário bem como este projeto. O primeiro ponto que merece reflexão é o que propõe um reavivamento de aspectos da cultura tradicional Kaingang, atualmente abandonados. Refere-se ao "incentivo e fortalecimento da união e do espírito comunitário." (Idem, idem, ibidem). A execução das lavouras comunitariamente, isto é, em grupos familiares, tentava anular o individualismo do processo de trabalho desenvolvido pelas unidades produtoras familiares, decorrentes da aculturação Kaingang.

O segundo ponto que fica claro no terceiro objetivo é a preocupação que o CIMI tem manifestado com relação ao paternalismo e a exploração que tem caracterizado as relações entre os Índios e a sociedade nacional. Dessa forma, "a conquista de uma vida melhor" estaria condicionada ao "seu esforço e ao seu trabalho<sup>1</sup>."

O último ponto, colocado no objetivo quatro, recoloca a questão sempre discutida mas nunca assumida pelos promotores da política indigenista brasileira da autodeterminação dos

---

<sup>1</sup>Na nota nº 7, pág. 12 do mesmo Relatório, o CIMI coloca: "A experiência deste ano tem mostrado que os grupos não podem ser muito pequenos, para não trair os objetivos do Projeto."

povos indígenas. Visava pois o projeto criar condições além de desenvolver a consciência crítica destes indivíduos para a ocupação efetiva de seus recursos.

Tendo como orientação esses objetivos, o CIMI, através de dois elementos<sup>1</sup>, implantou o projeto lavouras comunitárias na aldeia Pinhalzinho. A primeira providência tomada, após sucessivas reuniões com as famílias que participariam do projeto foi a de organizar os grupos e eleger seus líderes, isto é os elementos que dirigiriam os trabalhos do grupo. Além desses líderes, o projeto previa a escolha de mais um elemento de cada grupo para formar o Conselho Comunitário, além da participação "de um cacique eleito pela comunidade e por elementos da OPAN e Diocese de Chapecô." (CIMI, 1978:4), que teria por função liderar a execução dos projetos futuros, além de controlar os projetos em andamento.

A primeira experiência, realizada em 1975 aglutinou mais de 50 famílias e teve o apoio da FUNAI, na medida em que esta financiou as sementes para o empreendimento. Durante aquele ano, os chefes de família dedicavam apenas um dia da semana para o trabalho nas lavouras comunitárias, (realizando "puxirões") uma vez que não havia recursos para suportar financeiramente as famílias indígenas durante a execução do projeto. Durante os outros dias úteis, os índios continuavam a trabalhar em suas lavouras individuais ou no trabalho assalariado fora da área indígena. De acordo com o relatório (CIMI, 1978:2), a

---

<sup>1</sup>O projeto foi implantado inicialmente por Wilmar da Rocha D'Angeles (CIMI) e Astor Heck (OPAN) com a assessoria do Padre Egon Heck, (CIMI).

experiência foi frustrante para o grupo na medida em que o representante da FUNAI na área, comprou a produção por preço irrisório além de cobrar as sementes que havia fornecido e o frete para o transporte dos produtos.

Dessa forma, em 1976, ao iniciar o ano agrícola, apenas 30 famílias permaneceram no Projeto, agora recebendo auxílio da Diocese de Chapecó, que financiou as despesas necessárias para a implementação das lavouras (sementes, trator, calcário, etc...). No entanto, em 1977, a FUNAI, arbitrariamente proibiu a entrada de qualquer componente do Conselho Indigenista Missionário nas Reservas Indígenas. Esta proibição dificultou sobremaneira o trabalho da equipe que orientava o Projeto das Lavouras Comunitárias de Pinhalzinho. Nestas condições os índios que faziam parte do Projeto realizaram a colheita e entregaram sob pressão ao Chefe do P.I. Sr. Franklin Mäder, a maior parte dos recursos obtidos com a venda da produção uma vez que este alegava ter recebido ordens para saldar as dívidas dos índios com a Diocese de Chapecó. A dívida não foi paga, uma vez que a Diocese não aceitou e o Chefe do P.I., acabou adquirindo uma junta de boi para os índios de Pinhalzinho, à guisa de compensação. As dificuldades financeiras para a continuidade da experiência levaram os membros do CIMI, a realizarem um projeto, solicitando à uma instituição Holandesa (CEBEMO), os recursos necessários. Obtidos os recursos, os membros do CIMI gestionaram junto à FUNAI, tentando obter um Termo de Colaboração. A resposta do órgão tutor veio na forma de contraproposta, recusada pelo CIMI já que esta "altera substancialmente inúmeros pontos do Projeto original, desvirtuando-o totalmente." (1978: 6 - 7).

No ano agrícola de 77/78, ocorreu nova diminuição no número de famílias participantes. Desta vez, 23 famílias aceitaram integrar o Projeto, agora divididas em 3 grupos. Neste momento, em virtude do Projeto ter recebido auxílio financeiro da CEBEMO (Holanda)<sup>1</sup>, introduziu-se uma nova sistemática: as famílias indígenas participantes tem a sua manutenção garantida através do fornecimento semanal da alimentação necessária para os cinco meses de trabalho agrícola. Ao mesmo tempo, foram adquiridos novos implementos agrícolas (três arados, três cangas, sete juntas de boi, 4 carroças e uma trilhadeira). Também foi criado um fundo comunitário, constituído de parte da produção das lavouras comunitárias e dos recursos obtidos com a trilhadeira, objetivando o financiamento das próximas lavouras. Os índios a partir desse momento dedicavam três dias da semana nos trabalhos das roças comunitárias, mantendo porém as roças individuais 2 dias por semana.

É ainda neste momento que as famílias participantes decidem pela construção de um galpão para depósito dos produtos, não apenas o obtido nas lavouras comunitárias, mas também a produção individual das famílias. Para sua construção a FUNAI contribuiu com a madeira, fornecida pela serraria instalada nesta Reserva. Os recursos necessários para a cobertura (Cr\$ 40.000,00) e para a mão-de-obra (Cr\$ 31.000,00) foram retirados da verba recebida da CEBEMO.

Na safra 78/79, apenas 19 famílias continuaram com o

---

<sup>1</sup>CEBEMO - Organização Holandesa ligada ao catolicismo protestante independente. O auxílio fornecido foi de Cr\$ 400.000,00. (Vilmar D'Angelis, CIMI, entrevista à autora em 6/10/78).

projeto, ainda divididas em 3 grupos. O Grupo A agrega 7 famílias, o grupo B 4 famílias e o grupo C 8 famílias. Cada grupo realizou suas próprias lavouras, e os recursos obtidos foram teoricamente<sup>1</sup> distribuídos entre as famílias participantes. Nesta safra foram aplicados o restante dos recursos obtidos através da CEBEMO. A sistemática de trabalho permaneceu a mesma. Para a safra 79/80, a Diocese de Chapecó voltou a financiar os índios, com o compromisso de que estes devolveriam os recursos investidos principalmente alimentação na colheita. No entanto, a maioria das famílias não conseguiu obter produção suficiente para saldar o compromisso. Dessa forma, o Projeto se extinguiu.

Pelo exposto, percebemos que o Projeto desenvolvido pela CIMI nesta Reserva, apresenta características específicas que o diferenciam de qualquer outro Projeto implantado pelo órgão tutor. Neste projeto, ao contrário do que ocorre no Projeto Lavouras Coletivas ou Lavoura Individual, Projeto Serraria ou Reflorestamento<sup>2</sup>, realizados pela FUNAI nesta reserva, a participação dos índios é de fundamental importância. Esta participação não se limita ao trabalho assalariado, mas fundamentalmente na tomada de decisão, no planejamento e na execução do projeto.

---

<sup>1</sup>Afirmamos teoricamente porque vários depoimentos de índios que participavam do projeto enfatizaram o desvio da produção pelos capatazes do grupo. Por exemplo, o índio Marciano Miquelino afirma "já fui do projeto, mas nois se desconfiemo, daí eu saí dos serviços do CIMI. O capataz era o Belino, minha parte eu não recebi, até desconfiemo...." Ou a índia Teodora Alves: "eu tava na turma do Belino, não vou aceitar mais esse capataz. O Vilmar (do CIMI) quer por outro. Trabalhei 4 anos nessa lavoura e até hoje não apareceu nada...."

<sup>2</sup>Conforme ítem 2 deste capítulo.

O papel desempenhado pelo CIMI, foi o de discutir ou orientar em alguns momentos as decisões tomadas pelo grupo indígena envolvido. No entanto, o projeto foi desativado, voltando os índios dessa reserva ao círculo vicioso da dependência ao trabalho assalariado fora da reserva. Diversas são as variáveis que contribuíram para o fracasso do projeto:

— Em primeiro lugar, o hábito já arraigado da produção individual, que dificulta o trabalho grupal, além da inexperiência dos índios neste tipo de trabalho.

— Em segundo lugar, a inexperiência dos membros do CIMI, na condução do projeto, por este ser o primeiro a ser implantado.

— Em terceiro lugar, as relações conflitantes que se estabelecerem entre CIMI e FUNAI, já que esta colocou uma série de obstáculos à efetivação do projeto, impedindo em alguns momentos o seu acompanhamento por parte dos membros do CIMI. A proibição da entrada dos membros do CIMI em Pinhalzinho ocasionou divisão por parte dos índios que participavam na medida em que a adesão ao projeto implicava no questionamento das atitudes do órgão tutor e portanto em rebeldia, com as conseqüentes pressões das lideranças civilizadas e indígenas do P.I. Xapecó.

— Em quarto lugar, a preocupação dos membros do CIMI em não realizarem um projeto paternalista, cobrando dos índios parte do investimento, objetivando assim proporcionar-lhes condições de autonomia, resultou em revolta por parte da comunidade, uma vez que, por uma série de fatores o retorno não foi o esperado.

— Em quinto lugar, a insuficiência e precariedade

do financiamento, proveniente de diferentes fontes.

— Em sexto lugar, fatores climáticos, pois toda a região oeste do estado foi submetida a três secas consecutivas, o que evidentemente prejudicou as lavouras dos índios, provocando inclusive uma perda ponderável da produção.

— Em sétimo lugar, este projeto, como todos os outros, embora mantendo a sua especificidade foi elaborada para os índios e não pelos índios envolvidos. As consequências deste fato são importantes para a continuidade do projeto, porquanto a motivação deve ser constantemente reativada. A participação num projeto deste tipo pode ser portanto apenas passiva por parte dos índios envolvidos.

Os outros projetos desenvolvidos pela Pastoral Indígenista são menos representativos. O projeto denominado Hortas Comunitárias envolvia em 1980 20 mulheres índias que cultivavam comunitariamente uma horta (75m<sup>2</sup>), com o plantio de verduras, arroz, feijão e milho. A produção é dividida pelas famílias participantes. O projeto de Corte-Costura, Trico e Crochê também envolve as mulheres índias. As aulas eram dadas na casa do ex-capitão índio Salvador Capenema, uma vez por semana por religiosa residente em Xanxerê. Os recursos necessários para a compra de máquinas de costura, tecido, agulhas e linha foram obtidos através da LBA. Contudo, estes projetos em (1982) foram desativados, pela ausência da religiosa que os orientava.

## 2. A exploração da reserva efetuada pela FUNAI

### 2.1. Projeto Agrícola

Em 1976, a Fundação Nacional do Índio, através do PRODEC (Projeto de Desenvolvimento Comunitário), implantou no P.I. Xapecó o primeiro projeto agrícola com o objetivo de carrear recursos para a instituição. A efetivação desse projeto é coerente com a visão empresarial que caracteriza o órgão tutor e visa fundamentalmente a exploração lucrativa dos recursos naturais e humanos da reserva indígena, no caso específico, as terras disponíveis.

Formalmente, o projeto executado no ano agrícola 1980/81, colocava, como justificativa para sua implantação:

"proporcionar à comunidade indígena local condições sócio-econômicas tais que lhe permitam uma integração não desagregadora à sociedade envolvente. Paralelamente, o desenvolvimento da atividade agrícola possibilitará a elevação das condições de vida da comunidade e a ocupação produtiva, pelos índios da reserva indígena de forma definitiva." (FUNAI, Projeto Agrícola do P.I. Xapecó, 1980:6).

Ainda de acordo com este projeto, destacam-se os seguintes objetivos:

- "- Ampliar a infra-estrutura básica, necessária ao desenvolvimento agrícola da comunidade.
- Integrar as demais famílias da Comunidade à atividade agrícola.
- Oferecer aos indígenas condições de auto-sustentação, paralelamente à sua ocupação produtiva.

- Dotar a Comunidade de excedentes agrícolas que permitam a continuidade da produção e a comercialização, visando a obtenção de recursos para a compra de bens não produzidos internamente".

Os recursos utilizados para a implementação das lavouras foram provenientes inicialmente de indenização do DGPI/CPI, pela exploração florestal efetuada pela serraria da FUNAI, instalada na reserva. Além dos recursos provenientes da serraria, a produção agrícola é lucrativa, permitindo o financiamento parcial do próximo projeto. Os recursos obtidos pela entrega da produção na Cooperativa Agrícola Mista Regional Pindorama Ltda, são enviados à 4<sup>a</sup> D.R. de Curitiba, que posteriormente repassa ao Posto Indígena o capital necessário para o custeio das lavouras da próxima safra. Conforme depoimento do técnico agrícola da área, responsável pela concretização dos projetos, com exceção do primeiro, implantado em 1976, todos os outros foram lucrativos. Dessa forma, com pequena diferença, o custeio dos projetos seguintes é derivado da própria produção agrícola da área, com pequena complementação proveniente da serraria.

É o que pode ser percebido na seguinte tabela que realiza a estimativa das produções.

PRODUTO	VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (A)	CUSTOS DE PRODUÇÃO (B)	VALOR LÍQUIDO DE PRODUÇÃO (C)
Lavoura Coletiva milho	3.300.000	774.500	2.525.500
Lavoura Familiar			
Milho	6.600.000	145.000	6.455.000
Feijão	2.250.000	138.000	2.112.000
TOTAL	12.150.000	1.057.500	11.092.500

Fonte: FUNAI, Projeto Agrícola do P.I. Xapecó, 1980:14.

De acordo com o mesmo projeto (Idem, idem:13) a estimativa dos custos de produção foi de Cr\$ 1.057.500,00, e o retorno obtido apenas pela Lavoura Coletiva foi de Cr\$ 2.525.500,00. Dessa forma, o lucro obtido foi de Cr\$ 1.468.000,00, o que financiaria parcialmente o próximo projeto. Os recursos obtidos pelas lavouras familiares não podem ser computados, uma vez que a produção é individual e os índios haviam se comprometido apenas com a devolução das sementes.

Para a execução do projeto a FUNAI mantém nesta Reserva dois tratores, além de outros implementos agrícolas necessários. Em 1982, foi adquirida uma ceifadeira, no valor aproximado de Cr\$ 14.000.000,00, com o financiamento, a ser pago com os recursos da renda da comunidade. Mantém ainda um quadro de pessoal composto de 1 técnico agrícola, 2 tratoristas índios e um civilizado contratado recentemente para trabalhar com a ceifadeira. O pagamento desses assalariados é feito através da serraria.

O projeto desenvolvido no P.I. Xapecó, prevê a realização de dois tipos de lavouras, denominadas de lavouras coletivas e lavouras familiares.

As lavouras coletivas, ao contrário do que o nome poderia sugerir, são as desenvolvidas pelo órgão tutor com a justificativa de que os recursos obtidos propiciarão o financiamento das lavouras familiares. Nestas lavouras, a única participação do índio é como mão-de-obra assalariada<sup>1</sup>, a ser utilizada

---

<sup>1</sup>De acordo com depoimento do técnico agrícola da área, no Projeto Agrícola 79/80, ocuparam mais de 100 índios na capina, pagando uma diária de Cr\$ 150,00 livre.

onde não é possível ou conveniente a mecanização. As diárias pagas aos índios são as vigentes no mercado regional, caracterizando uma relação espoliativa. Além disso, é dado aos índios o "direito" de recolher os restos da produção que a colheita mecanizada deixou.

As lavouras coletivas, dispersas pela reserva ocupam terrenos propícios à mecanização e são realizadas através de técnicas modernas, exigindo conseqüentemente investimentos vultuosos<sup>1</sup>. Assim, no projeto agrícola para a safra 80/81, a lavoura coletiva (150 ha de milho) previa um custo de Cr\$ 774.500,00, enquanto que o custo das lavouras familiares (400 ha de milho), foi estimado em Cr\$ 283.000,00. A diferença é justificada pelo fato de que a lavoura coletiva é realizada dentro de padrões modernos, com utilização de mecanização, sementes selecionadas, correção de solo, adubação, utilização de herbicidas, assistência técnica e utilização de mão-de-obra assalariada. As lavouras familiares exigem apenas o preparo do so

<sup>1</sup> O projeto agrícola P.I. Xapecô, (1980:13) contempla os seguintes itens com os respectivos custos para a lavoura coletiva:

Preparo do solo	Cr\$ 131.250,00
Aquisição de sementes	Cr\$ 66.000,00
Aquisição de Adubos	Cr\$ 298.000,00
Semeadura + Adubação	Cr\$ 52.500,00
Aquisição de herbicida	Cr\$ 69.000,00
Aplicação de herbicida	Cr\$ 35.250,00
Capina mecânica	Cr\$ 52.500,00
Colheita custeada pela produção	
Eventuais	Cr\$ 70.000,00
Total	Cr\$ 774.500,00

Enquanto que os custos das lavouras familiares abrangiam os seguintes itens:

Milho	
Aquisição de semente 6.000 kg.	Cr\$ 132.000,00
Eventuais	Cr\$ 13.000,00

lo, que é mecanizada e o fornecimento de sementes pelo projeto, com o compromisso da devolução, a mão-de-obra utilizada nas diversas fases é fundamentalmente familiar.

A produção das lavouras coletivas é depositada na sua totalidade na Cooperativa Agrícola Mista Regional Pindorama Ltda, até que a FUNAI, através da 4<sup>a</sup> D.R., autorize a comercialização.

As lavouras familiares são individuais, isto é, o projeto agrícola prevê a efetivação de lavrados a serem distribuídos às famílias indígenas. Como a quantidade prevista pelo projeto não abarca todas as unidades familiares da reserva, o cacique Kaingang, com a assessoria do Chefe do P.I. e do técnico agrícola, determina que famílias serão beneficiadas. Evidentemente nesta escolha, além da situação econômica das famílias, interferem outros fatores, como o fato de serem ou não "autoridades" (estas recebem um lavrado maior), laços de parentesco e com padrio do cacique Kaingang ou outros líderes, apoio político e mesmo relações patronais, no sentido de que os índios que trabalham como peões para o cacique tem maior probabilidade de serem beneficiados com o lavrado do projeto.

No caso das lavouras familiares os índios recebem em média 2 quartas de terra lavradas, prontas para o plantio. Recebem ainda, com o compromisso da devolução em espécie ou em número, as sementes necessárias<sup>1</sup>.

<sup>1</sup>O escritório do P.I., distribuiu à cada família indígena que recebeu o lavrado, 40 kg. de semente de milho, 30 kg. de semente de feijão e 15 kg. de semente de arroz. Após a devolução o Posto as comercializa adquirindo semente selecionada para a próxima safra. (Dados fornecidos pelo técnico agrícola em 10/07/82).

A mão-de-obra utilizada é a familiar e o produto obtido é de propriedade da família, bem como a sua comercialização. Esta no entanto é realizada mediante o controle do Chefe do P.I., através de autorização formal. Na maioria das vezes, a produção é entregue ao comerciante regional que financiou os índios durante o período agrícola, como pagamento das dívidas contraídas.

De acordo com a orientação da FUNAI, as lavouras coletivas são prioritárias e portanto realizadas antes das lavouras familiares. Na maioria das vezes, o projeto inicial das lavouras familiares é alterado para menos, em função de fatores climáticos e disponibilidade de tratores. O projeto 81/82, previa a realização de 485 ha. de lavouras familiares, sendo que efetivamente foram concretizadas 388 ha. O privilegiamento das lavouras coletivas em detrimento das lavouras familiares é uma constante e fica patente na afirmação do técnico agrícola: "Tenho que fazer a coletiva antes das familiares, senão a FUNAI vem por cima". (Anacleto Castellani, entrevista em 15/07/82).

A partir do ano de implantação do projeto agrícola neste P.I., pretendeu-se implantar uma Cantina Reembolsável, que funcionaria como pré-cooperativa. Para tanto, nos projetos reservou-se um capital que proporcionaria o estoque inicial. A implantação da Cantina visava fundamentalmente libertar os índios da exploração a que se acham submetidos aos comerciantes da região, no que se refere aos preços dos bens que os índios necessitam e ao aviltamento dos preços dos produtos agrícolas que estes dispõem para vender.

No entanto, o capital reservado para este fim, foi

insuficiente<sup>1</sup>. Consequentemente a Cantina não possuía capital de giro suficiente para repor o estoque, já que fornecia aos índios à crédito. Além disso, efetivamente, a cantina abrangia um número reduzido de índios: os aposentados que garantiam o pagamento; os índios que podiam comprar à vista, como os funcionários da serraria; e uma pequena parcela que, ao receber a semente do Posto, comprometia sua safra para o pagamento dos gêneros adquiridos. Mesmo estes indivíduos tinham os seus gastos controlados de acordo com o potencial de suas lavouras.

O reduzido capital investido, aliado ao fracasso das lavouras indígenas, decorrentes de problemas climáticos, que impediram os índios de saldar seus compromissos com a Cantina, levou a FUNAI a abandonar o projeto. Posteriormente, o órgão tutor outorgou à Cooperativa Agrícola Mista Regional Pindorama Ltda, conforme já vimos, a instalação de um Supermercado na área indígena, que funciona como Posto de Compra e Venda.

## 2.2. Projeto Serraria e Beneficiamento

O Posto Indígena Xapecó encontra-se localizado numa região caracterizada como de economia agrícola<sup>2</sup>. No entanto, nos primeiros anos de sua ocupação, a área apresentava-se com cobertura vegetal extremamente valorizada, composta de espécies como Araucária angustifolia e madeira de lei (cedro, louro, ca-

<sup>1</sup>O investimento inicial para a Cantina foi de Cr\$ 130.000,00. O Projeto de 80 propõe como objetivo a ampliação de seu capital em Cr\$ 250.000,00. (Entrevista com Técnico agrícola em 10/07/80).

<sup>2</sup>Conforme análise desenvolvida no Capítulo I.

nela cabriúva e grápia). A exploração intensiva e desregrada desses recursos naturais, sem a preocupação com o reflorestamento, efetuada por serrarias instaladas na região, aliada à introdução recente, da mecanização nas lides agrícolas que favorece o desmatamento de grandes extensões de terra, provocou na prática a extinção dessas espécies.

A Reserva de Xapecó, em virtude da perspectiva empresarial que caracterizou o SPI em seus últimos anos de atuação e à FUNAI desde a sua criação, não escapou ao desmatamento. Pelo contrário, podemos perceber que a exploração dos recursos vegetais dessa área é uma constante. No entanto, a intensidade dessa exploração tem variado de acordo com o momento histórico e as conseqüentes diretrizes e objetivos fixados pela cúpula administrativa do órgão tutor.

Dessa forma, além do desmatamento provocado pela instalação da serraria na área, ou pela concessão de contratos de exploração a terceiros, o arrendamento das terras da reserva à civilizados promovido pelo SPI e posteriormente mantido pela FUNAI, contribuiu de forma direta para o desmatamento das terras da Reserva.

A serraria implantada no P.I. Xapecó, em 1960 era de pequeno porte, não permitindo a exploração intensiva dos recursos florestais da área. Assim, em 1964 o então SPI, através de concorrência pública outorgou à empresa João B. Tomial & Filhos, o direito de retirar da área indígena 10.000 pinheiros. Contudo, esta empresa transferiu para outras da região a concessão obtida. Entre 1964 e 1966, cerca de 30 empresas atuaram na reserva explorando intensamente o seu potencial madeireiro.

(SANTOS, 1981:36). Somente em 1967, a situação chega ao fim, com a instauração de inquérito para apurar responsabilidades quanto ao caso. "Se algo foi constatado, entretanto, não se sabe. Tampouco se tem conhecimento de que quaisquer burocratas responsáveis pelo contrato ou pela sua fiscalização, os quais haviam efetivamente assumido funções de mando no SPI após 1964, tivessem sido punidos." (Idem, idem:37).

Apesar da extinção do SPI e da criação da FUNAI em 1967, a visão de que o órgão tutor deveria ser auto-suficiente no que se refere aos recursos financeiros e portanto atuar como empresa lucrativa não se altera, ao contrário, todos os projetos desenvolvidos pela FUNAI, estão organizados em moldes capitalistas, isto é objetivando o máximo de lucro e realizando-se na maioria das vezes à revelia dos próprios índios.

Neste contexto, a FUNAI em 1973, firmou convênio com a Escola de Florestas, da Universidade Federal do Paraná, com o apoio financeiro da SUDESUL, para efetuar levantamento na área indígena sobre o potencial dos recursos florestais a serem explorados<sup>1</sup>.

O levantamento permitiu também que a FUNAI, definisse um plano para a exploração dos recursos florestais das reservas indígenas do sul do país. Dessa forma, em 1975, a serraria instalada em Xapecô foi modernizada, passando a ter capacidade para serrar até 3.000 dúzias de madeira ao mês. Evidentemente a exploração realizada pelo órgão tutor, tornou-se mais

---

<sup>1</sup>Tabela 32 - Relatório Inventário Florestal das Áreas Florestais da 4<sup>a</sup> Delegacia Regional.

intensa a partir dessa modernização.

Ainda com base neste levantamento e objetivando regularizar a exploração florestal mantida pelo órgão tutor nas reservas indígenas, o Presidente da FUNAI solicitou através do ofício nº 178/76 de 10/04/76 ao Ministro do Interior Maurício Rangel Reis, o registro da serraria junto ao IBDF<sup>1</sup>. A exploração florestal proposta foi justificada com os seguintes argumentos:

"(a) trata-se de pinheiros desvitalizados ou em processo de desvitalização; (b) a não utilização destes recursos em tempo hábil, acarretará prejuízos ao Patrimônio Indígena; (c) paralelamente (...) serão executados programas de Reflorestamento em todas as áreas indígenas do sul, inicialmente onde encontram-se localizadas as serrarias; (d) recentemente foi contratado um engenheiro florestal, que atuará junto à coordenação do Patrimônio Indígena, para levantamento, estudo e implantação dos programas de reflorestamento." (SANTOS, 1981:38).

Neste ofício, a autorização solicitada compreendia os Postos de Guarita (RS), Palmas (PR), Guarapuava (PR) e Mangueirinha (PR), mas o procedimento foi o mesmo para a Reserva de Xapecó.

A autorização foi concedida e após os trâmites legais, o Ministro da Agricultura Alyson Paulinelli, através do ofício 283/76, cientificou a FUNAI de que o IBDF "havia autorizado as Delegacias Estaduais do Paraná e Rio Grande do Sul, pa-

<sup>1</sup>De acordo com informações do Sr. Milton Ribeiro Rodrigues, engenheiro agrônomo responsável pela CPI, as serrarias da FUNAI funcionavam clandestinamente até 1976 quando foram lacradas pelo IBDF que exigiu seu registro. (Entrevista em 01/10/78).

ra proceder os necessários registros." (SANTOS, 1981:38-39).

O procedimento seguinte "foi obter junto ao Agente de Rendas Internas isenção de impostos e taxas de acordo com as Leis nº 6.001 e 5.371, pelas quais os bens, rendas e serviços da FUNAI estão isentos de Impostos Federais, Estaduais e Municipais." (Idem, idem, 39).

Em 1976, o IBDF realizou levantamento sobre o potencial florestal da área de Chapecó. A seguir indicou o total de m<sup>3</sup> de madeira a ser retirada indicando que ao ser alcançado o total previsto, a FUNAI poderá solicitar novo levantamento para a continuidade da exploração.

Obtida a autorização, foi instalada na cidade de Chapecó uma Coordenação do Patrimônio Indígena, que passou a administrar a serraria localizada no P.I. Xapecó. Com a instalação da CPI o controle da serraria que era do chefe do P.I., passa a ser exercida fora da área, pela Coordenação do Patrimônio Indígena. Esta tem como diretriz básica a exploração rápida e lucrativa do empreendimento. Durante os anos em que atuou a CPI (em Chapecó), a serraria instalada na reserva indígena Xapecó, funcionou ininterruptamente, extraíndo praticamente as últimas reservas de Araucária augustifolia. A extração era exclusivamente de pinheiros, deixando-se de lado a madeira de lei existente. Dessa forma, de acordo com o Projeto da CPI, em 1978, a serraria do Posto deveria serrar em média 1.250 dúzias de madeira mensais. A receita anual prevista era, à época, da ordem de Cr\$ 8.811.000,00, considerando-se a venda de madeira serrada e o aproveitamento do lixo industrial.

Após a extinção da CPI, ocorrido em finais de

1979<sup>1</sup>, a serraria instalada na reserva sofreu uma redução na cota de produção e conseqüentemente no número de empregados. O corte ocorreu em 1980, quando o número de 37 funcionários foi reduzido para 29.

A partir de 1980, portanto a FUNAI estipulou uma cota mensal de 290 dúzias de pinho e 80 m<sup>3</sup> de madeira de lei. No entanto a determinação não é seguida, pois de acordo com a disponibilidade de toras a cota é aumentada. De acordo com orientação da FUNAI, toda a madeira de pinho de 1<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> é vendida para empresas cadastradas pela 4<sup>a</sup> DR (em 1982, o número de empresas nessa situação era de 112) e agricultores autorizados pelo INCRA a adquirirem a madeira necessária para a construção de uma casa. A madeira de 4<sup>a</sup> permanece na reserva para a construção de casas para os índios<sup>2</sup>, bem como a madeira de 5<sup>a</sup> que é "doada" à comunidade indígena para a construção de pocilgas e galpões.

No discurso dos funcionários "civilizados" da FUNAI a madeira é "doada" para a comunidade, tanto para a construção de casas como para outras benfeitorias. Igualmente o lixo da serraria seria "doado". A inversão é clara e demonstra suficientemente a visão que a FUNAI mantém e pratica no que se refere ao

<sup>1</sup>A CPI foi extinta após diversas pressões dos índios, lideranças regionais e desacordos internos na FUNAI e na Delegacia Regional de Curitiba. O esclarecimento efetivo dos fatos que levaram a extinção da serraria jamais foi realizado. A proposta da CPI, em si, bem poderá originar um trabalho específico, no futuro, elucidador de toda uma visão burocrática e empresarial da prática indigenista do Brasil dos anos setenta.

<sup>2</sup>O cacique Kaingang, José Domingos Paliano elaborou projeto para a construção de 350 casas para os índios, este foi aprovado pela 4<sup>a</sup> DR. Após a construção de 180 casas, o projeto foi paralizado com a justificativa de que havia déficit na serraria, portanto não havia condições para esta fornecer a madeira necessária.

exercício da tutela. Os índios, pelo contrário demonstram consciência crítica e angústia pelo rápido desaparecimento da reserva florestal da área. No entanto encontram-se impossibilitados de executar ações mais drásticas para por um fim a tal situação.

Todos os recursos obtidos pela serraria, através da venda de madeira serrada ou beneficiamentos (rodapé, assoalho, forro, cabos de vassoura) são repassados mensalmente para a 4<sup>a</sup> DR, através do Banco do Brasil. Mensalmente o executor do projeto da serraria envia Boletim Financeiro, com o movimento financeiro detalhado. De acordo com este Boletim, o movimento do ano de 1980 foi de Cr\$ 13.002.909,31<sup>1</sup>, correspondendo a um rendimento médio mensal de Cr\$ 1.000.000,00.

Dos recursos obtidos pela serraria pouco permanece na reserva, o retorno se daria através da Folha de Pagamento da serraria, gasto em combustível, pagamento de outros funcionários do P.I. No entanto, de acordo com avaliação realizada pelo órgão tutor, o empreendimento em 1981 mostrava-se deficitário. É difícil entender como um projeto desse tipo em que a matéria prima é gratuita, pois a FUNAI não indeniza aos índios pela extração, onde há isenção de impostos sobre a empresa, não havendo despesas outras que a folha de pagamento da mão-de-obra e o pagamento do combustível, possa ser deficitário. No entanto esta foi a conclusão que chegou a equipe de vistoria da FUNAI, que visitou a área em 1982. Como providência para resolver o

---

<sup>1</sup> Conforme dados dos Boletins Financeiros correspondentes ao ano de 1980 obtidos junto à gerência da Serraria deste P.I. (Arquivo da autora).

impasse do déficit, propôs a comissão a substituição do Executor do projeto serraria.

O lixo da serraria, constituído de ponteiros de pinheiro, maravalha e as pontas de madeira, é "doado" integralmente à comunidade, ficando sob o controle do Chefe do P.I. Como a verba recebida pelo Posto é insuficiente (Cr\$ 270.000,00 por trimestre em 1982) são utilizados os recursos provenientes da venda do lixo da serraria para o pagamento de combustível, conserto de viaturas, alimentos para a enfermaria, remédios e para o pagamento da mão-de-obra utilizada na construção de casas para os índios. (Depoimento do Chefe do P.I., Leônidas Pereira do Vale em 12/07/82 ).

A instalação de serrarias nas áreas indígenas que ainda mantêm cobertura vegetal passível de ser aproveitada, é decorrente fundamentalmente da visão empresarial que continua caracterizando o órgão tutor e que mantêm como política a auto-suficiência dos Postos Indígenas. É essa perspectiva que norteia a implantação de qualquer tipo de projeto nas reservas. Neste contexto, os projetos são organizados com o objetivo de proporcionar o máximo de lucros, ignorando-se totalmente o grupo indígena que se pretende socorrer. Essas populações são totalmente alijadas das decisões sobre a conveniência ou não da instalação ou da continuidade do projeto. Também não tem acesso aos rendimentos obtidos, nem tampouco define a aplicação dos recursos. Na verdade sua atuação se limita a mera participação como mão-de-obra assalariada.

Em função do Projeto Serraria e Beneficiamento, o Posto Indígena Xapecó mantêm Projeto de Reflorestamen-

to<sup>1</sup>, sob a responsabilidade do Engenheiro Florestal, Ernesto Vollenhaupt Garcia. O projeto previa em 1980, o plantio de cerca de 80 ha<sup>2</sup> de terra com mudas de Araucária augustifolia, cedro, louro, ipê-amarelo. A execução do reflorestamento estava a cargo do Sr. Nilton Dal Bó, contratado pela FUNAI na condição de motorista e tendo à sua disposição um trator Agrale 4.100. A totalidade da mão-de-obra do projeto é indígena utilizando-se especialmente as mulheres, que são pagas por dia de serviço. O pagamento em janeiro de 1981 era de Cr\$ 160,00. Em média são 10 os índios empregados neste projeto. O reflorestamento em si não tem correspondido às expectativas, pelo inadequado manejo de mudas e tecnologia empregada. As previsões oficiais, entretanto, são de aumentá-lo, com o plantio de espécies nativas da região.

---

<sup>1</sup>A Portaria DC nº 10, do IBDF determina a reposição florestal obrigatória: isto é o plantio de 4 mudas por metro cúbico de madeira serrada.

<sup>2</sup>FUNAI CPI Projeto Técnico de Reflorestamento.

## CAPÍTULO IV

## ESTRATÉGIAS PARA A SOBREVIVÊNCIA

1. Relação Terra-Identidade

O acesso à terra é condição fundamental para a sobrevivência dos grupos-étnicos<sup>1</sup> minoritários. Deve-se levar em conta entretanto, que a concepção das sociedades indígenas sobre a posse ou o domínio de um território é fundamentalmente diferente das concepções elaboradas pela sociedade nacional. Neste sentido, para estas sociedades, o conceito de território tribal apresenta dimensões mais amplas. De acordo com SEEGER & CASTRO (1979:104-105):

"Em termos econômico-jurídicos, a terra para as sociedades indígenas que conhecemos, não se definia nunca como mercadoria, objeto alienável de transações individuais..., a terra não podia ser definida como espaço homogêneo e neutro, mas como mosaico de recursos (tipos de solo, de matérias e seres ali encontrados etc...) desigualmente distribuídos por uma superfície sem existência conceitual nítida. O território, enquanto tal, podia ou não ser pensado como espaço fechado - isto dependia sobretudo das relações entre diferentes grupos tribais de uma mesma região, e também das formas econômicas prevalescentes."

O domínio de um território representa, portanto, para os contingentes indígenas, mais do que a possibilidade de so

---

<sup>1</sup>Entendemos que "grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação que são utilizadas pelos atores e tem, portanto, a característica de organizar interação entre os indivíduos." (BARTH, 1976: 10-11).

brevivência física. Representa fundamentalmente a possibilidade de sobrevivência enquanto grupo étnico, uma vez que a organização tribal está diretamente condicionada ao acesso à terra. Na medida em que o acesso a um território é dificultado pela ocupação e exploração por contingentes civilizados, ocorre a deteriorização da identidade tribal. "A destruição do espaço do índio destrói também as condições de reprodução do seu modo de ser..." (MARTINS, 1980 :155), pois implica a perda de autonomia e a subordinação desses contingentes ao sistema econômico nacional.

A implantação da reserva indígena, apesar de todos os problemas que apresenta, tem contribuído para a sobrevivência desses contingentes, embora a situação de índio reservado seja fundamentalmente diferente da condição que esses indivíduos vivenciavam antes do contato (RIBEIRO, 1977:197). Assim, o aldeamento dos grupos indígenas embora contribuindo para sua sobrevivência, não permitiu a manutenção da cultura tradicional por várias razões, entre estas, ao se criar a reserva indígena, na maioria das vezes os grupos afetados já haviam sofrido todas as consequências do contato, que podem ser resumidas pela depopulação e descaracterização acelerada de sua cultura tradicional, com a conseqüente perda de autonomia. O fato das reservas apresentarem um espaço territorial fechado, com fronteiras definidas, que não leva em conta a concepção indígena de território, contribui de forma decisiva para a desarticulação cultural. Finalmente, a política indigenista desenvolvida pelo estado brasileiro, baseada numa visão evolucionista ultrapassada, continua até o momento situando estas sociedades em estágios culturais mais atrasados, razão do exercício de uma prática modernizadora, que objetiva sua integração - pelo menos econômica - à

sociedade nacional. Neste sentido, é ilustrativo o depoimento do General Bandeira de Mello, ex-Presidente da FUNAI (VEJA, 26/04/1971:26):

"minorias étnicas como os índios brasileiros devem ser orientadas para um processo de planejamento bem definido, levando em conta sua participação no progresso nacional e sua integração como produtores de bens".

Em que pese a importância do acesso à terra para os contingentes indígenas, essas sociedades tem sido historicamente expropriadas de seus territórios. No entanto, no Brasil atual, algumas reservas ainda se mantêm enquanto tal, embora ameaçadas, submetidas à pressões crescentes: construção de rodovias; construção de hidroelétricas; implantação de núcleos de colonização; áreas de refúgio para posseiros expulsos de suas terras; instalação de companhias multinacionais na exploração da pecuária, agricultura, minérios, etc...<sup>1</sup>.

A expropriação dos territórios indígenas é consequência da expansão do modo de produção capitalista vigente no país e decorre fundamentalmente

"da necessidade histórica do capital reproduzir-se ampliadamente. Trata-se de um processo 'geométrico' a lei histórica do capital é a sua crescente reprodução ampliada, crescente, numa escala progressiva. Por isso, a terra está em escala crescente sendo convertida em mercadoria em equivalente de capital. Mesmo as terras indígenas já estão no cálculo do capital". (MARTINS, 1980 :155).

A transformação da terra em mercadoria, estimulada a partir de 1850 com a promulgação da Lei das Terras, desvincula juridicamente o índio da terra na medida em que afirma como uni

<sup>1</sup>Sobre este problema ver DAVIS, 1978.

co mecanismo para sua propriedade a compra. Conforme MARTINS, (1980 :150)

"A terra foi redefinida para fins políticos, econômicos, administrativos como mero objeto - todas as terras, todos os lugares, passaram a ser considerados como equivalentes: podem ser trocados. Com base nessa suposição burguesa, os índios tem sido removidos do seu território tribal e alojados em sítios distintos".

Entretanto, o esbulho das terras indígenas não é o único modo de incorporar os recursos dominados por estas sociedades. A incorporação pode ocorrer, e efetivamente ocorre, na medida em que, direta ou indiretamente, se realizem nessas áreas explorações nos moldes capitalistas. Dessa forma, os projetos desenvolvidos pela FUNAI nas áreas indígenas, o intrusamento por contingentes civilizados, a associação dos índios em cooperativa (que implica em incremento de produção), são mecanismos utilizados pelo estado brasileiro para a incorporação desses recursos ao modo de produção dominante. Da mesma forma, o uso de mão de obra indígena por regionais contribui para a acumulação de capital em setores alheios à reserva.

A organização indígena está diretamente condicionada ao controle político e econômico que o contingente índio detém sobre dado território. Neste sentido, a expulsão dos intrusos, com a consequente liberação das terras da reserva Xaçecó, contribuiu para estimular a identificação étnica dos membros da comunidade indígena. Isto porque é exatamente o fato de ser índio, que permite permanecer na área reservada.

A partir da expulsão dos posseiros, portanto, impõe-se para a comunidade indígena, aldeada no P.I. Xaçecó, duas questões fundamentais: a primeira delas, a questão da identida-

de étnica, uma vez que apenas na condição de índio se pode reivindicar a posse da terra e a assistência do Estado; a segunda questão se refere à manutenção das terras da reserva, isto é, que estratégias podem ser utilizadas pelos indígenas aí localizados para assegurar o controle da reserva e dos recursos naturais de forma permanente.

O exacerbamento da identidade étnica após a expulsão dos intrusos, certamente não estava nos planos da FUNAI e de seu projeto integracionista. O Estatuto do Índio em seu artigo 3 - inciso III, coloca como integrados aqueles indígenas que foram

"incorporados à comunhão nacional e reconhecidos no pleno exercício dos direitos civis, ainda que conservem uso, costumes e tradições característicos da sua cultura".

A incorporação, ou seja integração se daria portanto, de forma individualizada e nos parece evidente, frente ao contexto nacional, nos setores mais explorados. Neste sentido a integração pressupõe a destruição do grupo étnico, já que este é uma forma de organização. Para MARTINS (1980 :147),

"é que a ordem repressiva pressupõe que os indivíduos que ela subjuga se definam ou se redefinam de conformidade com uma identidade social básica, que deve espelhar o modo de ser e pensar da classe dominante, da classe que tem o controle do Estado e do seu aparato de repressão".

Neste sentido, a discussão remete à questão do Estado Brasileiro se pensar como um Estado uninacional, portanto constituído de uma única nação. Ignora as diferenciações culturais das sociedades indígenas, que as caracterizam como nações específicas, portanto com direito de permanecerem diferentes. O

reconhecimento do pluralismo étnico cultural da sociedade brasileira a nível jurídico, já que na realidade não pode ser negado, implicaria em alterações estruturais de ordem jurídica que assegurassem a essas sociedades igualdade de direitos frente ao Estado Brasileiro.

Se a questão da identidade étnica pode ser facilmente resolvida à nível do órgão tutor (veja-se, por exemplo, os critérios de indianidade - FUNAI, 1980), para os intelectuais preocupados com as possibilidades de sobrevivência desses contingentes, o problema é encarado em toda a sua complexidade.

Para o Estatuto do Índio (Art. 3 inciso I) "índio ou silvícola - é todo indivíduo de origem e ascendência Prê-Colombiana que se identifica e é identificado como pertencente a um grupo étnico cujas características culturais o distinguem da sociedade nacional". Esta conceituação à nível operacional traz problemas, uma vez que condiciona a identidade indígena à manutenção de cultura diferenciada da nacional. Tanto os Guarani, quanto os Kaingang desta reserva, não mantêm em operação a maior parte de sua cultura tradicional, embora a comunidade indígena identifique traços diacríticos para afirmar a sua condição de índios. Este aspecto é relevante, na medida em que uma das justificativas veiculadas pela sociedade nacional para a extinção da reserva Xapecõ é o fato de que o contingente aí aldeado perdeu a condição de índio, já que se vestem como os regionais, falam o português, praticam uma agricultura nos moldes "civilizados", são associados na cooperativa, etc... não se justificando portanto a manutenção de uma área especial para esta população.

BARTH (1976:11), ao discutir a questão dos grupos étn

nicos coloca que na literatura antropológica, o conceito se refere geralmente a uma comunidade que:

"en gran medida se autoperpetua biologicamente, comparte valores culturales fundamentales realizados con unidad manifiesta en formas culturales, integra un campo de comunicación e interacción, cuenta con unos miembros que se identifican a sí mismos y son identificados por otros y que constituyen una categoría distinguible de otras categorías del mismo orden".

Embora esse tipo de conceituação possa ser utilizada, o autor apresenta os problemas advindos da ênfase nos aspectos culturais, ou seja "as diferenças entre os grupos se convertem em simples diferenças no inventário de traços; a atenção se concentra na análise das culturas e não na organização étnica". (Idem, idem:13). Neste sentido, não importa a preservação de uma cultura tradicional, e sim a persistência da organização étnica. O item mais relevante seria o da auto-atribuição e da atribuição por outros, a ocorrência ou não de traços diacríticos se colocaria mais como um resultado dessa organização do que como premissa.

Os conceitos de grupo étnico ou etnicidade pressupõem fundamentalmente o contato entre sociedades diferenciadas, pois a base de sua existência se encontra nas especificidades culturais que diferentes grupos apresentam. Os processos de identificação, e conseqüentemente de incorporação de indivíduos à um grupo étnico específico está portanto, diretamente condicionada às oposições que se estabelecem entre grupos de diferentes etnias. De acordo com OLIVEIRA (1976:36), a identidade contrastiva se coloca como

"a essência da identidade étnica: a saber, quando uma pessoa ou grupo se afirmam como

tais, o fazem como meio de diferenciação em relação a alguma outra pessoa ou grupo com que se defrontam, é uma identidade que surge por oposição, implicando a afirmação do nós diante dos outros, jamais se afirmando isoladamente. Um indivíduo ou um grupo indígena afirma sua etnia contrastando-se com uma etnia de referência, tenha ela um caráter tribal (...) ou nacional (...). O certo é que um membro de um grupo indígena não invoca sua pertinência tribal a não ser em confronto com membros de uma outra etnia".

Assim, a categoria índio é uma criação da sociedade nacional, englobando indistintamente em seu interior as centenas de sociedades que apresentavam culturas específicas e que após o contato tiveram sua autonomia destruída. Por isso BATALA (s.d.:110) coloca:

"La categoria de índio, en efecto, es una categoría supraétnica que no denota ningún contenido específico de los grupos que abarca, sino una particular relación entre ellos y otros sectores del sistema social global del que los indios forman parte. La categoría indio denota la condición de colonizado y hace referencia necesaria a la relación colonial".

Esta categoria, construída e manipulada pelo "civilizado", é incorporada pelas sociedades indígenas basicamente no seu relacionamento com o regional. Aceita-se a denominação porque não há alternativa, conforme declaração de um índio: "Tem que se orgulhar de ser índio, porque não tem jeito mesmo..." (Ari Paliano, 22/07/81). No entanto, assumir a categoria geral índio implica em reconhecer que se integra um grupo estereotipado negativamente. Significa, portanto, sofrer os preconceitos veiculados pelos regionais no que se refere à sua identidade. Conforme coloca o cacique Kaingang,

"Os inimigos lá de fora (os regionais - A.N.), dizem que o índio é traçoeiro, vaído, bêbado, destruidor de mato, mas vamos mostrar

que não é assim. Quando os arrendatários viam aqui na área, eles não deixavam o índio cultivar a terra. Pegavam todos para trabalhar para eles, e se o índio queria ocupar um pedaço, diziam que o sítio era deles..." (José Domingos Paliano, 11/07/80).

Mas implica também, e fundamentalmente, na persistência do grupo enquanto tal, o que propicia a estes indivíduos uma organização que pode ser acionada quando necessário na luta de seus interesses.

Conquanto a sociedade regional reconheça a especificidade da população indígena, em particular quanto aos aspectos negativos, não há pretensão de reconhecer a autonomia, nem a capacidade, dessas sociedades de gerenciarem seus recursos. São representativos dessa visão os seguintes depoimentos: "Não quero eles de peão nem de graça, fazem serviço porco, não trabalham direito" (E.B. 16/1/81); ou, "até que tem Cr\$ 10,00 bebem. É pior que lidar com animal, pois o animal você dá umas pancadas e eles garram receio e estes aí (os índios A.N.), não adianta" (J.V., 23/1/81). Ou, "Tem que ser dominado por militar, eles mesmo não se entendem... Tem que vir gente que execute, senão pelo amor de Deus. Polícia dos índios briga com polícia deles mesmo, é uma bagunça, eles não tem capacidade de eles mesmo se mandarem". (J.V. 23/01/81).

Embora reconhecendo os índios do P.I. Xapecó como um grupo étnico diferenciado, os membros da sociedade regional não aceitam a idéia de que o estado brasileiro deva lhes garantir a terra. Aceitam a dominação política sobre estes contingentes, no entanto não reconhecem o direito desses grupos sobre a terra que ocupam. O não reconhecimento está ideologicamente justificado pela precariedade da exploração que os índios desen-

volvem na reserva. Dessa forma, para o contingente civilizado não se justifica a manutenção de uma reserva dessa amplitude para indivíduos que efetivamente não utilizam o potencial oferecido. A solução para esses, portanto seria

"O índio ser levado para o mato pois não sabe trabalhar e vive do mato, ou emancipá-los para serem brasileiros como os outros, receberiam uma área de terra para cultivar particularmente - 25 ha. seriam suficientes. O que existe é que os medalhões que mantêm o índio como índio, que não querem transformar ele, (ele por si só está se transformando) para viver em cima da FUNAI que é um fantasma. Agora na realidade, o índio é só mantido pra isso, a tradição que é mantida é pra alguém viver em cima dele." (Rosito Miglioranza-Pres. do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xanxerê - 8/2/80).

Quando se trata do confronto com o "civilizado" para a manutenção da Reserva, as especificidades das etnias Kaingang e Guarani são dissolvidas. O que aparece frente aos regionais são os "índios" do P.I. Xapecô, dentro da concepção de índio genérico desenvolvida por BATALLA (s.d.: 112). No entanto, à nível interno persiste nítida divisão, inclusive espacial entre os dois grupos étnicos. Interessa-nos analisar, como se articulam as duas etnias aí localizadas, no que se refere à exploração da Reserva e as estratégias para sua manutenção.

As relações entre Guarani e Kaingang se caracterizam como de dominação dos segundos sobre os primeiros. A dominação Kaingang à nível político se manifesta na subordinação hierárquica do cacique Guarani ao cacique Kaingang. Enquanto o cacique Kaingang é considerado o responsável por toda a área indígena, o cacique Guarani tem atuação apenas juntos aos Guarani e mesmo assim tem a sua autoridade bastante esvaziada, uma vez que se encontra subordinado inclusive ao capitão Kaingang res-

ponsável pelo setor Guarani. Dessa forma, os problemas mais gerais, são levados ao capitão ou ao cacique Kaingang, que tomam as providências cabíveis no caso. O status do cacique Guarani é mais formal do que executivo.

No setor econômico, é o cacique Kaingang que determina anualmente a execução de lavrados executados pelos tratores da FUNAI (Projeto Lavouras Familiares), para as famílias Guarani. No entanto, não interfere na distribuição da área lavrada, cabendo ao cacique Guarani a partilha. Embora os Guarani mantenham como atividade principal a venda de sua força de trabalho, não constatamos em nenhum momento o assalariamento pelos Kaingang de índios Guarani. Este fato pode ser em parte atribuído à localização do aldeamento Guarani, bastante isolado e de acesso difícil. No entanto, perto de Limeira, se encontram as roças do capitão Mateus Veloso, Kaingang responsável pela área Guarani que utiliza frequentemente mão-de-obra assalariada Kaingang. Assim parece-nos mais provável que o Guarani recusa este tipo de submetimento aos índios Kaingang.

Os Kaingang mantêm vários estereótipos com relação aos Guarani. Assim faz parte do discurso Kaingang generalizações como estas: "os Guarani não tem boca pra nada, não pedem nada, dormiam embaixo do assoalho quando receberam as casas da FUNAI", ou, "os Guarani são bobos, não tem idéia, então damos idéias prá eles e planos prá eles... os Guarani gostam de viver amontoados, não pegam junta de boi para trabalhar porque tem medo. É o que eu digo, são atrasadão" (Climair Alípio - entrevista a autora em 15/07/81). Ou "os costumes deles é quase o mesmo. A cultura deles em si não é uma cultura que queira ter

as coisas, eles tem condições de ter as coisas, casas mobilia-  
da, tudo, mas o sistema deles já não traz, o que eles gostam é  
o seu foguinho no chão. A gente não pode mudar a cultura do  
outro. Ninguém pode mudar." (Ari Paliano, 22/07/81).

Em todo o discurso Kaingang, os Guarani aparecem por-  
tanto, como "atrasados", isto é, mais próximo à categoria "ín-  
dio" do que à categoria "civilizado". Neste sentido RAMOS (1980:  
204) coloca:

"... é a tendência do Kaingang a lançar mão  
de um 'modelo civilizador', quando se rela-  
ciona com o Guarani, pelo qual este é repre-  
sentado como 'atrasado', quando comparado  
com o 'civilizado' Kaingang."

De outro lado, a concepção que os Kaingang mantêm dos  
Guarani, enfatiza a sua indianidade. Assim, enquanto entre os  
Kaingang as categorias "puro" e "mestiço" são importantes na  
interação social, com relação aos Guarani não existe este tipo  
de preocupação, não se questionando em momento algum a sua iden-  
tidade.

Os Guarani, portanto, se encontram numa situação de  
submissão aos Kaingang nessa reserva, exclusivamente no que se  
refere ao aspecto político. Em outros setores, mantêm uma auto-  
nomia, tanto dos Kaingang, quando do órgão tutor, interagindo o  
mínimo possível com os dois segmentos. A relação maior ocorre  
com os regionais situados nas proximidades da área de Limeira ,  
com os quais se relacionam na venda de sua força de trabalho ou  
na venda de sua produção. A própria assistência que o órgão tu-  
tor fornece ao contingente Guarani é mínima. Somente em 1982 ,  
é que se instalaram em Limeira uma atendente de enfermagem e  
uma professora.

A situação em que se colocam os Guarani com relação ao restante da população aldeada nesta reserva, pode ser explicada pela diferente visão que os Guarani e Kaingang mantêm sobre as terras da reserva.

"Enquanto para os Kaingang a reserva se constitui no seu ponto central de referência, não lugar onde se concentra o seu maior foco de lealdade, para os Guarani ela é simplesmente, o local onde habitam, podendo estar hoje aqui, e amanhã ali, dependendo das circunstâncias, em qualquer lugar onde haja outros Guarani. Poderíamos pois dizer que enquanto o Kaingang se define em relação ao território, o Guarani se define em termos de tribo, considerando que todas as áreas onde existem Guarani são igualmente adequadas para morar."(RAMOS, 1981:205).

Leve-se em conta ainda o fato de que a Reserva Xapacó foi doada formalmente aos grupos Kaingang, situando-se os Guarani de certa forma como intrusos, ou hóspedes permanentes (SANTOS, 1971:421).

Entre os Kaingang, ao contrário do que ocorre entre os Guarani, as categorias "índio puro" ou "mestiço", são constantemente reavivadas. Dessa forma, ocorre entre os Kaingang nítida divisão. Em parte essa situação está relacionada ao controle político que os índios considerados "mestiços" pela comunidade detêm na reserva. Relaciona-se também, à situação econômica de algumas famílias "mestiças", visivelmente melhor situadas do que as maioria das famílias indígenas. É o caso do cacique Kaingang José Domingos Paliano, do Capitão Mateus Veloso, do índio Dejardino Paulino, do índio Euclides Mendes. No entanto, quando realizamos um recenseamento entre a população da reserva, a maioria dos índios se auto identificou como "mestiço". Dessa forma, nem todos os "mestiços" detêm poder político, tampouco se po-

deria afirmar que as famílias reconhecidas como mestiças se encontram em melhor situação econômica do que os índios "puros".

Na identificação dos índios como "puro" ou "mestiços", os Kaingang elegeram alguns critérios, entre eles o mais importante é o domínio da língua Kaingang. Conforme José Gabriel (24/07/81)

"... num fala o idioma não é índio, eu acho que prá sê índio mesmo tem que falá o idioma... Tem pouco índio que fala aqui, mas a maioria entende. Tão ficando tudo civilizado porque não falam mais o idioma..."

Além do conhecimento da língua Kaingang, outros critérios são invocados, como: ter pais considerados "puros", ou ter "nome do mato".

Com relação ao nome índio, ou "nome do mato", conforme a definição da comunidade, embora muitos o mantenham, não é utilizado cotidianamente. No dia a dia os nomes utilizados são os civilizados. No entanto são importantes como sinal de identificação para sua classificação como "mestiços" ou "puros" ou para assegurar frente aos brancos o seu pertencimento à comunidade. De acordo com CUNHA (1979:36)

"... a escolha dos tipos de traços culturais que irão garantir a distinção do grupo enquanto tal depende dos outros grupos em presença e da sociedade em que se acham inseridos, já que os sinais diacríticos devem poder se opor, por definição, a outros de mesmo tipo... A construção da identidade étnica extrai assim da chamada tradição elementos culturais que sob a aparência de serem idênticos a si mesmos, ocultam o fato essencial de que fora do todo em que foram criados, seu sentido se alterou".

Na ausência, portanto, de um dos sinais diacríticos considerados pela comunidade como distintivo da categoria "ín-

dio puro" ou "mestiço", como o conhecimento da língua Kaingang, são invocados outros sinais, como o "nome do mato". Dessa forma, o cacique Kaingang, José Domingos Paliano, anexou ao seu nome civilizado, o nome indígena Kããponi. Enquanto os índios "puros" só utilizam o nome índio quando solicitados, estes indivíduos usam constantemente, afirmando dessa forma a sua condição de índio. Essa afirmação da indianidade é realizada portanto, tanto a nível interno - dicotomia "puro", "mestiço" -, quanto à nível externo, índios - sociedade regional.

Dessa forma, após a expulsão dos intrusos, a questão da identidade étnica foi acirrada, pois em função das pressões que a sociedade regional mantém sobre a Reserva, os índios se vêem compelidos a sua afirmação constante, tanto frente à sociedade regional, quanto ao órgão tutor, que afinal promoveu a expulsão dos não-índios localizados no P.I. Xapecó.

A questão da identidade étnica é facilmente manipulada, tanto pelas lideranças civilizadas do P.I., quanto por sua liderança indígena. Dessa forma, durante nossa pesquisa de campo, recebemos "denúncias", e nos foi solicitado auxílio, para que famílias expulsas retornasse para a área. É o caso de Norberto Makota, expulso como "civilizado" pelo Chefe do P.I., durante a expulsão dos intrusos, enquanto o irmão, permanecia na reserva, como mestiço. Ou o caso do índio Vitório Arsego, expulso também em 1978, ex-cacique da área, que foi transferido juntamente com os civilizados expulsos, para o Mato Grosso.

Assim, a concepção da terra como espaço fechado, com fronteiras definidas, imposta pelo Estado Brasileiro aos contingentes indígenas ao criar as reservas, bem como a consciên -

cia das pressões que este mesmo Estado mantém sobre estes territórios, provoca à nível das relações Índios X brancos, o camuflamento das dicotomias internas, aparecendo estes contingentes frente aos regionais como Índios no sentido genérico, definidos a partir da relação de luta contra a expropriação de suas terras.

## 2. Projeto indígena de ocupação da reserva

Ocorrendo a expulsão dos arrendatários e intrusos, os índios aldeados no P.I. Xapecô, passaram a contar com cerca de 15.000 ha. de terras férteis. Atualmente a maior parte dessa área não está sendo utilizada (conf. cap. III), pois os índios não tem capital, tecnologia e motivação econômica para efetivar uma exploração intensiva da reserva. Este fato tem fornecido aos regionais argumentos para críticas veementes à existência de uma reserva de terras (bem já escasso na região), para indivíduos que segundo o seu ponto de vista não exploram suficientemente os recursos de que dispõem e, conseqüentemente, dentro de uma lógica capitalista, não contribuem para a acumulação de capital.

Neste sentido, é ilustrativo o depoimento do comerciante da região que afirma:

"... Trabalham pouco na terra, o governo devia de dividir eles aproveitam mal, não sabem trabalhar, é até um pecado. Quando é safra eles vão trabalhar por dia, com autorização, essa terra devia de ser melhor aproveitada, os municípios iam muito melhor. ... Terra é grande, planta é pouca. O que precisava era colocar os índios num cantinho e colonizar o resto..." (J. V. entrevista à autora, 14/01/81).

As pressões sobre as terras da reserva, no entanto, não se limitam às veiculadas pelos regionais. Outras ameaças, diretamente impostas pelo governo brasileiro, provocarão diminuição significativa das terras no momento dominadas pela comunidade indígena de Xapecô.

A mais séria dessas ameaças se constitui no Projeto

Uruguai. Esse projeto, elaborado pela Eletrosul (Centrais Elétricas do Sul do Brasil), objetiva o aproveitamento integral do potencial energético da bacia do rio Uruguai. A reserva Xaçecó, será atingida direta ou indiretamente pela construção de nove barragens. "Não menos que seis barragens no rio Chapecó e três no rio Chapecozinho (...) afetarão a reserva Xaçecó. Quatro dessas nove serão construídas nas terras da Reserva ou a um Km das terras indígenas". (ASPELIN & SANTOS, 1981:20-21).

Os efeitos diretos indicados pela equipe de antropólogos que realizou o levantamento das consequências<sup>1</sup> para esta comunidade da implantação do Projeto Uruguai são as seguintes: perda de no mínimo 1.373 ha. de terras, sendo que 359 ha. são de excelente qualidade para a agricultura e aproximadamente 1.014 ha. se apresentam no momento com valiosa cobertura vegetal inexplorada. A inundação exigirá o reassentamento da sede administrativa do P.I.; do complexo serraria implantado nesta reserva pelo órgão tutor; e a realocização de aproximadamente 50 casas indígenas (cerca de 350 indivíduos). Atingirá também um cemitério indígena e as vias de acesso ao P.I.

Por outro lado, os efeitos indiretos provocados pela implantação desse complexo, não podem ser previstos com a mesma segurança. No entanto, a experiência acumulada em trabalhos que tratam da mesma problemática a nível internacional, demonstram suficientemente as graves consequências que as populações envolvidas no processo sofrem. De maneira geral são eles: stress fi-

---

<sup>1</sup>UFSC/ELETROSUL/FUNAI, 1978:138-140.

siológico, psicológico, sociológico<sup>1</sup>.

Acrescenta-se a esses problemas, um outro, específico da região em questão, que é o do fechamento da fronteira agrícola. O contingente "civilizado" que será atingido pela implantação do projeto é bastante significativo. A ameaça que se apresenta é a de que as terras da reserva sejam invadidas pelos agricultores afetados, ilegalmente ou com o apoio governamental, sob a justificativa de que os índios não necessitam dessas terras na medida em que não estão utilizando a maior parte das terras de que dispõem.

Embora a construção das barragens que afetarão o P. I. Xapecô esteja prevista somente para o início do próximo século, a ameaça é concreta e está presente para os índios motivando inclusive uma tomada de posição, principalmente pela liderança indígena. Conforme colocou o cacique Kaingang referindo-se a este projeto:

"A terra não vai ser suficiente. Não queremos sair daqui. Vão nos mandar para o Mato Grosso, mas não vamos nos acostumar, vamos lutar contra. Eu não quero, meu povo não quer... Antigamente a área era muito maior do que é hoje, chegava à Bom Jesus, Abelardo Luz, São Domingos. Agora não dá mais para recuperar, mas era nosso. Devemos lutar para conservar a pontinha de terra que restou, pois a terra não aumenta, até pode diminuir, mas a comunidade está crescendo.  
(José Domingos Paliano, entrevista à autora em 11/07/80).

A população indígena aldeada nessa reserva tem cons-

---

<sup>1</sup>Ver SCUDDER, 1973, 1975a, 1975b, 1976; BROKENSHA & SCUDDER, 1968.

ciência dessas pressões. Ao mesmo tempo, está consciente do seu direito sobre este território, o que foi claramente colocado pelo Estado brasileiro ao efetivar, via FUNAI, a expulsão dos intrusos da reserva. Neste episódio, o governo brasileiro legitimou, perante os índios e os regionais<sup>1</sup> a legalidade da posse indígena. É ilustrativo o depoimento de Ari Paliano (entrevista em 22/07/81):

"Não tem perigo, a não ser que matem todos os índios, mas os índios estão bem conscientes daquilo que é deles e do jeito que eles são. Inclusive os índios tem uma força tremenda, se se reunirem os 2.000 índios daqui. As divisas estão todas fechadas, foi esticado arame, se quiserem invadir é a pior viagem e depois a FUNAI não pode botar a justiça contra o índio porque daí já muda a política. O governo também não porque daí tem uma repercussão disgracida...".

À nível das ameaças mais próximas, ou seja, das representadas pelos regionais, as ações efetivadas pelo contingente indígena são concretas: cercamento da área com arame farpado, constante policiamento das fronteiras, efetuado pelas autoridades indígenas bem como pela totalidade da população aldeada na reserva.

Constitui ainda uma estratégia, a localização de famílias indígenas em pontos chaves para que efetivem o controle das divisas. Além disso, o incentivo para a dispersão das unidades familiares pela área, ao contrário do que ocorre atualmen-

<sup>1</sup>"Sabem que a terra é deles, se falar que alguém quer entrar, tão tudo arrepiado". (J. V., 23/01/81).

Ou:

"Os índios são valentes com a terra, dizem que estavam aqui no descobrimento do Brasil e que a terra é deles". (E. B., 01/01/81).

te uma vez que os índios estão aldeados em núcleos, se constitui em ação eficiente na medida em que propicia a ocupação e o controle do território.

O controle da exploração dos recursos da reserva também se efetiva, através da proibição formal de sua exploração por não índios. Conforme depoimento de Ari Paliano (entrevista em 22/07/82):

"Se encontrar um branco vendendo nã-de-pinho da área, ou tirando uma espiga de milho sem autorização, nós prendemos a carroça e até o homem e trazemos para dentro da área..."

Para a maioria dos índios, mantém-se a proibição de ter associação com "civilizados", uma vez que poderia se colocar como ameaça à manutenção do território, isto é o regional financiando as roças dos índios. No entanto, para algumas autoridades, a proibição não vigora, colocando-se inclusive como alternativa para incrementar a produção das famílias indígenas e assegurar a sua permanência na reserva, na medida em que oferece possibilidades de ampliação das lavouras e de assalariamento interno.

No entanto, os índios não tem conseguido equacionar com a mesma eficácia, os problemas decorrentes da implantação em seu território de projetos elaborados por instituições diretamente vinculadas ao Governo brasileiro. É o caso, por exemplo, da passagem pela reserva (aldeia de Pinhalzinho), de rede de transmissão de energia elétrica. Os índios dessa aldeia, assessorados pelo CIMI e com o apoio das lideranças indígenas do P.I., embargaram durante quatro meses as obras, exigindo junto aos órgão competentes, indenização pelos prejuízos causados. A-

pós negociações, os índios da aldeia concordaram que a indenização fosse efetivada através de instalação elétrica nas casas situadas próximas às linhas de transmissão. Exigiram ainda o fornecimento de energia gratuita, o que obtiveram parcialmente.

Recentemente (1982), iniciaram-se as obras de asfaltamento do trecho Bom Jesus à Ipuaçu. O asfalto está sendo implantado sobre o leito da estrada antiga que corta a aldeia de Pinhalzinho, muito próximo às casas dos índios. Para a colocação do asfalto, foi necessário o alargamento da estrada, o que vai exigir a relocação de algumas casas indígenas. Além disso, pela elevação da estrada, as casas ficaram abaixo do nível, e ocorreu em consequência a eliminação dos caminhos que as ligavam à rodovia e pelos quais era escoada a produção dos índios. Outros problemas denunciados pelos índios se referem à ameaça à sua integridade física, uma vez que as crianças da aldeia necessitam atravessar o asfalto para chegarem à escola. Reclamam ainda da morte ou roubo de animais de criação, principalmente aves, uma vez que não tem possibilidades de construir galinheiros ou estábulos.

Com relação a este projeto, os índios não tem tomado atitudes concretas, tampouco o órgão tutor tem exigido indenização ou proibido a sua implantação. Os índios reclamam, mas tem se conformado com as promessas de relocação das casas atingidas mais diretamente.

Os aspectos abordados até o momento, demonstram que os índios da reserva Xapecó, estão conscientes das pressões existentes sobre suas terras. Nesse sentido, tem projetos para assegurar a manutenção do território, no que se refere às amea-

ças concretas de invasão. Assim, tem conseguido evitar que se repita a situação que existiu até a expulsão dos intrusos.

Frente à esta situação, nos interessa analisar o projeto que essa comunidade tem desenvolvido para assegurar o controle da exploração do território a eles legalmente reservado pelo Estado brasileiro.

Para os índios do P.I. Xapecô, o bem disponível ainda não esgotado é a terra. O acesso à terra é possibilitado teoricamente a todos os indivíduos reconhecidos pela comunidade indígena como pertencentes a ela. No entanto, com exceção de alguns indivíduos, existe a impossibilidade prática de explorá-la mais intensivamente, uma vez que a maioria das unidades familiares não dispõem de capital para efetivar maior exploração desse recurso e assim assegurar a reprodução das unidades familiares, exclusivamente pela prática agrícola. Esse fato provoca o submetimento do índio às relações assalariadas ou à execução de trabalhos acessórios para a complementação do orçamento doméstico<sup>1</sup>. Os índios, no entanto, percebem que essas atividades são mais espoliativas do que a produção agrícola e que a alternativa estaria na intensificação desse tipo de exploração. É portanto, na manutenção da terra e na sua exploração mais intensiva que parcela dos índios da reserva vêem a saída para a situação de dependência em que se encontram. Conforme colocou Ari Paliano (Entrevista à autora em 22/07/81):

---

<sup>1</sup>Ver item 1 do capítulo III.

"Vai faltar terra, principalmente mecanizada, eu quero fazer 80 alqueires, outro 60, outro 40, outro 100. Aí já vai faltar terra. Tamos pensando em fazer um projeto de destoca porque prá nois a única coisa que tem de futuro é a agricultura, outra coisa não tem".

Ou,

"A sra. passa daqui mais um ano, vai ver se não tem pequeno e grande agricultor. Tem uns 80 índios que plantam prá c . Tem uns quinze carros na área, mostra que os índios tão progredindo. ... O chefe do P.I. , e o cacique ajudam no negócio. Índio tem uma cabeça que nossa, tem idéia, só que não sabe aproveitar". (Ari Paliano, 22/07/81).

É essa perspectiva que norteia as ações do cacique Kaingang, especificamente as que se referem ao incentivo para a permanência dos índios na reserva, e a busca de financiamentos que possibilitem o incremento da produção agrícola nas unidades familiares.

Para a liderança indígena a autonomia econômica das unidades familiares é a condição sine qua non para a ocupação e conseqüentemente, para a manutenção do território. De seu ponto de vista, portanto, o primeiro passo é proporcionar a independência econômica. Assim a associação dos índios na cooperativa, a utilização de financiamentos de comerciantes, o incentivo à exploração dos recursos da reserva (nõ-de-pinho, xaxim, palanque, erva-mate), bem como a proibição de sua exploração nas épocas de plantio, limpa e colheita, se constituem em estratégias para proporcionar ao contingente indígena, o capital necessário para a superação das relações de dependência que estes mantêm tradicionalmente com a sociedade regional.

Conforme depoimento do cacique Kaingang (Entrevista

ã autora em 23/02/81)

"Já foi dado o primeiro passo, inclusive já estamos associando índios na cooperativa. Ano passado foram 27, agora são 60 índios, com isso, melhora a situação dos cooperativados e dos outros índios que ainda não estão em condições de serem associados na cooperativa, por causa dos tratores que faziam as lavouras familiares, não precisavam mais fazer".

Para a liderança indígena, a intensificação da exploração das terras da reserva, significa basicamente a modernização do processo produtivo. O P.I. Xapecó está inserido numa região em que se introduz recentemente a exploração mecanizada de produtos direcionados para o mercado regional e mesmo internacional. Parcela dos índios do P.I., tem participado do processo como mão-de-obra assalariada e/ou produtores e evidentemente incorporado a ideologia veiculada pelos regionais, no que se refere à eficiência da utilização de tecnologia moderna na produção agrícola. No entanto, em nenhum momento, a liderança Kaingang associa a introdução na reserva de uma agricultura capitalista à perda da identidade étnica. Pelo contrário, esta é constantemente afirmada e reavivada, em contraposição ao civilizado, pois é fundamental a sua persistência para a manutenção da reserva.

Na prática, esses objetivos são difíceis de serem alcançados, na medida em que os índios, pelas relações espoliativas a que estão sujeitos, tanto no que se refere ao assalariamento, quanto à venda de sua produção ou dos recursos da reserva, não conseguem acumular o suficiente para dedicar-se exclusivamente à prática agrícola.

Outro fator que impossibilita a maioria dos Índios de intensificar a produção é a própria visão de mundo, os seus valores, que se distinguem fundamentalmente dos colocados pelo Cacique Kaingang. Apesar de terem sofrido um intenso processo de desagregação cultural e de terem incorporado parcela da ideologia dominante na sociedade nacional, grande parte do contingente indígena aldeado nesta reserva não tem "interesse" em realizar lavouras no estilo proposto pela liderança Kaingang. Ao contrário do que ocorre entre "civilizados", ou mesmo entre alguns poucos Índios, o objetivo maior da exploração que realizam na área não é o lucro ou a acumulação e sim a sobrevivência das unidades familiares. Dessa forma, a exploração mais intensiva da reserva pelo contingente indígena, implica fundamentalmente na modificação do próprio Índio, dos seus valores, da sua visão de mundo. Implica na incorporação da ideologia dominante no modo de produção capitalista, que mantém como valores, a produtividade, o lucro, a acumulação e o trabalho individualizado. Nem todos os Índios poderão ou desejarão fazer a transposição. Conforme Ari Paliano (entrevista à autora em 22/07/81):

"Agora os Índios estão todos conscientes, os Índios aí trabalham. Tem algum vadiozão no meio, que não vai. Já vem da própria cultura, pra eles a satisfação é tar na vidinha deles, plantar um pouquinho de mandioca, verdura, feijão, só pra viver, não querem fazer grandes lavouras. Estes a gente deixa, ajuda eles".

Parte do contingente indígena já incorporou a ideologia dominante na sociedade nacional. São os indivíduos que apresentam uma produção mais expressiva, voltada para o mercado regional. Estes indivíduos tem utilizado a mecanização, corretivos para o solo, praguicidas e o assalariamento de Índios para

as tarefas em que a mecanização não é possível ou viável./Reproduzem desta forma, no interior da reserva, as relações espoliativas do modo de produção capitalista vigente no país. Na medida em que o assalariamento se mantém, seja ele no interior da reserva ou exterior a ela, a situação não é superada. Pelo contrário, é mantida, ou até agravada, pois proporciona condições para o surgimento de diferenciações na reserva, ou seja, índios patrões em potencial e índios proletários.

Conforme AMORIM (1970/1971:76-77) percebeu entre os Potiguara de Baía da Traição, entre os índios do P.I. Xaçecó, o maior controle de recursos propicia o aparecimento de uma hierarquização de status, baseada no econômico. As relações que se estabelecem entre os dois segmentos são relações de exploração na medida em que se concretizam no assalariamento dos indivíduos, processo regulado não por normas internas, derivadas de valores do próprio grupo, mas determinadas pelo modo de produção dominante no país.

Contudo, parcela significativa do contingente indígena, tem recusado este projeto. Estes indivíduos se constituem em empecilho para o capital, embora participem para sua acumulação através do assalariamento. Na medida em que a reserva no momento só pode ser explorada por índios, ou pelo órgão tutor, é fundamental a sua participação, não apenas como assalariados, mas principalmente como produtores em grande escala, pois é através do aumento da produção, do consumo de insumos industrializados, da aquisição de máquinas agrícolas, do pagamento de juros de financiamentos, que se ampliará a acumulação de capital em outros setores do sistema econômico nacional. Portanto, a inserção dos recursos da comunidade indígena do P.I. Xaçecó, a-

te o momento se coloca como precária, na medida em que parcela significativa desses recursos não estão sendo explorados intensivamente. As explorações desenvolvidas pelo órgão tutor (Projeto Serraria e Projeto Agrícola), se constituem em explorações capitalistas que canalizam para fora da reserva, os recursos auferidos. Nesse sentido, estão atendendo aos interesses desse modo de produção. No entanto, exploram parcela reduzida dos recursos disponíveis na reserva.

O projeto de exploração elaborado pela liderança indígena do P.I. Xapecô, está condicionado por dois fatores:

O primeiro deles é a condição jurídica dos indígenas, considerados relativamente capazes (portanto cidadãos com gozo parcial de direitos), o que se consubstancia na tutela exercida pela FUNAI. Na medida em que o órgão tutor exerce uma prática autoritária e espoliativa sobre esses contingentes, restringe em grande parte a autonomia que as sociedades indígenas possam ter para a exploração de seus recursos ou para a manutenção de suas terras. Em contrapartida, a situação específica dessas sociedades, submetidas à proteção do Estado, contribui para a consciência de que a manutenção do território está condicionada pela persistência da identidade étnica.

O segundo aspecto, é o de que estas sociedades se encontram articuladas economicamente ao modo de produção capitalista vigente no país, embora de forma marginal. A destruição das atividades econômicas tradicionais, resultante do processo de colonização a que foram submetidas, implicou na imposição de relações de produção características do modo de produção dominante e condicionou em grande parte a participação desses con-

tingentes no sistema econômico nacional, como produtores agrícolas ou como mão de obra assalariada.

O modo de produção capitalista para se expandir e reproduzir necessita a constante incorporação de novas áreas, ainda não submetidas as relações de produção dominantes nesse modo de produção. A inserção de novas áreas se dá fundamentalmente através da articulação econômica, possibilitada pela imposição da ideologia dominante. Assim, a reprodução do econômico implica a reprodução do ideológico e do político no interior do sistema social. A inserção dos recursos do P.I. Xaçecô, até o momento se coloca como precária, na medida em que parcela significativa desses recursos não estão sendo explorados. O projeto elaborado pela liderança Kaingang se situa neste contexto. Para sua implementação no entanto, é fundamental a incorporação da ideologia dominante. Assim todas as organizações estabelecidas na reserva pelo órgão tutor (como a própria administração, a escola, a enfermaria, o Projeto Agrícola ou o complexo serraria), bem como as relações que os índios mantêm com instituições externas à área indígena, transmitem e impõem constantemente a ideologia dominante na formação social brasileira.

O projeto elaborado pela liderança Kaingang deste P.I., portanto atende aos interesses do modo de produção dominante no país, pois estimula a exploração dos recursos da reserva nos moldes determinados por este modo de produção.

A consequência mais importante desse tipo de opção se

resume na perda da autonomia que as unidades familiares ainda possam apresentar. Na medida em que se submetem ao financiamento externo, comprometem totalmente sua produção, perdem inclusive o direito de comercializá-la onde os preços são mais compensadores. É o que ocorre tanto com os financiamentos fornecidos pela cooperativa, quanto o fornecido pelos comerciantes regionais. Da mesma forma, ao modernizar o processo produtivo, tornam-se consumidores de produtos industrializados, como adubos, sementes selecionadas, praguicidas, etc., o que aumenta significativamente o capital necessário para a implementação de lavouras. Finalmente a mecanização, no momento, os coloca numa situação de dependência frente aos regionais que alugam suas máquinas e serviços e dessa forma extraem lucros da exploração da reserva. O próximo passo, será o de os próprios índios adquirirem as máquinas necessárias para a exploração agrícola, o que os inserirá de forma definitiva no modo de produção dominante, uma vez que os comprometerá com o financiamento. Sua produção no momento já é determinada em parte pelo mercado regional, a tendência é a de que seja exclusivamente determinada por este mercado.

Dessa forma, a situação percebida atende totalmente aos interesses do modo de produção capitalista vigente no país. O que interessa para o capital, não é a propriedade dos meios de produção, entre eles a terra, e sim que a sua exploração ocorra com base em relações características desse modo de produção, pois é dessa forma, que a acumulação se processa mais acen tuadamente. Na medida em que os índios do P.I. Xapecó, ou parcela desse contingente, opta por uma inserção maior do que a que ocorria, e se propõe a participar de forma mais intensiva, isto

é utilizando tecnologia moderna e tendo sua produção determinada pelo mercado nacional, está servindo aos interesses capitalistas e perdendo totalmente sua autonomia.

Todo o projeto elaborado mantém como premissa a posse da terra. Nesse sentido, é fundamental a manutenção da identidade étnica, mesmo na condição de "índio genérico" proposto por RIBEIRO (1977:222), uma vez que é a persistência dessa identidade que habilita a estes contingentes o acesso a este bem de produção. No entanto, este projeto não prevê em momento algum a realização de explorações coletivas ou comunitárias. Está baseado no modelo nacional de produção individual e utilizando mecanismos específicos ao modo de produção dominante, como o assalariamento. Assim, embora o uso da terra esteja ao alcance de toda a comunidade, existem condicionantes que impedem uma apropriação igualitária desse recurso e conseqüentemente introduzem desigualdades no sistema social indígena.

## CONCLUSÕES

A reserva indígena de Xaçepó encontra-se localizada numa região fundamentalmente agrícola. A partir da década de 70 esta região vem sofrendo transformações no que se refere a estrutura fundiária, decorrentes do desenvolvimento na área de uma agricultura organizada em termos capitalistas. Dessa forma, a região atualmente se coloca como uma das mais importantes do estado catarinense no que se refere à produção agrícola.

As alterações decorrentes da introdução na região de uma agricultura mecanizada, com ênfase na produção de grãos para o mercado internacional, são visíveis. Percebe-se um crescente processo de concentração da terra, com a conseqüente expulsão, principalmente através da pressão da venda, dos pequenos agricultores que mantinham uma policultura, e a substituição desse tipo de cultura, por uma produção especializada, basicamente soja e milho e ocasionalmente trigo. Este tipo de cultivo utiliza de mecanização, mão de obra assalariada, financiamentos, etc.

No entanto, na microrregião em questão, sobrevivem pequenas propriedades, que se mantêm nos locais em que a topografia acidentada dificulta a mecanização, impedindo a exploração mais intensiva. Igualmente as agroindústrias localizadas na área tem-se utilizado do potencial produtivo das unidades familiares que detêm parcelas reduzidas de terra, através do processo de integração. Dessa forma, asseguram o fornecimento da matéria prima necessária para o seu funcionamento e expansão.

A situação percebida, ou seja, o incremento que as grandes propriedades vem apresentando, bem como a persistência

das pequenas, é decorrente da política agrícola brasileira que, de um lado estimula a exploração agrícola moderna, e de outro mantém a pequena propriedade, com uma produção realizada em moldes "tradicionais", para assegurar o abastecimento do mercado interno de gêneros alimentícios a baixos custos.

A principal consequência de uma política agrícola que privilegia a produção de gêneros para a exportação, numa região em que as terras são férteis e adequadas para a mecanização, é a valorização da terra. O modelo do capitalismo existente na formação social brasileira, associado e dependente, que mantém como principal pauta de exportação produtos primários, tem exigido cada vez mais a incorporação das terras disponíveis de uma forma produtiva, para que a acumulação seja incrementada.

Neste contexto, as terras da reserva indígena Xapecó, de excelente qualidade e propícias à mecanização, representam um potencial produtivo que não pode ser ignorado. Até muito recentemente (1978) essas terras se encontravam parcialmente incorporadas ao sistema econômico, na medida em que estavam ocupadas por "civilizados" que realizavam a sua exploração bem como a da mão de obra indígena. O órgão tutor igualmente tem efetivado a exploração dessas terras, através da instalação de projetos organizados em moldes capitalistas, embora utilizando parcela mínima das terras disponíveis. Já o projeto serraria, tem explorado intensivamente o potencial madeireiro da área indígena, canalizando para fora da reserva, os recursos auferidos com essa exploração.

A exploração agrícola da reserva, efetivada pelas u-

nidades familiares é considerada precária, isto é insuficiente pelos contingentes "civilizados" localizados próximos à reserva, uma vez que ocupa parcela reduzida das terras disponíveis. É neste fato que as pressões sobre as terras indígenas se baseiam. Assim, dentro de uma lógica capitalista, para os regionais não se justifica a manutenção de uma reserva, para indivíduos que efetivamente não exploram os recursos de que dispõem.

Quando da análise da exploração desenvolvida pelos índios na reserva Xapecó, ficou caracterizado que o contingente aldeado na área, não dispõe de capital e/ou de motivação para efetivar uma exploração mais intensiva do potencial agrícola da reserva. Essa situação é decorrente das já históricas relações de exploração a que estes grupos estão submetidos, e que lhes impossibilita a apropriação do excedente que produzem. Este excedente, tem sido canalizado para setores externos à reserva, através de dois mecanismos. O primeiro deles, que não atinge apenas os índios, mas uma massa significativa de camponeses, é resultante da opção do Estado Brasileiro que tem exercido uma política agrícola extremamente espoliativa sobre esta parcela da população. Esta espoliação se consubstancia na manutenção de preços artificialmente baixos, na falta de incentivos e nas dificuldades de financiamento para a produção de gêneros considerados menos nobres. O segundo mecanismo de espoliação é a venda da força-de-trabalho para regionais, atividade desempenhada por parcela significativa dos índios da reserva Xapecó.

Acrescente-se à situação, a lógica diferente que norteia as ações dos índios, e que não privilegia os valores capitalistas veiculados pela ideologia dominante, ou seja, a produ-

tividade, o lucro e a acumulação. Dessa forma, a exploração efetivada é reduzida, basicamente para a reprodução das unidades familiares.

As pressões sobre os recursos naturais controlados pela comunidade indígena de Xapacó são inúmeras, desde ameaças de perda de parcela significativa do território pela construção de barragens de geração de energia, construção de rodovias que cortam a reserva, até ameaças de invasão. Os índios não tem conseguido equacionar com sucesso os problemas decorrentes da implementação desses projetos sobre seu território. No entanto, a partir de 1978, com a expulsão dos intrusos localizados na reserva, esse contingente indígena desenvolveu consciência dos direitos históricos que detém sobre os recursos da área. Dessa forma, o principal projeto que mantém, se refere à elaboração de estratégias que assegurem a manutenção do território, mais especificamente das terras agriculturáveis da reserva. Nesse sentido, tem realizado ações que visam proteger o território e que se consubstanciam na dispersão das famílias indígenas pela reserva, no controle das fronteiras e na proibição do arrendamento à "civilizados".

O projeto de ocupação elaborado principalmente pela liderança Kaingang do P.I., está baseado na manutenção do contingente indígena enquanto grupo étnico, fundamentalmente porque a legislação brasileira mantém como condicionante da permanência na reserva, a existência e o reconhecimento da identidade diferenciada dos grupos sob sua tutela. Essa situação foi claramente colocada, tanto para os índios quanto para os regionais, por ocasião da expulsão dos intrusos localizados na área. Se

a maioria dos intrusos não apresentou problemas quanto à identificação, um grupo que se auto identificava como "mestiços" foi expulso como "civilizado". Os índios do P.I. Xapecó, tem consciência de que sua identidade pode ser contestada, ou melhor manipulada, tanto pelo órgão tutor, quanto pela liderança indígena e "civilizados", de acordo com os interesses do momento. Dessa forma, tem constantemente reavivado a questão da identidade. Neste momento, ocorre a eleição de traços diacríticos, como o domínio da língua ou o "nome do mato" (nome indígena), que são contrapostos aos mesmos traços vigentes na sociedade nacional e que, por oposição, acentuam a especificidade desses contingentes.

Dessa forma, no momento, para o grupo indígena aldeado na reserva de Xapecó, é de fundamental importância, a manutenção da identidade diferenciada. No entanto, a liderança da reserva tem consciência das pressões que a sociedade regional exerce sobre a área no que se refere à exploração produtiva da reserva, bem como a situação precária das unidades familiares indígenas para sua subsistência. Tem consciência igualmente, de que, a melhoria de sua situação está condicionada à uma maior exploração agrícola, uma vez que o bem disponível é a terra. Nesse sentido, o projeto elaborado objetiva atingir os dois problemas que afetam este contingente, ou seja: ameaça de perda da terra pela não exploração e reprodução das unidades familiares. Assim, a proposta de incremento da produção, através do financiamento de comerciantes regionais e a associação dos índios à cooperativa, são instrumentos, que de acordo com a perspectiva da liderança indígena pode propiciar a independência das unidades familiares.

Ao optar por este projeto, o cacique Kaingang, que já incorporou a ideologia vigente na sociedade nacional, provoca a inserção final dos recursos que a comunidade indígena de Xapecô ainda detém. Efetivamente, ao capital, a propriedade dos meios de produção não é fundamental, o que interessa é que a exploração ocorra de acordo com relações pertinentes ao modo de produção dominante, pois, dessa forma é que a acumulação se processa mais rapidamente. Se são os Índios, o órgão tutor, ou regionais que efetivam a exploração não importa. O que interessa, é que se realize nos moldes fixados e atinjam o objetivo, que é o de acumulação. Evidentemente parcela significativa dos Índios aldeados na reserva não compartilham dos valores adotados pelo cacique Kaingang, no que se refere à produtividade da exploração. Estes indivíduos, permanecerão na situação em que se encontram, com uma produção basicamente para subsistência, e a venda da mão-de-obra para regionais ou para Índios da reserva.

A opção por esse projeto, por parcela da população indígena localizada na reserva, apresenta como consequência o desenvolvimento de diferenciações, de caráter econômico, que tendem a conduzir a uma certa hierarquização da população indígena. Essa hierarquização, ainda incipiente, tende a se acentuar, na medida em que, apenas alguns Índios obtêm o financiamento da produção, realizando-a com técnicas modernas, obtendo assim maior produtividade. Dessa forma, logram alcançar maior acumulação. Igualmente, a introdução de relações de exploração que se consubstanciam no assalariamento, permite aos Índios melhor situados economicamente a extração de mais valia, consequentemente a ampliação da acumulação.

## BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado. Lisboa, Editorial Presença, s.d.
- AMIN, Samir & VERGOPOULOS, Kostas. A questão agrária e o capitalismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- AMORIM, Paulo Marcos de. Índios camponeses - os Potiguara de Baía da Traição. Revista do Museu Paulista, N.S., vol. XIX. São Paulo, 1970/1971.
- ASPELIN, Paul & SANTOS, Silvio Coelho dos. Indians areas threatened by Hydroelectric Projects in Brazil. Copenhagen, IWGIA, 1981.
- BALANDIER, Georges. Sociologie actuelle de L'Afrique Noire. 2 ed. Paris, Presses Universitaires de France, 1963.
- BARTH, Fredrik. Los grupos étnicos y sus fronteras - la organización social de las diferencias culturales. México. Fondo de Cultura, 1976.
- BATALLA, Guillermo Bonfil. El concepto de índio em América: uma categoria de la situación colonial. In: Anales de Antropología. (Fotocópia sem indicação bibliográfica, s.d.).
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Educação popular: contribuição ao debate da educação do índio. In: A questão da educação indígena. Comissão Pró-Índio. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 152-161.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 24/01/1967 na redação dada pela Emenda Constitucional nº 1, de 17/10/1969. 3.ed. Rio de Janeiro, Editora Aurora, 1970.
- \_\_\_\_\_. Leis, decretos etc... Decreto nº 84.674 de 30 de abril de 1980 - Fixa novos níveis de salário mínimo para todo o território nacional. LEX: coletânea de legislação e jurisprudência. São Paulo, 44: 213-215, 2. trim. 1980.

BRASIL. Leis, decretos etc... Decreto nº 85.950 de 29 de abril de 1981 - Fixa novos níveis de salário mínimo para todo o território nacional. LEX: coletânea de legislação e jurisprudência. São Paulo, 45: 143-145, 2. trim. 1981.

\_\_\_\_\_. Ministério do Interior. Fundação Nacional do Índio. Inventário florestal dos postos indígenas dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Relatório realizado em colaboração com SUDESUL e Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Setor de Ciências Agrárias - Centro de Pesquisas Florestais, 1973.

\_\_\_\_\_. Ação conjunta para equacionamento das questões decorrentes da presença de civilizados nas áreas indígenas, localizadas no Estado de Santa Catarina. Relatório do Grupo de trabalho apresentado em 7 de dezembro de 1975 em colaboração com o INCRA e Governo do Estado de Santa Catarina. Santa Catarina, 1975.

\_\_\_\_\_. Legislação. D.F., 1979.

\_\_\_\_\_. Projeto Agrícola do P.I. Xapecó. Curitiba, 1980.

\_\_\_\_\_. Projeto Agrícola do P.I. Xapecó. Curitiba, 1981.

\_\_\_\_\_. Relatório do chefe do Posto Indígena Xapecó. 10/12/81.

\_\_\_\_\_. Projeto técnico de reflorestamento. Xanxerê, s.d.

\_\_\_\_\_. Boletim Financeiro. Posto Indígena Xapecó. Jan. 1980 à Dez. 1980.

\_\_\_\_\_. Instrução técnica executiva nº 012/81 - DGPC. Brasília, 1981. (fotocópia).

\_\_\_\_\_. Decreto da emancipação do Índio. Brasília, 1978.

\_\_\_\_\_. Ministério do Interior. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Sistema de análises preliminares do cadastro DP/78. Santa Catarina, 1980.

\_\_\_\_\_. Características dos imóveis rurais. Santa Catarina, 1980.

- BROKENSHA, David & SCUDDER, T. Resettlement. In RUBIN, Neville & WARREN, William, (org.). Dams in Africa. Londres, Frank Cass, 1968.
- BRUM, Argemiro. O desenvolvimento econômico brasileiro. Petrópolis, Vozes, 1982.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. História de Santa Catarina. 2.ed. , Rio de Janeiro, LAUDES, 1970.
- \_\_\_\_\_. A campanha do Contestado. 2.ed., Florianópolis, Lunardelli, 1979.
- CARVALHO, Edgard de Assis. As alternativas dos vencidos - índios Terena no estado de São Paulo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- CIMI. Relatório do projeto de desenvolvimento comunitário Pí-nhalzinho - posto indígena Xapecó. Xanxerê, CIMI, 9 de março, 1978. Fotocópia.
- Cooperativa Agrícola Mista Regional Pindorama Ltda. Relação nominal dos indígenas com as culturas e áreas que os mesmos pretendem cultivar. Xanxerê, s.d.
- \_\_\_\_\_. Repasse para o Posto Indígena. Xanxerê, s.d.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Etnicidade da cultura residual mas irreduzível. In: Revista de Cultura e Política. Ano 1 , (1), 1979.
- DAVIS, Shelton H. Vítimas do milagre - o desenvolvimento e os índios do Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo agropecuário - Santa Catarina - VIII. Recenseamento Geral - 1970 - Rio de Janeiro, 1975, v. 3.
- \_\_\_\_\_. Censo agropecuário - Santa Catarina - Censos econômicos de 1975. Rio de Janeiro, 1979, v. 1.
- \_\_\_\_\_. Sinopse preliminar do censo demográfico. Rio de Janeiro, 1981, v.1.

- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Si-  
nótese preliminar do censo agropecuário - Paranã - Santa Ca-  
tarina. Rio de Janeiro, 1982, v.2-
- GARCIA, Hamilcar de & NASCENTES, Antenor. Dicionário contempo-  
râneo da Língua Portuguesa. 2.ed., Rio de Janeiro, DELTA,  
v. IV pág. 3010.
- GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janei-  
ro, Zahar, 1978.
- HELM, Cecília Maria Viera. O índio camponês assalariado em  
Londrina - relações de trabalho e identidade étnica. Tese  
apresentada ao setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da  
Universidade Federal do Paranã, inscrita no concurso para  
Professor Titular na disciplina Antropologia Brasileira. Cu-  
ritiba, 1977.
- JUNQUEIRA, Carmen. Teoria e prática do indigenismo. In: Cader-  
nos PUC (2), São Paulo, EDUC/Cortez, março de 1980.
- LARAIA, Roque de Barros & MATTA, Roberto da. Índios e casta-  
nheiros - a empresa extrativa e os índios no Tocantins. 2.  
ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- LENZI, Zuleika M. et alii. Análise da ação assistencial e ex-  
tensionista de órgãos públicos e privados em área rural do  
Estado de Santa Catarina. Projeto nº 152/80. Florianópolis,  
UFSC, 1981. (mimeo).
- LOUREIRO, Maria Rita (org.). Cooperativas agrícolas e capita-  
lismo no Brasil. São Paulo, Cortez, 1981.
- MARTINS, José de Souza. Expropriação e violência - a questão  
política no campo. São Paulo, Hucitec, 1980.
- MARTINS, José de Souza. Capitalismo e tradicionalismo: estu-  
dos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil.  
São Paulo, Pioneira, 1975.

- MÉTRAUX, Alfred. The Caingang. In STEWARD, Julian H., ed. Handbook of south American indians. Washington, Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology. 1946. Bulletin 141, v.1.
- \_\_\_\_\_. The Guarani. In: STEWARD, Julian H., ed. Handbook of south American indians. Washington, Smithsonian Institution Bureau of American Ethnology. 1948. Bulletin 143, v.3.
- MOREIRA NETO, Carlos Araujo. A política indigenista brasileira durante o século XIX. Rio Claro, S.P., Tese de Doutorado - mento, (ms), 1971.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. A sociologia do Brasil indígena. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, São Paulo, Editora da USP, 1972.
- \_\_\_\_\_. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1976.
- \_\_\_\_\_. "Sociedade plural" e pluralismo cultural no Brasil. Brasília. Fundação Universidade de Brasília. 1982. 16 p. (série Antropologia, 31).
- PIAZZA, Walter Fernando. A colonização de Santa Catarina. Porto Alegre, Ed. Pallotti/BRDE, 1982.
- POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. São Paulo, Martins Fontes, 1977.
- QUEIRÓZ, Maurício Vinhas de. Messianismo e conflito social. A Guerra Sertaneja do Contestado - 1912-1916. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.
- RAMOS, Alcida Rita. Hierarquia e simbiose - relações intertribais no Brasil. São Paulo, Hucitec, 1980.
- RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização - a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Petrópolis, Vozes, 1977.
- SÁ, Jr., F. O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência. Seleção CEBRAP 1. São Paulo, Brasiliense, 1975.

- SANTA CATARINA. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. Comissão estadual de planejamento agrícola - CEPA/SC. Síntese anual da agricultura de Santa Catarina. Florianópolis, 1982.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. A integração do índio na sociedade regional: a função dos postos indígenas em Santa Catarina. Florianópolis, Imprensa Universitária, UFSC, 1970.
- \_\_\_\_\_. A situação dos indígenas no sul do Brasil. In: La situación del indígena en la America del Sur. Montevideu, Tierra Nueva, Biblioteca Científica, 1977.
- \_\_\_\_\_. Educação e sociedades tribais. Porto Alegre, Movimento, 1975.
- \_\_\_\_\_. Indigenismo e expansão capitalista - faces da agonia Kaingang. Florianópolis, UFSC, Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Cadernos de Ciências Sociais, V.2 (2), 1981.
- SCHADEN, Egon. Aculturação Indígena - ensaio sobre fatores e tendências da mudança cultural de tribos índias em contato com o mundo dos brancos. São Paulo, Pioneira, 1969.
- SCHNEIDER, João Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo, Cortez, 1981.
- SCUDER, Thayer. Social Impacts of Integrated River Basin Development on Local Populations. Budapest, United Nations Department of Economic and Social Affairs (UNPD/UN Interregional Seminar on River Basin and Interbasin Development. Working Paper nº 30) 1975a.
- \_\_\_\_\_. Resettlement. In: STANLEY, N.F. & ALPERS, M.P. (org.), Man-made Lakes and Human Health. Londres, Academic Press, 1975b.

SCUDDER, Thayer. Summary: Resettlement. In: ACKERMANN, WHITE & WORTHINGTON (org.). Man-made Lakes: Their Problems and Environmental Effects. Geophysical Monograph series, nº 17, American Geophysical Union. Washington, D.C. - 1973.

\_\_\_\_\_. Kariba Dam: The Ecological Hazards of Making a Lake. In: POGGIE, J.J. Jr. et alii (org.), The Evolution of Human Adaptations: Readings in Anthropology. New York, Macmillan, 1976.

SEEGER, Anthony & CASTRO, Eduardo Viveiros de. Cinco enfoques sobre a situação indígena; terras e territórios indígenas no Brasil. In: SILVEIRA, Ênio et alii. Encontros com a civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979. 287 p.; p. 101-114. (Encontros com a Civilização Brasileira, 12).

SILVA, José Graziano et alii. Estrutura Agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. 2.ed. São Paulo, HUCITEC, 1980.

SOARES, Gláucio Ari Dillon. A questão agrária na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

UFSC, ELETROSUL, FUNAI. Projeto Uruguai: os barramentos e os Índios. Florianópolis, UFSC, 1978.

\_\_\_\_\_. Projeto Uruguai: Conseqüências da construção da barragem Machadinho para os índios do P.I. Ligeiro (RS). Florianópolis, UFSC, 1980.

WERNER, Dennis. Stress Psico-Social e a Barragem de Ibirama. Comunicação apresentada no Seminário Interamericano sobre Problemas Sociales de las Grandes Represas - Centro Interamericano para el Desarrollo Social, Buenos Aires, 1983.

## JORNAIS

BEDIN, Marcos. Penúria, medo e revolta atinge 50 famílias expulsas por índios. O Estado. Florianópolis, 01 out. 1978 p. 10.

CÔLVERO, Rogério C. Na área dos índios: tristeza e lágrimas - Repórter constatou realidade. Tribuna do Oeste. Xanxerê, 3 jun. 1978.

INCRA acelera os processos de desapropriação e regularização de terras no interior de S.C. Jornal de Santa Catarina. Florianópolis, 04 mar. 1980.

Índios revoltados expulsam chefe e depredam instalações da FUNAI. O Estado. Florianópolis, 22 jun. 1979.

MARTORANO, Dante. Terras do oeste catarinense o maior negócio do século. O Estado. Florianópolis, 17 out. 1982.

Presidente da FUNAI enviou comunidade às autoridades. Tribuna do Oeste. Xanxerê, 3 jun. 1978.